

REVISTA HOMINUM

ISSN 2316-4808

VOL. 04 - EDIÇÃO Nº 17 - JULHO-AGOSTO / 2015

ISSN
2316-4808



Edição Nº 17
JUL-AGO/2015

Revista Hominum

Revista Semestral de História

Editora Chefe

Esp. Cintia Rufino Franco Shintate (PUCSP)

Vice Editor

Doutorando Thiago Groh de Mello Cesar (UFRJ)

Conselho Editorial

Dra. Márcia Regina da Silva Ramos Carneiro (UFF)
Dr. José Luiz Goldfarb (PUC/SP)
Dr. Pedro Ernesto Fagundes (UFES)
Daniel Gomes (CUE - Ceará)
Ms. André Luiz Rodrigues de Rossi Mattos (UNESP)

Conselho Científico

Alexander Martins Vianna
André Souza Brito
Carlos Eduardo Boaretto Pereira
Caroline Pereira Leal
Crislayne Alfagali
Francisco de Paula Souza de Mendonça Júnior
Gabriele Rodrigues de Moura
Irenilda Cavalcanti
Vinícius Rajão da Fonseca



EDITORIAL

Nesta edição, a Revista Hominum possui artigos que fazem parte do dossiê intitulado 30 anos da redemocratização do Brasil. Em 1984 o Brasil elegia seu primeiro presidente civil após o golpe civil-militar de 1964. Dava-se um importante passo no processo de redemocratização do país, que culminaria com as eleições diretas em 1989.

Desde a redemocratização até o tempo presente tivemos seis presidentes, sete eleições e um impeachment. Também observamos a estabilização econômica e o fim da alta inflação. Nesse tempo a história também passou por profundas mudanças, enquanto disciplina e ofício de saber.

A presente edição também conta com artigos de temática livre e uma resenha de livro.

Doutorando Thiago Groh de Mello Cesar (UFRJ)

Cintia Rufino Franco Shintate (Editora Chefe da Revista Hominum)

ISSN
2316-4808



Edição Nº 17
JUL-AGO/2015

Dossiê 30 anos de redemocratização do Brasil



A TRANSIÇÃO E A CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA: Dilemas entre as Forças Armadas, a Sociedade Civil e a Sociedade Política.

*Angélica do Carmo Coitinho**

Resumo:

O objetivo deste artigo é discutir o papel da instituição militar durante a ditadura militar brasileira no período entre 1974 a 1985, bem como no processo de transição para a democracia, de 1985 a 1988, na medida em que tais momentos ainda exercem um grande impacto na consolidação da democracia brasileira dos dias atuais. Os militares exerceram um papel central no início desses processos, tentando definir os rumos da Constituição no que se refere ao papel das Forças Armadas. Ao longo dos anos, porém, sofreram um processo de marginalização de seus papéis e também na sociedade, causado por uma lembrança negativa da sua história recente. Compreendo que o processo de consolidação da democracia brasileira passa obrigatoriamente por uma clara definição das funções da instituição militar, junto a uma política de valorização dessas funções e de seus profissionais. Estou convencida também que isto deve necessariamente ocorrer ao lado de uma reconciliação das Forças Armadas com o seu passado recente, enquanto esteve à frente como órgão de repressão da sociedade nos anos de ditadura militar.

Palavras-chave: Ditadura Militar no Brasil; Militares e Política; Forças Armadas; Redemocratização.

Desde o fim da década de 1980 até os anos 2000, diversos autores procuraram discutir o papel da instituição militar no novo regime democrático e nos anos finais da ditadura militar brasileira, tendo como ponto de partida o trabalho de Eliezer Rizzo de Oliveira - *De Geisel a Collor: Forças Armadas, Transição e Democracia*, passando por outros pesquisadores como Alfred Stepan (1988), Juan Linz (1996) e Maria D'Alva Gil Kinzo (2001). A partir das obras citadas e junto à demais cientistas políticos e sociais que estudam o tema, pretendo analisar esse processo de distensão e de redemocratização e levantar algumas



questões que ajudam a compreender como a transição democrática feita sob tutela militar exerceu alguma influência no tipo de democracia que temos hoje, bem como no papel exercido pelas Forças Armadas nos dias atuais no que concerne à temas ligados à história e memória da ditadura militar brasileira. Tomando tais obras em conjunto, ora criticando positivamente, ora buscando outras conclusões e caminhos possíveis, pretendo mostrar um pouco deste debate e concluir pela necessidade de uma reconciliação dos militares com o seu passado e seu presente em suas relações com a sociedade civil e a sociedade política.

Governo Geisel: a distensão (1974-1979)

O principal aspecto da obra de Eliezer Rizzo de Oliveira é analisar a instituição militar como um lugar em que esteve presente o conflito e a contradição, não a considerando um bloco monolítico. Dessa maneira, o autor identifica um elevado grau de autonomia na iniciativa de distensão ao lado de um alto grau de conflito no interior do aparelho militar, que conferiram a dinâmica verificada no processo – cheio de incertezas - de transição para a democracia, mas que tinha como objetivo manter a autonomia política das Forças Armadas.

De acordo com Alfred Stepan, a distensão caracterizou-se como um processo complexo e dialético de “concessões do regime e conquistas da sociedade”, onde os militares e a comunidade de segurança e repressão caracterizaram-se como “fatores inconvenientes” para a abertura (STEPAN, 1988, p. xii). Tais conceitos ajudam a entender as relações de poder que estavam em jogo no período do governo Geisel. Segundo Stepan, o aparecimento de instituições como o CIE (Centro de Informações do Exército), CISA (Centro de Informações da Aeronáutica), OBAN (Operação Bandeirante) e DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna), anteriores ao governo Geisel, ajudaram a promover a anarquia dentro do militarismo brasileiro, criando um estado dentro do estado devido à *perda de controle* sobre os aparelhos de segurança. Geisel tentou retomar os princípios de hierarquia dentro das Forças Armadas para que pudesse controlar seu projeto de distensão, mas o sistema de segurança continuaria cheio de contradições, com suas atividades clandestinas e ilegais, sendo cada vez mais noticiadas pela imprensa.

Observo que tal *perda de controle* sobre os aparelhos de repressão e segurança precisa ser relativizada, pois se é verdade que tais aparelhos tinham certa autonomia para agir, também é verdade que estavam subordinados ao comandante das Forças Armadas e ao



Presidente da República, identificado necessariamente com o comando da instituição militar. É claro que tais ações não eram completamente desconhecidas da cadeia de comando, essa autonomia para agir foi consentida, mas em um certo momento pode ter escapado aos interesses do regime como um todo, como é o caso do processo de distensão. Oliveira afirma que foram as contradições entre o aparelho militar e o regime autoritário e a procura por uma solução que motivaram o projeto de distensão. Mas há que se tomar cuidado para não polarizar os órgãos de segurança como favoráveis a um aprofundamento do regime e Geisel como a parte democrática, já que este nunca falou em uma democracia de fato, mas sim em um processo de liberalização, que são bem diferentes.

Ao longo do *projeto* de distensão, isto é, aquilo que o Executivo pretendia realizar, surgem movimentos sociais que irão interferir no *processo*, realidade que se deu diante da dinâmica estabelecida entre os diferentes atores e instituições em disputa. Geisel, portanto, será obrigado a lidar com duas linhas de oposição, uma que opta pelo aprofundamento do regime militar, a comunidade de segurança, e a outra que reivindica uma maior liberalização. De acordo com Eliézer Rizzo,

a maneira pela qual o Estado - isto é, as Forças Armadas em decorrência da identidade auto-assumida - deve se relacionar com este campo social de interesses passa a ser geradora, por si mesma, de novos conflitos no interior do aparelho militar: negociação ou repressão, em que escala, com quais mecanismos (OLIVEIRA, 1994, p. 36).

A distensão, portanto, tem o duplo significado de preservar as Forças Armadas como partido militar, conceito proposto por Alain Rouquié para identificar as interconexões entre a política e o aparelho militar; e também tomar medidas anteriores a uma possível maior, crescente e incontrolável crise de legitimidade perante os movimentos sociais e políticos.

De acordo com Alfred Stepan, o regime militar assumiu quatro configurações. Uma primeira, até 1974, de aparente fusão entre os militares enquanto governo, a comunidade de segurança e os militares como instituição. Uma segunda, após 1974, que combinou os seguintes elementos: uma situação em que a comunidade de segurança torna-se relativamente autônoma, usando este poder e autonomia para ganhar uma influência estratégica na instituição militar; o entendimento de que a continuação da instituição militar enquanto governo é extremamente perigosa à unidade e aos interesses permanentes da instituição; e, a possibilidade de que os militares enquanto governantes - alarmados com o crescimento da comunidade de segurança e convencidos de que sua permanência no poder não é parte dos



interesses dos militares enquanto instituição - iniciem uma ação estratégica para controlar a comunidade de segurança em um regime de liberalização, em nome da normalização das suas atividades profissionais (STEPAN, 1988).

Durante toda a ditadura militar, uma maneira pela qual o regime tentou se legitimar perante a sociedade foi com a manutenção de uma legislação e de instituições características de um Estado de Direito, mesmo que assumindo roupagens completamente diferentes. Eliézer Rizzo afirma que no período do governo Geisel o Superior Tribunal Militar, ao qual foi atribuída a responsabilidade no julgamento de civis acusados de crimes políticos desde o Ato Institucional Nº 2 de 1965, “desempenhou um papel liberalizante em relação às penas e aos procedimentos draconianos das primeiras instâncias da Justiça Militar contra os presos políticos” (OLIVEIRA, 1994, p. 58). Hoje diversas pesquisas provam que esse argumento não é verdadeiro para legitimar a existência de uma Justiça Militar julgando civis. O Superior Tribunal Militar atuou com base em uma legislação legal-autoritária e não pode servir para esconder os procedimentos ilegais, como a tortura, nas primeiras instâncias da Justiça Militar e na fase inicial dos processos.

A historiadora Ângela Moreira Domingues da Silva busca compreender a atuação do STM ao julgar os crimes cometidos pelos civis e também por militares durante quase todo o regime militar, de 1964 a 1980. Ao concluir que o STM foi um braço da repressão empreendida pelo regime militar, ao mesmo tempo a autora afirma que o Tribunal manteve a tendência de absolver mais do que condenar. Explica aquela conclusão ressaltando que o STM podia ter atribuído penas mais brandas aos atingidos pela repressão, com a não aplicação do tempo máximo de prisão ou da pena de morte e não o fez. Segundo afirma Ângela Moreira,

a aplicação de penas elevadas pelo STM, principalmente a partir da segunda metade da década de 1970, entrava em contradição com um projeto governamental de descompressão política. Nesse período, os órgãos repressivos já se encontravam de certa forma desarticulados, assim como se observaria progressiva diminuição das ações de organizações armadas (SILVA, 2010, p. 193).

As auditorias militares, tribunais de primeira instância, também vêm sendo analisadas na historiografia recente, de modo a desmistificar a análise difundida por alguns pesquisadores, como Felipe Augusto Miranda Rosa (ROSA, 1985) que realizaram os primeiros



estudos sobre a Justiça Militar, de que estas teriam sido mais severas em seus julgamentos do que o STM. As pesquisas realizadas nos processos que constam no projeto Brasil Nunca Mais mostram um índice muito parecido no padrão decisório das duas instâncias, revelando ainda um número de absolvições superior ao de condenações. Entre os trabalhos que mostram um padrão decisório muito parecido nas duas instâncias estão: COITINHO (2012), SILVA (2010) e MATTOS (2002). Como pude concluir após pesquisa em diversos processos da Justiça Militar, comparando as decisões de primeira e segunda instâncias:

A partir dos dados apresentados a principal conclusão é que havia uma diferença sutil entre as decisões das auditorias militares e do STM, não ficando provado que as auditorias foram mais severas nos julgamentos dos acusados de crimes contra a segurança nacional quando fazemos uma comparação com as decisões do STM (COITINHO, 2012, p. 154).

Ao final do mandato de Geisel, de acordo com Eliézer Rizzo de Oliveira, o país não mais se encontrava imerso no abismo institucional da ditadura militar, através de medidas como a revogação dos Atos Institucionais, o projeto de lei que modificaria ainda em 1979 a Lei de Segurança Nacional e a revogação dos banimentos. Tais medidas, se representaram importantes avanços, não devem ser superestimadas. No lugar do draconiano Ato Institucional Nº 5 foram instituídas uma série de medidas denominadas “salvaguardas de emergência”. De acordo com Maria Helena Moreira Alves,

os poderes do “estado de emergência” incluídos no pacote de reformas reproduziam muitos dos que constavam dos recém-revogados atos institucionais, e redundaram em autorização para “operações-limpeza” setoriais e limitadas no tempo, visando a repressão da dissensão e da oposição. As “salvaguardas”, na tese do governo, eram necessárias para defender o Estado de Segurança Nacional de ameaças a sua segurança. Desse modo, o pacote de reformas ainda refletia a Doutrina de Segurança Nacional (ALVES, 1984, p. 219).

Concluo, portanto, que o início do processo de transição ocorreu através de uma condução feita pelos militares, num jogo de idas e vindas, que procurava manter seus princípios de autonomia e seus interesses quanto ao futuro da nação e da própria instituição militar. Tanto assim que ao fim deste processo, Geisel não acenou sequer com a possibilidade de que um



presidente civil assumisse. Pelo contrário, o processo para eleger um presidente civil ainda não era dado como certo nem mesmo ao fim do mandato do próximo presidente. As condições primeiras seriam a manutenção da esfera de autonomia e interesses da instituição militar em questões relativas ao seu passado e presente autoritário.

Governos Figueiredo e Sarney: a transição para a democracia (1979-1988)

Oliveira segue uma análise comumente realizada e divide os anos entre a saída do regime autoritário rumo ao regime democrático em alguns períodos, onde cada bloco tem características muito parecidas. São eles: distensão, período de 1974 a 1979; abertura política, de 1979 a 1985; transição democrática, de 1985 a 1988; e consolidação democrática, a partir de 1988.

É muito difícil estabelecer características para um tipo de governo ou regime, pois nesse caso podem ser observadas a manutenção das características de um regime autoritário mesmo com medidas que evidenciam nuances de uma democracia. O que definiria, portanto, o fim do regime autoritário e o início do regime democrático? Por questões teóricas e conceituais que não cabem nos objetivos desse breve artigo, compreendo que a democracia teve início apenas com a promulgação da Constituição de 1988. Constituição que não conseguiu, no entanto, resolver muitos problemas que impedem hoje a consolidação plena da democracia.

No período em que tratarei nesse subitem, adoto cronologia e nomenclatura diferentes da estabelecida por Eliezer porque considero que em todo esse período foi exercida uma forte tutela militar. Ora com a instituição militar ocupando o centro do poder diretamente, durante o governo do general Figueiredo; ora indiretamente, ocupando postos centrais durante o governo Sarney.

Considero ainda que não havia uma transição democrática, ou seja, com características profundamente democráticas, mas uma transição para a democracia, que só se completou com a promulgação de uma nova Constituição e com o abandono de boa parte dos instrumentos autoritários vigentes no período militar - alguns deles permaneceram, como a Lei de Segurança Nacional e os velhos códigos da Justiça Militar, bem como a sua atribuição de julgar civis.

É comum desconsiderar o papel dos militares, enquanto instituição e governo, durante o período do presidente Figueiredo, avaliando como acessório o seu papel durante o fim



do regime militar e comumente tido como já definido pelo presidente Geisel nos anos anteriores. Eliezer Rizzo de Oliveira afirma que “o general presidente João Figueiredo viu-se obrigado a curvar-se perante a força das mudanças políticas introduzidas por ele mesmo, herdeiro que foi de um período de distensão conduzido pelo presidente Geisel” (OLIVEIRA, 1994, p. 100).

Entre a maioria dos militares havia o entendimento de que o poder deveria ser passado para um civil, mas ainda havia um grande número de pressões contrárias a essa medida. De acordo com Stepan, ao momento das eleições indiretas para a presidência da República de 1985, “dado o papel relativamente inativo do presidente, a questão central era se e sob quais condições os elementos da linha dura ligados a comunidade de segurança poderiam ter apoio dos comandantes para realizar uma ação preventiva” (STEPAN, 1988, p. 67). Para os militares, os custos de um golpe após a eleição de Tancredo Neves seriam muito altos; e os custos para a aceitação de Tancredo Neves, diante das exigências dos militares, não eram tão altos.

Nesse sentido, analiso que ainda não estava estabelecido como certo o fim do regime militar, pois havia pressões e contrapressões dentro do meio militar para a sua permanência. Tais pressões são evidenciadas em casos como o atentado ao Riocentro em 1981, a continuação de julgamentos de civis acusados de atentar contra a Lei de Segurança Nacional feitos pelo Superior Tribunal Militar e uma contínua pressão militar pelo não revanchismo contra os mesmos, ainda entre aqueles que apoiavam o fim do regime militar.

São estudados muito mais o papel da sociedade civil e política nesse sistema de pressões, como sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais, do que a tarefa dos militares em dar fim ao regime dentro do que julgavam necessário para manter a autonomia e a hierarquia interna das Forças Armadas, bem como seu papel na arena política. Tanto assim que não podemos somente dar o nome de democracia ao que se verificou com a posse de um presidente civil após anos de regime militar, devemos qualificá-la como uma democracia tutelada pelos militares, ainda altamente presentes e influenciando nas decisões do Executivo. A balança de poder, pelo menos até a eleição de um novo presidente pelo voto direto, pendeu favoravelmente para os militares.

Em 1987, durante o Governo Sarney, os militares foram acionados para entrar na Companhia Siderúrgica Nacional durante uma greve de metalúrgicos. Em um regime democrático, os militares devem ser os últimos acionados e não os primeiros. O resultado foi desastroso, ocasionando a morte de três grevistas. Tal tutela militar não é compatível com um



governo democrático, nem mesmo nos dias de hoje, assunto que ainda será comentado nesse artigo.

Os militares acompanharam de perto e tentaram influenciar a todo momento os trabalhos da Constituinte, principalmente no que concerne às questões como a função político-institucional das Forças Armadas no novo governo democrático e também sobre o seu passado, clamando por um não revanchismo àqueles que cometeram crimes de tortura. A Anistia de 1979 foi corroborada na Constituição de 1988. Mais uma vez a sensação de impunidade foi consentida e aprovada por lei. Talvez, seja a anistia e suas consequências um dos maiores problemas com os quais a sociedade tem que lidar até hoje, no que concerne às heranças daquele período.

A instituição militar, portanto, conquistou a maior parte de seus interesses, mas a Constituição não conseguiu garantir que os militares fossem completamente subordinados ao poder civil nem que fossem implementadas medidas para a valorização de suas carreiras e da própria instituição, elementos fundamentais para a consolidação de uma democracia.

A nova democracia (1988 aos dias atuais)

De acordo com Alfred Stepan, o desenvolvimento de uma política militar é condição necessária para os processos de redemocratização, embora tal política voltada aos militares tenha sido estudada como último dos fatores nos novos movimentos democráticos que se desenvolveram após as ditaduras militares na América Latina.

O conceito de democracia é amplamente discutido entre cientistas políticos e sociais. É consenso que para o efetivo funcionamento de uma democracia são necessárias eleições livres e regulares, abertas a ampla maioria da sociedade, possibilidade de contestação e participação política, uma boa distribuição de renda, um bom e eficiente sistema judiciário. Mas é importante também fugir dessas explicações gerais e salientar que a consolidação da democracia passa também pela definição das funções das instituições militares e de sua subordinação ao poder civil, com uma boa política que lhes garanta remuneração e estrutura compatíveis com a realidade nacional.



Como afirma Alfred Stepan:

Democracia é uma disputa aberta pelo poder via eleições e a fiscalização e controle do poder do estado pelos representantes do povo. Em todos os governos do mundo, e especialmente na América Latina, os militares são um fator permanente de qualquer cálculo do poder. Portanto, em uma democracia, a sociedade civil deve fazer uma contribuição ao controle democrático da instituição militar e do sistema de inteligência (STEPAN, 1988, p. 128).

Os militares, através de coalizões e tratados, tiveram a sua autonomia garantida na Constituição, porém não gozam mais do prestígio que possuíam perante a sociedade durante boa parte do século XX. Utilizando a expressão de Eliezer Rizzo de Oliveira, é preciso que os militares se desfaçam de suas fardas manchadas de sangue. A única maneira para que isto seja feito é enfrentando o seu passado institucional enquanto órgão de repressão e tortura durante a ditadura militar. Tais problemas emergiram ainda durante a transição para a democracia e mesmo no processo de transição, e para que a democracia se consolide, é crucial que tais problemas sejam resolvidos.

De acordo com Eliezer Rizzo de Oliveira, a consolidação da democracia somente será possível quando o problema da subordinação do poder militar ao poder civil for resolvido. A balança de poder pendeu levemente para os civis apenas após a Constituição de 1988, mas isso não significa que a questão civil-militar tenha sido encerrada. Como o cientista político ressalta:

O ponto nodal da *questão Forças Armadas* é a condição instrumental ou a condição de sujeito político autônomo. Se a sua *intromissão* na vida política pode favorecer o autoritarismo, como frequentemente ocorre em diversos países, a sua omissão não favorece necessariamente a democracia (OLIVEIRA, 1994, p. 164).

Uma valorização das funções militares não significa um aumento de suas prerrogativas que seja prejudicial ao sistema democrático e um chamado ao autoritarismo, mas um pleno direcionamento sobre o que compete às Forças Armadas, investindo positivamente no seu preparo para o exercício pleno de suas funções. Um alto nível de prerrogativas militares pode deslegitimar a democracia aos olhos dos civis, da sociedade política e colocá-los em uma situação, talvez, não desejada.



Um exemplo disso é o amplo apoio dado à implementação das Unidades de Polícia Pacificadoras no Rio de Janeiro, a pedido do governador do estado e autorizado pelo presidente da República. Como disse no item anterior, ao mencionar o ocorrido na CSN em 1987, em uma democracia as Forças Armadas deveriam ser o último recurso a ser acionado, pois a função primeira de polícia não lhes pertence. Como afirma Oliveira:

O envolvimento militar em funções que não lhe são atribuídas pela Constituição não ocorre sem riscos para as instituições democráticas, na medida em que acarretará a militarização de estruturas de segurança que são civis em sua natureza (as polícias civil e Federal) ou, embora militares na sua estrutura (as Polícias Militares), são dependentes do poder civil dos Estados federados (OLIVEIRA, 1994, p. 321).

Em sua obra escrita em 1988, Alfred Stepan questiona esses papéis atribuídos aos militares, ou seja, “sobre o papel dos militares na política, a cadeia de comando para questões referentes à manutenção da ordem interna e a percepção dos militares sobre o seu próprio papel” (STEPAN, 1988, p. 105). Sem correr o risco de cometer anacronismo, reutilizo alguns de seus questionamentos ao tratar de ambas as situações para o funcionamento de uma democracia moderna: quais são as prerrogativas que os militares acreditam que devem pertencer a eles e estar presentes no sistema político? Os militares acreditam que o presidente é o único que pode decidir sobre o uso da força militar? Ou acreditam que tem o direito de decidir pela obediência e tomar a maioria das iniciativas na área de ordem interna?

A Constituição de 1988 subordina as decisões referentes a políticas internas e externas de defesa, em última instância, ao presidente da República. A autonomia autárquica da instituição, porém, foi preservada. E é isso que considero um entrave a consolidação da democracia nos dias atuais, justamente por lidar com o passado da instituição que está diretamente ligado a memória e história da sociedade brasileira. Concordo com Stepan ao afirmar que

o aumento do controle efetivo sobre os militares requer um esforço da sociedade política e civil para aumentar a sua própria capacidade de controle, até mesmo para diminuir o isolamento dos militares e aumentar o controle democrático sobre a instituição (STEPAN, 1988, p. 144-145).

Eliezer Rizzo argumenta a todo momento que a consolidação da democracia passa necessariamente pela implementação de uma política nacional de defesa, feita pela sociedade



civil e política, sobre a qual a identidade militar possa ser reconstruída. Mas no momento é a instituição quem define sua missão e identidade na medida de suas possibilidades constitucionais, com o “complicador de um sentimento amplo de rejeição da instituição militar pela sociedade e pelo mundo da política” (OLIVEIRA, 1994, p. 201), reconhecendo que “o sentimento de desprestígio e de rejeição social repousa sobre a imagem recente ligada aos golpes militares” (OLIVEIRA, 1994, p. 259).

Afirmo que tal imagem só começará a sofrer alguma mudança quando os militares deixarem de se silenciar institucionalmente sobre os crimes contra a humanidade cometidos durante o período da ditadura militar. Até hoje, nas escolas militares, o ensino de história sobre este período é defasado em relação ao consenso da historiografia sobre esse assunto, ainda insistindo em termos como “revolução democrática” ou “golpe preventivo”. É um bom começo que alguns militares tenham confessado e esclarecido seus crimes enquanto pertenceram aos órgãos de repressão e segurança em depoimentos à Comissão Nacional da Verdade (CNV). No entanto, isso não significa que a instituição militar, as Forças Armadas, tenha reconhecido seu passado institucional.

Até mesmo o Estado brasileiro, por meio do Congresso Nacional, confirmou as violações aos Direitos Humanos praticadas naquele período ao reconhecer “como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979”, através da Lei Nº 9.140 de 4 de dezembro de 1995. Ao contrário de tais evidências, a instituição militar insiste em criar outra memória e outra história.

Recentemente, a CNV requisitou ao Ministério da Defesa que encaminhasse pedido aos comandantes da Marinha, Exército e Aeronáutica para que investigassem e esclarecessem se houve desvio de finalidade nas instalações militares durante o período do regime militar, já que diversos depoimentos de civis e militares confirmam que as mesmas foram utilizadas como locais de torturas. Segundo o Relatório final do Exército entregue à CNV “não foram encontrados registros formais que permitam comprovar ou mesmo caracterizar o uso de suas instalações para fins diferentes dos que lhes tenham sido prescritos”¹. A questão então passa a ser: a missão das Forças Armadas, durante o regime militar, era torturar e matar os suspeitos de terem cometido atos contra a Segurança Nacional?

Como argumenta o historiador Daniel Aarão Reis, “não há como se libertar da ditadura sem pensar nela” (REIS, 2014, p. 172), ou ainda:



Não adianta quebrar o espelho retrovisor. E olhar, inocente e candidamente, para o futuro. A ditadura – ou as ditaduras – não está apenas “lá”, no passado, mas “aqui”, condicionando o presente e, por seu intermédio, moldando o futuro. E tanto mais suas características terão chances de permanecer quanto mais a sociedade silenciar sobre ela – ou sobre elas – ou fingir ignorá-las (REIS, 2014, p. 171-172).

À sociedade, portanto, e isso inclui as Forças Armadas, não cabe silenciar sobre o seu passado. A democracia somente poderá começar a lidar com seus problemas e se consolidar quando tais questões forem resolvidas de modo que possamos dar um passo a frente rumo a uma sociedade mais justa e menos autoritária, tanto em relação ao seu passado quanto ao que faremos com ele a partir de então.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.
- COITINHO, Angélica do Carmo. *Sob a toga e a farda: o ministro General de Exército Rodrigo Octávio Jordão Ramos no Superior Tribunal Militar (1973-1979)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PPGH/UNIRIO, 2012.
- KINZO, MARIA D'ALVA G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. *São Paulo em Perspectiva* [online], 2001, vol.15, n.4.
- LINZ, Juan; STEPAN, Alfred. *Problemas of democratic transition and consolidation: Southern Europe, South America and Post-Communist Europe*. USA: The Johns Hopkins University Press, 1996.
- MATTOS, Marco Aurélio V. L. de. *Em nome da segurança nacional: os processos da Justiça Militar contra a Ação Libertadora Nacional (ALN) 1969-1979*. Dissertação de Mestrado em História, USP, São Paulo, 2002.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *De Geisel a Collor: Forças Armadas, Transição e Democracia*. Campinas: Papirus, 1994.
- REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.



ROSA, Felipe Augusto de Miranda. *Justiça e autoritarismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985. SILVA, Ângela Moreira Domingues da. *Ditadura e Justiça Militar no Brasil: a atuação do Superior Tribunal Militar (1964-1980)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2010.

STEPAN, Alfred. *Rethinking Military Politics: Brazil and the Southern Cone*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1988.

* Doutoranda em História, Política e Bens Culturais pelo CPDOC/FGV; Mestre em História (2012) pela UNIRIO. E-mail: angelicadocarmo1@yahoo.com.br.

1 Disponível em <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/Sindicancia-Exercito.pdf>, acessado em 24/07/2014, p. 25.



DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL – Avanços da Constituição Federal de 1988.

Palavras-chave: Políticas sociais; Estado do Bem-Estar Social; políticas públicas

*Iraneth Rodrigues Monteiro**

Resumo

O presente artigo tem por objetivo apresentar uma discussão acerca da configuração das políticas sociais no Brasil, após a promulgação da Carta Magna de 1988, a nossa Constituição Federal. A literatura reconhece o texto constitucional como importante marco para a construção do Estado do Bem-Estar Social no Brasil, embora, ainda, seja um processo em curso, com avanços e retrocessos ao longo dos últimos 26 anos. A primeira seção inicia-se com uma discussão sobre a política social e Estado do Bem-Estar. Nas seções seguintes, busca-se responder à seguinte pergunta: quais foram os avanços trazidos pelo texto constitucional? Para isso, a análise desdobra-se em dois momentos: as políticas sociais antes e depois da Constituição. Por fim, nas considerações finais, apontam-se alguns desafios que ainda se fazem presentes na sociedade brasileira.

A política social e o Estado do Bem-Estar

A origem das políticas sociais é geralmente relacionada aos movimentos de massa social democrata e ao estabelecimento dos Estados - Nação na Europa do final do século XIX. Todavia, a sua amplitude situa-se após a Segunda Guerra Mundial (pós-1945), onde os Estados de Bem-Estar podem ser definidos como organizadores de sistemas de garantias legais e do acesso a bens e serviços que assegurassem a proteção social do indivíduo contra as vulnerabilidades sociais. Presentes nesse campo estão as ações de proteção contra riscos sociais - doença, velhice, morte, desemprego-, contra a pobreza e de garantia de acesso aos serviços de educação e saúde (Pierson, 1991).

A construção de tais sistemas estatais buscou responder aos conflitos sociais



gerados nas economias capitalistas. Tais conflitos estão associados ao processo de industrialização das sociedades modernas que impulsionaram o Estado a intervir e a instituir certas garantias na medida em que se ampliou o reconhecimento da incapacidade da esfera econômica para suprir, via mercado, um conjunto de necessidades consideradas socialmente relevantes. Essa visão compromete o Estado com a proteção da sociedade contra riscos associados à participação em uma economia de mercado (Kerstenetzky, 2012).

Os Estados de Bem-Estar Social surgiram, assim, com a expansão da pobreza e da vulnerabilidade nos grupos participantes ou potencialmente participantes do processo de acumulação e de produção de riquezas. Em torno deles articulou-se uma questão ao mesmo tempo política e social, em termos do acesso e da organização do trabalho e da vulnerabilidade daí decorrente. Para Castel (1998) o Estado Social começou sua carreira quando os *notáveis deixaram de dominar sem restrições e quando o povo fracassa ao resolver a questão social por sua própria conta.*

O chamado Estado de Bem-Estar nasceu, de fato, desta construção de um sistema de garantias em torno das relações de trabalho assalariadas. Sua expansão a outras situações de vulnerabilidade da vida social foi, nos países desenvolvidos, em especial naqueles da Europa Ocidental, crescente e associado à expansão do assalariamento e ao processo de fortalecimento do Estado - Nação e da cidadania (Jaccoud, 2006).

A proteção social destinada ao trabalhador assalariado passa, portanto, a conviver com uma garantia de proteção social aos cidadãos. Os benefícios sociais passaram a ser garantidos não somente em função de contribuições pretéritas, mas também das demandas por melhorias das condições sociais de grupos vulneráveis e de garantias de bem-estar associadas à cidadania, tais como educação, habitação e saúde.

Segundo Castel (1998), a consolidação do Estado Social está diretamente relacionada ao reconhecimento, na esfera política, da ineficácia de outras formas de regulação sobre a questão social. Esse foi um processo particularmente vigoroso nos países onde o crescimento da produção de riquezas não se identificou com o processo de redução da pobreza operária, associando-se mesmo, em larga medida, como sua causa. Tendo sido afastadas as demais alternativas para a resolução da questão social – como as que propugnavam soluções via mercado, via moralização do povo, via ações de solidariedade ou via movimentos



revolucionários –, ficaram fortalecida a alternativa de negociação de medidas de proteção social garantidas pelo Estado.

Assim, a construção dos direitos sociais de educação, saúde e proteção social - base da cidadania social - ganhou centralidade nas sociedades modernas ao permitir a ampliação dos direitos e obrigações bem como do acesso a um conjunto de bens e serviços considerados essenciais para a população.

Políticas Sociais no Brasil antes da Constituição Federal de 1988

O historiador José Murilo de Carvalho defende a tese de que a obtenção dos direitos sociais no Brasil se deu a partir de 1930, sem que os direitos civis e políticos estivessem garantidos. Para ele, a conquista dos direitos sociais contribuiu para impulsionar a sociedade na busca pelos direitos políticos e civis, ou seja, pela cidadania, comparável à concepção clássica de Marshall, 1967ⁱ. No entanto, é importante considerar que este processo se deu a partir de um acúmulo histórico de lutas populares e dos trabalhadores organizados em associações e sindicatos nas décadas anteriores do século XX, servindo como impulsionador para os avanços dos direitos sociais no país.

Para Boris Fausto (1997), as décadas de 1910 e 20 do século XX foram marcadas por profundas mudanças econômicas e sociais no país, acompanhadas de um vigoroso movimento dos novos segmentos sociais, com o surgimento das classes assalariadas urbanas, num contexto de crescente industrialização. É a partir de então que se cristaliza, no Brasil, a concepção de que a “questão social” é algo estritamente associado ao trabalho. É, portanto, pelo trabalho que determinados problemas sociais da realidade brasileira transformam-se em questão social.

Para Carvalho, sobretudo o ano de 1930 foi o divisor de águas na história do país e a partir desta data, ocorreu à aceleração do ritmo das mudanças sociais e políticas. Nas suas palavras “a história começou a andar mais rápido” e deu-se, assim, pelo trabalho. Observamos que no Brasil a cidadania foi influenciada pela regulação do trabalho e pela disciplina imposta ao trabalhador urbano tutelado pelo Estado. A este tipo de cidadania Wanderley Guilherme dos Santos denomina de “cidadania regulada”, assim definida:



Por **cidadania regulada** entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações **reconhecidas e definidas** em lei. (grifos do autor) (1979).

Santos (1979) destaca ainda as seguintes características que saltam aos olhos quando se estuda a história dos direitos sociais no Brasil: “A cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei. Tornam-se pré-cidadãos, assim, todos aqueles cuja ocupação a lei desconhece”. Desta forma, Santos (1979) conclui que era o “Estado quem definia quem era e quem não era cidadão, via profissão”.

Segundo Luciana Jaccoud (2006), o projeto modernizante dos anos 1930, renovado com o projeto desenvolvimentista, hegemônico entre os anos 1950 e 1970, sustentou a proposta de inclusão dos demais segmentos da população. Esses projetos sinalizavam com a possibilidade de incorporação dos trabalhadores pobres não assalariados a uma situação de estabilidade no trabalho e acesso à proteção social via assalariamento. *Sob a hegemonia de um projeto de bem-estar baseado no desenvolvimento da produção econômica nacional e na ampliação do assalariamento* (Jaccoud, 2006), a proteção social às populações vulneráveis não assalariadas continuaria, durante o período entre 1930 e 1980, sendo realizada fundamentalmente por instituições filantrópicas privadas, com o apoio de financiamento público. Foi na década de 1930 que ocorreram as criações da Legião Brasileira da Assistência (LBA) e do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), que asseguravam este apoio público.

A implantação do sistema previdenciário, combinado com a regulamentação do mundo do trabalho assalariado, manteve ainda a exclusão do sistema de proteção das populações não participantes do processo de acumulação. No entanto, a implementação do direito social, mesmo restrito ao campo do trabalho formal, significou a instituição de mecanismos de transferências monetárias para os trabalhadores assalariados em impossibilidade de trabalho por motivo de doença, velhice, invalidez ou morte para esta parcela importante da população nacional.



Celia Kerstenetzky (2012) aponta que é possível reconhecer três ondas longas de inovação institucional e difusão de direitos sociais no Brasil: os anos de *bem-estar corporativo*, entre 1930 e 1964, nos quais desenharam e implementaram as legislações trabalhistas e previdenciária; o período de *universalismo básico*, compreendido entre os anos de 1964 e 1984 quando se unificou e estendeu a cobertura previdenciária para estratos sociais excluídos (trabalhadores rurais); e o período pós-1988, com a institucionalização da assistência social, a fixação de um mínimo social, a extensão da cobertura previdenciária não contributiva, a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e mais recentemente a valorização do salário-mínimo, renunciando um *universalismo estendido*.

Políticas Sociais no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988

A Carta Magna de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, inovou no campo dos direitos sociais. Dentre outros, foram introduzidos avanços no título dos Direitos e Garantias Fundamentais (artigos 7º e 11) e da Ordem Social (artigos 193 e 204). Muitos desses avanços foram conquistados a partir da mobilização e organização dos movimentos populares e da sociedade civil, com destaque para os Comitês Pró-Participação Popular criados na Constituinte.

No que se refere aos Direitos e Garantias Fundamentais, o legislador incluiu os direitos sociais, os quais são definidos no Artigo 6º como sendo o direito à “educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”.

Os direitos dos trabalhadores rurais e urbanos foram incorporados no artigo 7º e, num total de 34 incisos, foram garantidos o salário mínimo nacional, o seguro desemprego, a indenização em caso de demissão sem justa causa, fixada a jornada máxima de trabalho, dentre outros. Ademais, um dos principais avanços diz respeito ao direito de greve, inscrito no artigo 9º, e assegurado de forma ampla: “é assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender”.

Em relação à proteção social emergiu da Constituição um modelo universalista, que em seu Artigo 194 dispõe que a seguridade social “compreende um conjunto integrado de



ações de iniciativas dos *poderes públicos e da sociedade, destinados a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social*". Criou, ainda, o Sistema Único de Saúde descentralizado, de atendimento integral e com participação da comunidade (Art.198), estabelecendo que:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação (Art. 196 da Constituição da República Federativa do Brasil).

Entre os avanços da Constituição de 1988 na determinação da responsabilidade estatal em função da necessidade de proteção social dos cidadãos, pode-se destacar: i) a instituição da Seguridade Social como sistema básico de proteção social, articulando e integrando as políticas de seguro social, assistência social e saúde; ii) o reconhecimento da obrigação do Estado em prestar de forma universal, pública e gratuita, atendimento na área de saúde em todos os níveis de complexidade; para tanto, o texto constitucional prevê a instituição do Sistema Único de Saúde (SUS), sob gestão descentralizada e participativa; iii) o reconhecimento da assistência social como política pública, garantindo direito de acesso a serviços por parte de populações necessitadas, e direito a uma renda de solidariedade por parte de idosos e portadores de deficiência em situação de extrema pobreza; iv) o reconhecimento do direito à aposentadoria não integralmente contributiva (ou seja, parcialmente ancorada em uma transferência de solidariedade) dos trabalhadores rurais em regime de economia familiar; e v) o reconhecimento do seguro-desemprego como direito social do trabalhador a uma provisão temporária de renda em situação de perda circunstancial de emprego (Jaccoud, 2006).

A Constituição de 1988 afiançou os ideais universalistas combinados com a ampliação da cidadania. Dessa forma, busca a expansão da cobertura de políticas sociais, no que diz respeito a bens, serviços, garantias de renda e de oportunidades. Assim, estabelece uma base organizada de direitos universais.

O novo sistema de proteção social, garantido pela Constituição, institui-se em torno de um conceito mais abrangente de seguridade social, afirmando a garantias de proteção em consequência de riscos sociais – desemprego, doença, invalidez, maternidade, velhice e morte -, bem como de garantias de proteção à saúde e as vulnerabilidades sociais. Essa seguridade social buscou garantir uma cobertura universalizada da proteção social, com um sistema público de



serviços e benefícios não contributivos – saúde e assistência social – integrados aos benefícios contributivos do seguro social e uma inclusão subsidiada dos trabalhadores rurais à política previdenciária.

A opção pela expressão Seguridade Social, presente na Constituição Federal, representou uma ampliação do conceito de proteção social, do seguro para a seguridade, numa perspectiva muito mais abrangente. A seguridade entendida como um sistema de cobertura de contingências sociais voltados para todos os que se encontram em necessidade. Amplia assim, a noção de risco social, vinculando não apenas à perda da capacidade de trabalho, mas também à insuficiência de renda (Kerstenetzky, 2012).

Então, a Constituição de 1988 incorporou os ideais universalistas associados a uma ideia ampliada de cidadania, em busca da expansão da cobertura de políticas sociais no que diz respeito a bens, serviços, garantias de renda e geração de oportunidades. Ela buscou superar um sistema marcado pelo autofinanciamento, excludente e não-distributivo, procurando instituir as bases para a organização de um sistema universal e garantidor de direitos (Jaccoud, 2006).

O sistema que então emerge da Constituição é composto ainda de políticas diferenciadas, organizadas a partir de distintos princípios de acesso, financiamento e organização institucional. Garante, portanto o acesso universal ao sistema público de saúde e de assistência social e para além da proteção social, atua no âmbito da garantia de direitos, como a universalidade do acesso à educação básica.

Também no Brasil, a temática de combate à miséria cresceu de forma significativa no campo das políticas públicas sociais com a Constituição Federal de 1988. Com os novos direitos sociais assegurados pela Carta surge um rico cenário de análises, estudos, proposições e de disputa política, visando à regulamentação das suas disposições. Assim, conforme a Constituição, algumas políticas sociais assumem um caráter universal, em sintonia com a nova dimensão da cidadania brasileira, rompendo com as bases da cidadania regulada (Santos, 1976) e do modelo meritocrático corporativo (Draibe, 1990), aos quais, até então, conformaram o sistema nacional de proteção social.

A redemocratização colocou, portanto, a questão da pobreza, numa dimensão central. A reconstrução da cidadania pressupunha a afirmação da igualdade de todos os cidadãos no que se refere à participação política, ao mesmo tempo em que os ideais universalistas se consolidam como norteadores da ação pública no campo da proteção do cidadão, seja no âmbito



dos direitos civis, seja no dos direitos sociais. Era preciso a afirmação da igualdade e do reconhecimento do cidadão, independentemente de sua condição socioeconômica (Monteiro, 2011).

A Constituição de 1988 inovou também a garantia de renda no campo da seguridade social, operando por meio de uma política contributiva e por programas assistenciais, de natureza não contributiva. Essa inovação buscou assegurar dois objetivos distintos: o seguro social que evita as situações de ausência de renda nos casos da perda da capacidade de trabalho e os programas assistenciais que buscam fazer frente às situações em que a pobreza já está instalada (Jaccoud, 2006).

De natureza não contributiva, a Constituição criou o BPC – Benefício de Prestação Continuada - garantindo à proteção dos inativos – idosos e deficientes - em situação de indigência. Este benefício só começou a ser operacionalizado em 1996, pela regulamentação estabelecida na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS -, fixando o acesso ao benefício para aqueles cuja renda familiar per capita fosse inferior a $\frac{1}{4}$ do Salário Mínimo.

Nos anos 1990, o desafio de construção das políticas sociais, segundo o novo modelo universal e redistributivista, encontrou dificuldades, devido à crise econômica e à oposição do pensamento hegemônico no cenário internacional e seus representantes em terras brasileiras, os quais defendiam a ideia do *Estado Mínimo* e atribuíam aos gastos sociais a responsabilidade pela crise fiscal do Estado.

No Brasil, no entanto, a agenda liberal não comprometeu completamente os avanços trazidos nas políticas sociais pela Constituição Federal de 1988, em grande parte devido às próprias garantias jurídicas do sistema brasileiro de proteção social. Por outro lado, esse sistema lastreado em princípios universais teve de se defrontar com o desafio de reduzir as desigualdades, combater a pobreza e promover a equidade (Monteiro, 2011).

Os programas de transferência de renda não contributivos começaram, então, a ser implantados no Brasil na década de 1990, com experiências municipais. No ano de 2000 são criados em esfera federal e foram unificados¹, em 2003, passando a existir um único programa de transferência de renda, o Bolsa Família (PBF). O novo programa garantiu o acesso a um benefício monetário básico, voltado às famílias mais pobres, independentemente da composição familiar e com piso monetário variável, vinculado à existência de crianças na família¹.



As mudanças entre os programas contributivos e não contributivos destacam-se também quanto ao público-alvo. Os benefícios da previdência social, assim como o BPC, dirigiam-se às populações reconhecidas como dispensadas ou impossibilitadas, temporária ou definitivamente, de garantir a sua sobrevivência pelo próprio trabalho. Por outro lado, o Bolsa Família efetivou a garantia de proteção às parcelas mais vulneráveis da sociedade que não obtêm renda satisfatória, via sua inserção no mercado de trabalho. Pela primeira vez, existiu um programa de distribuição de renda amplo e voltado à população pobre, independente de comprovação de incapacidade para o trabalho ou de afirmação de mérito. Além disso, o programa passou a atuar de forma integrada entre três Ministérios: Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à fome (MDS); Ministério da Educação (MEC); e Ministério da Saúde (MS) no acompanhamento de condicionalidades¹.

Assim, no Brasil, não apenas os trabalhadores vinculados a contratos formais de trabalho, como também os trabalhadores rurais em regime de economia rural, idosos e deficientes em situação de indigência e as famílias em situação de extrema pobreza passaram a ser assistidos pela proteção social pública.

Considerações Finais

Cabe registrar que um avanço expressivo da Constituição Federal de 1988 foi a instituição do conceito de seguridade social destinados a reduzir ou minimizar os riscos e vulnerabilidades a que qualquer cidadão está exposto, em uma sociedade capitalista. Todavia, esse processo deu-se com relativo atraso, uma vez que a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, em seu artigo 85 já preconizava o direito de todos à seguridade social.

O *universalismo estendido* e princípios como equidade, ampliação de atendimento e cobertura, acesso a serviços públicos de qualidade e participação democrática, presentes no momento de elaboração da Constituição, estão ainda presentes nas demandas de diversos movimentos sociais e na sociedade civil organizada. Essas buscam o aprimoramento da cidadania, envolvendo tanto a dimensão dos direitos políticos quanto a dimensão dos direitos sociais.

Além disso, todo o ideário neoliberal vigente no país durante os anos 90 se não comprometeram pelo menos retardaram a implementação do Estado de Bem-Estar social brasileiro. Inúmeros debates e propostas de revisão da seguridade social e, em especial da



previdência surgiram, sendo que, em 1998, foi aprovada a Emenda Constitucional (EC) nº 20, em 2003 a EC nº 43 e, em 2005a EC nº 47. Essas revisões, baseadas na ideia da crise financeira da Previdência Social, desconstruíram vários avanços previstos na Constituição Cidadã, pode-se, por exemplo, citar a mudança do critério de tempo de serviço, para tempo de contribuição.

Vale destacar, que a configuração do modelo brasileiro de proteção social é resultado de um longo percurso histórico, marcado por lutas e conquistas, por avanço e retrocessos, na busca da realização de um ideal de igualdade e de princípios de justiça. Esses que devem orientar as políticas sociais, nem sempre são consensuais, na sociedade brasileira.

No âmbito do combate à pobreza surge um novo patamar de garantia de renda com os programas de transferência monetária, onde por um lado, inaugura um novo tipo de proteção não relacionada à perda da capacidade de trabalho, mas as situações de insuficiência de renda. Por outro lado, introduz uma proteção para a situação de extrema pobreza, independente dela estar ou não associada à incapacidade de participação no mercado de trabalho. Dessa forma, amplia-se o atendimento que passou a incluir milhões de novos beneficiários. Ademais, retira-se um número significativo de famílias da situação de indigência e pobreza extrema, reduzindo a desigualdade de renda.

Os efeitos redistributivos das políticas assistenciais têm limites para a redução das diferentes formas de pobreza, desigualdade e exclusão da sociedade brasileira. Contudo, o enfrentamento da fome e da pobreza como objeto de políticas públicas, a introdução de um programa nacional de garantia de renda – o programa Bolsa Família - e a implementação dos benefícios e serviços enquanto direitos sociais colocaram na agenda pública a importância da inclusão social e o estabelecimento de padrões de vida mínimos para o conjunto da população.

A construção dos direitos sociais de educação, saúde e proteção social - base da cidadania social - reporta-se a uma estratégia maior para o enfrentamento da temática da desigualdade social. A cidadania social realiza, assim, na ampliação do espaço público, por intermédio da garantia de acesso a um conjunto de bens e serviços, considerados essenciais para a população. Tudo isso leva a consolidação das políticas de proteção, necessárias e indispensáveis à plena realização da cidadania social, dentro de um projeto de sociedade menos desigual e com justiça social



A proteção social brasileira ampliou sua cobertura nas últimas duas décadas. Essa, se estendeu não apenas aos trabalhadores vinculados a contratos formais de trabalho, como também, aos trabalhadores rurais em regime de economia rural, idosos e deficientes em situação de indigência. Assim sendo, a garantia financeira se estabelece através de um benefício diferenciado, às famílias em situação de extrema pobreza. Contudo, a consolidação da proteção social enquanto instrumento de garantia de renda ainda é, no Brasil, um processo incompleto.

Há que se considerar que a construção do Estado de Bem-Estar social brasileiro ainda é um processo em curso, objeto de disputa pelos diversos atores da sociedade civil. Todavia, uma comparação do sistema de proteção social brasileiro e de outros países com o mesmo perfil político e social indica que muitos avanços da Constituição de 1988 foram preservados.

Bibliografia

BRASIL. Constituição (1998). Constituição Federativa do Brasil. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2014.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social*– uma crônica do salário. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

CASTRO, J. A; RIBEIRO, J. A. C. As políticas sociais e a Constituição de 1988: conquistas e desafios. In: IPEA, *Políticas Sociais: acompanhamento e análise: vinte Anos da Constituição Federal*. Brasília: Ipea, 2009. Edição 17.

SANTOS, Vanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

DRAIBE, S. Políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas. In: ABREU, J. B. *Para a década de 90: prioridades e perspectivas das políticas públicas*. Brasília: Ipea, 1990.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

JACCOUD, L. *et al.* Assistência social e segurança alimentar: entre novas trajetórias, velhas agendas e recentes desafios (1988-2008). In: IPEA, *Políticas Sociais: acompanhamento e análise: vinte anos da Constituição Federal*. Brasília: Ipea, 2009. Edição 17.



JACCOUD, Luciana. Indigência e pobreza; efeitos dos benefícios previdenciários, assistenciais e de transferência de renda. In: PELIANO, Anna (org). *Desafios e perspectivas da política social*. Brasília: IPEA, 2006. Texto para discussão nº. 1248.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. *O Estado do Bem-Estar Social na Idade da Razão: A Reinvenção do Estado Social no Mundo Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MONTEIRO, Iraneth. *Integração de Políticas Sociais: Um Estudo de Caso sobre o Programa Bolsa Família*. RJ: CPDOC-FGV, 2011 (Mestrado Profissional).

OLIVEIRA, Carlindo Rodrigues; Regina Coeli. Oliveira. Direitos sociais na constituição cidadã: um balanço de 21 anos. In: *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, n.105, p 6 - 29. 2011.

PIERSON, C. *Beyond the Welfare State?* Cambridge: Polity Press, 1991.

ROCHA, Sonia. *Transferências de Renda no Brasil: O Fim da Pobreza?* Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.



DIRETAS JÁ ENQUANTO CONSOLIDAÇÃO DE LEGITIMIDADE POLÍTICA

*Samuel Fernando da Silva Junior **

RESUMO:

A presente pesquisa analisa o movimento *Diretas Já*, enquanto um processo de dominação político-burguesa exercido, sobretudo, pelos partidos, PMDB e PDT. Durante o processo de distensão política anunciado por Geisel e, posteriormente, com o aprofundamento no processo de abertura instaurado por Figueiredo, concomitante ao avanço de setores políticos burgueses “oposicionistas”, se deu um longo processo de “acordos”, arranjos e desarranjos, estabelecidos pelo topo. Nesse enredo, a presente pesquisa se propõe a analisar tal movimento social verificando as suas articulações frente ao seu processo de legitimidade política. Para tanto, utilizamos como arcabouço teórico a cientista política Maria José de Resende, e o historiador Vanderley Elias Nery. Desse modo, verificamos o quão contraditório foi o processo de “redemocratização” e os seus limites.

PALAVRAS-CHAVE: Redemocratização, Diretas-Já, Movimentos sociais, Política, Legitimidade.

Diretas Já e a sua peculiaridade

Antes de seguir com a análise do movimento social *Diretas Já* e seu processo de dominação política, iremos verificar alguns conceitos que foram utilizados por Eder Sader e Maria da Glória Gohn para compreender o *boom* de mobilizações sociais no final da década de 1970. Assim, estabeleceremos algumas diferenças entre as mobilizações de 1970 e as *Diretas Já*.

A partir dos movimentos sociais, que ganharam mais visibilidade em 1978 (Novo Sindicalismo, Comunidades Eclesiásticas de Base, Movimento Custo de Vida, Clube das Mães, Movimento da Saúde, entre outros), tornou-se necessário a elaboração de novos conceitos, para tentar entender aquele *boom* social. Dois conceitos foram elaborados por Eder Sader, *sujeito coletivo*: “a noção de sujeito coletivo é no sentido de uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades” (SADER, 1988, p. 55), e a *autonomia do sujeito*: “sujeito autônomo não é aquele que seria livre de todas as determinações externas, mas aquele que é capaz de reelaborá-las em função daquilo que define como sua vontade” (SADER, 1988, p. 56),



esses dois conceitos e o contexto histórico são basilares para a compreensão dos movimentos sociais mais organizados, até então, dentro do regime militar brasileiro.

O movimento social *Diretas Já* foi abordado pela socióloga e cientista política, Maria da Glória Gohn como um ponto de inflexão aos demais movimentos sociais:

Ainda nos primeiros anos da década de 80, no plano da realidade brasileira, novos tipos de movimentos foram criados, fruto da **conjuntura político-econômica da época**. Foram movimentos que se **diferenciaram tanto dos movimentos sociais clássicos – dos quais o movimento operário é sempre tido como exemplar – como também dos “novos” movimentos sociais surgidos nos anos 70**, populares e não populares (GOHN, 2012, p. 284).
(grifo nosso)

Assim, como demonstra a autora, a conjuntura recessiva da década de 1980 teve um papel decisivo na articulação desses novos “fenômenos” sociais. Os movimentos da década de 1980 apresentaram muitas características diferentes dos movimentos sociais antecedentes, a principal diferença entre os movimentos sociais da década de 1970 e o movimento *Diretas Já*, é justamente o caráter conceitual da mobilização.

Enquanto os movimentos sociais da década de 1970 possuíam características de *sujeitos coletivos* e também de um conceito similar ao usado por Eder Sader, o de *ação coletiva*: “um sistema de valores ou ideologia, um sentido ou identidade comum, normas para ação e uma forma de estrutura organizacional para obter os fins do movimento” (GOHN, 2014, p. 23), as mobilizações pelas *Diretas Já*, majoritariamente, expressavam uma nova experiência social, sendo o oposto desses conceitos.

Lucilia de Almeida Neves Delgado, (DELGADO, 2007, p. 409-427) analisa o movimento das *Diretas*, como uma verdadeira heterogeneidade nas reivindicações, destacando as diferentes organizações que participaram das mobilizações, tais como: União Nacional dos Estudantes (UNE), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Além disso, os inúmeros sindicatos e as próprias pessoas desvinculadas de instituições tinham em sua essência, diversas opiniões de transformação política e social, cada grupo ou cada pessoa, neste contexto, almejavam diversas mudanças para o Brasil, junto com as aclamações para o voto direto imediato.



Outra característica dos movimentos sociais dos anos de 1980 foi justamente a transição “da fase do otimismo para a perplexidade e, depois, para a descrença” (GOHN, 2012, p. 285) e seria o que, talvez, poderia ser chamado a “vitória” do Estado capitalista sobre o povo que se mobilizou. Onde, o governo, conseguiu desenvolver medidas que “fragmentaram” as mobilizações das massas, como demonstra Gohn:

Vários fatores contribuíram para estas mudanças, com destaque para as alterações nas políticas públicas e na composição dos agentes e atores que participam de sua implementação, gestão e avaliação; o consenso, a generalização, e o posterior desgaste das chamadas práticas participativas em diferentes setores da vida social; o crescimento enorme do associativismo institucional, particularmente nas entidades e órgãos públicos, os quais cresceram muito em termos numéricos ao longo dos anos de 1980, absorvendo grande parcela dos desempregados do setor produtivo privado (GOHN, 2012, p. 285).

Portanto, após a “redemocratização”, o associativismo do Estado com a população, se torna uma questão de busca estritamente consensual, e, ao mesmo tempo relativa, pois na medida em que o governo consegue apresentar para as classes populares a democratização como a verdadeira resolução para os problemas sociais, com o intuito de pôr fim às greves, criaram de maneira ambígua “oportunidades de emprego” (após a “redemocratização” devido a crise que atingia o Brasil durante a década de 1980 a rotatividade de funcionários nas mais diversas empresas eram altas). Nesse contexto, o governo que representou a Nova República, “maquiou” suas relações com o “mesmo bloco de poder” do regime ditatorial, mantendo o *status quo* já estabelecido, só que com uma nova aparência.

As estruturas do poder político durante a campanha

O movimento social *Diretas Já* teve o seu início no Parlamento, com a elaboração da *Emenda Dante de Oliveira*, conforme Leonelli, (LEONELLI; OLIVEIRA, 2004, p. 35) esta emenda simbolizou o processo de abertura, marcado pela grande adesão popular. Este período foi um momento ímpar na história política do Brasil, pois houve a participação de vários setores da sociedade civil que lutavam contra o estigma da abertura “lenta, gradual e segura” do regime. Um fator agravante do descontentamento popular, também das grandes parcelas da burguesia



nacional e representantes das empresas multinacionais, foi justamente, o excessivo beneficiamento do capital financeiro internacional, em detrimento ao setor produtivo nacional e internacional, que deixaram de ter as participações nas decisões políticas e econômicas, concomitantemente deixaram de receber investimentos do capital estatal.

O Brasil em 1983 entrara em um período de recessão econômica, onde a taxa de juros de empréstimos concedidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) que variavam entre 6% e 7%, chegou a se multiplicar por três no início da década de 1980, (SADER, 1990, p. 36) diminuindo os privilégios de setores da burguesia nacional e favorecendo o capital financeiro, conseqüentemente fazia que alguns setores burgueses aderissem à mobilização pela “redemocratização”.

Portanto, partidos da oposição (PMDB, PDT e PT) no início da recessão, cientes do crescente descontentamento popular e principalmente burguês, entraram em uma disputa parlamentar com o intuito de enfraquecer o regime ditatorial. Nesse contexto, o historiador Vanderlei Elias Nery, pontua que:

A insatisfação desses setores será canalizada, em parte, para a luta parlamentar, Câmara de Deputados e Senado e para os executivos estaduais, eleições de governadores. Esses setores estiveram presentes na campanha Diretas Já, principalmente, a partir de seus representantes parlamentares e governadores estaduais (NERY, 2010, p. 72).

Dentre os partidos de oposição, o PMDB ganhou o verdadeiro destaque na política de “redemocratização”. Os fatores que contribuíram para essa liderança partidária nas mobilizações pelas *Diretas* se deram pelo fato do PMDB ganhar as eleições para governador em estados economicamente importantes e volumosos em termos demográficos e também, pelo ato de Dante de Oliveira, do PMDB, elaborar a emenda pelo voto direto. Neste contexto de transição, foram criadas basicamente três vertentes políticas divergentes, principalmente dentro do Legislativo, enquanto ao processo sucessório, eram elas:

Continuidade: a escolha dos nomes se daria pelas disputas internas ao PDS, em confluência ou não com a “coordenação” do presidente Figueiredo, e culminaria no Colégio Eleitoral; Negociação: haveria um processo de negociação política – de conteúdo e amplitude a princípio em aberto – entre, de um lado, membros do governo e do PDS e, de outro, parte da oposição. O horizonte dessa negociação seria, ainda, o Colégio Eleitoral; Ruptura: tornar-



se-ia viável a proposta de eleições diretas já para 1984 (RODRIGUES, 2003, p. 20).

Diante dessas estruturas estabelecidas, conseguimos perceber que o movimento *Diretas Já*, começou a se desenhar em uma perspectiva que veio atender o sistema político burguês, sob um viés conservador/liberal, que seria representado pela “Aliança Democrática” e tendo à frente a figura de Tancredo Neves. Desse modo:

Depois das belas palavras, que fundamentaram o acordo do que levaria à traição das diretas-já (e portanto, do sufrágio universal, alicerce do “pluralismo democrático”), permitiram a unificação conservadora em torno do nome e da liderança de Tancredo Neves, conduziram ao “programa” da “Aliança Democrática” e à campanha “popular” que iria “legitimar” o Governo escolhido por uma ínfima minoria para servir como elo da “Nova República” com o antigo “sistema”. (FERNANDES, 1989, p. 16)

Cabe destacar que as articulações burguesas dentro do bloco de poder começaram a ganhar força após as eleições de 1978, conseguindo utilizar de forma eficaz as mobilizações de massas para o seu próprio benefício e consolidando no movimento pelas *Diretas*, uma *verticalização*, o domínio burguês frente ao movimento. De acordo com Vanderlei Elias Nery:

[...] no final dos anos 1970, a sacralização da democracia burguesa (claro que desprovida deste qualificativo) adquiriu verdadeiro caráter de massa. Exerceu forte influência sobre a campanha *Diretas Já*, contribuindo para a subordinação do movimento operário à oposição burguesa, que soube canalizar os descontentamentos populares para o Parlamento, apontando como saída para a crise econômica o restabelecimento da “democracia” (NERY, 2014, p. 258).

Levando em consideração, que os movimentos pelas *Diretas*, tiveram maior mobilização e expressão em estados governados pelo PMDB, com exceção do Rio de Janeiro, que era governado por Leonel Brizola (PDT), tornou-se evidente uma direção política burguesa que usavam as vozes populares das mobilizações para se legitimarem contra o regime militar e contra o partido do governo, PDS.



O projeto de *democratização* entendido como “a contestação aberta pelo direito de disputar o governo, e isto, por sua vez, requer eleições livres, cujos resultados determinam quem irá governar” (STEPAN, 1986, p. 12), foi uma das reivindicações estabelecidas durante as mobilizações pelas *Diretas*, e que conseguiu, de certa forma, pressionar o governo militar. Porém, o que foi estabelecido pelo topo foi um projeto de *liberalização* que “pode significar mistura de mudanças de orientação política e sociais, tais como o abrandamento da censura nos meios de comunicação, um maior espaço de atuação para a organização de atividades autônomas da classe trabalhadora.” (STEPAN, 1986, p. 12).

Este projeto de liberalização controlada mesmo após a redemocratização foi, majoritariamente consensual e articulada pelos políticos de oposição (PMDB), situação (PDS) e dissidentes do PDS (Frente Liberal). A partir dos “desencontros” destes setores (sociedade civil e sociedade política), verifica-se um antagonismo entre esses, durante o período da redemocratização. Mesmo no auge da crise econômica e política, os militares ainda relutavam com o processo de democratização. De acordo com Stepan (1986, p.12):

Os estrategistas do regime estavam compreensivelmente felizes com esse padrão de comportamento que sustentava mais a liberalização do que a democratização [...] Utilizando essas definições, fica claro que pode haver uma liberalização sem democratização. A liberalização diz respeito, fundamentalmente, à sociedade civil. A democratização, fundamentalmente à sociedade política.

O marco da adesão burguesa industrial ao processo de redemocratização foi a partir de 1981/1982, quando o governo de exceção deixou de privilegiar estes setores, ocasionando forte queda no PIB industrial e, concomitante, começou a atender os interesses do capital bancário monopolista nacional e do capital financeiro internacional (NERY, 2014, p. 262). O distanciamento desta burguesia nacional com o governo, junto com a crise econômica e o forte crescimento dos partidos de oposição, PMDB e PDT, foi crucial para o início da campanha em 1983. A intenção destes dois partidos, mas principalmente do primeiro, era manter o *continuismo* no processo de abertura sem ocasionar rupturas com a transição, postura esta, tomada pela burguesia industrial que conseguiu manter relações com a política de oposição sem provocar muitas críticas ao regime militar. Como afirma Vanderlei Elias Nery:



O arrefecimento das críticas às políticas de Estado implementadas a partir de 1981 por parte da burguesia industrial acabou abrindo caminho para a consolidação da hegemonia do capital bancário nacional em conjunto com o capital financeiro internacional no seio do bloco de poder do Estado brasileiro. Foi nesse contexto que surgiu a campanha Diretas Já. Com o início tímido, ela ganhou as ruas e praças Brasil afora. A oposição burguesa, através do PMDB e do PDT, fez de tudo para manter a campanha dentro da estrita ordem burguesa, canalizando toda a luta, expressa nas grandes manifestações de rua, para a contenda parlamentar (NERY, 2014, p. 264).

Durante o período de abertura política, haviam dois projetos de Estado que estavam em jogo. O primeiro era o projeto de Estado burguês ditatorial, que já estava em declínio político e que alguns setores buscavam manter no regime. Esses setores eram da linha dura (Valter Pires, Ministro do Exército; e general Octávio Medeiros, chefe do Serviço Nacional de Informação). Entende-se como Estado burguês ditatorial:

A forma ditatorial de Estado burguês consiste na monopolização, pela burocracia, de toda capacidade decisória propriamente estatal (o que não exclui a influência e as pressões, desigualmente exercidas pelas diferentes classes sociais, sobre os burocratas estatais, antes e depois de acionada a instância especificamente estatal do processo decisório), em detrimento do órgão de representação política (Parlamento); e implica, além do mais, a ascendência das Forças Armadas sobre os ramos civis no seio da burocracia (militarização do “Executivo”) (SAES, 2011, p. 35).

O segundo era o Estado burguês democrático, entendido como “uma variação na relação de força dentro do aparelho de Estado *lato sensu*, entre setores de administração civil, polícia, Justiça, entre outros, de um lado, e, o órgão de representação política de outro” (SAES, 2001, p. 34), que foi ganhando força ao longo do processo de abertura. Durante o processo pós-recessivo de 1982-1983, muitos empresários aderiram a esse projeto, se unindo com setores político ligados à “redemocratização”, para que estes políticos, futuramente, beneficiassem o setor empresariado e o ramo industrial.

O que evidenciou tentativas de setores da linha dura em manter o regime, foi o próprio episódio Riocentro, que tinha como plano sabotar um evento de música popular em comemoração ao Dia do Trabalhador, colocando uma bomba em algum lugar do evento, para que quando explodisse, a atribuição da culpa ficaria às organizações de esquerda, ocasionando o



recrudescimento do regime, porém, este atentado acabou “falhando” explodindo dentro do carro de dois oficiais do exército, um morreu e outro ficou ferido. De certa forma, este atentado acabou enfraquecendo ainda mais a imagem da linha dura do regime

Verticalização das Diretas, o controle do movimento

A *verticalização* das *Diretas Já* será analisada a partir de alguns comícios organizados em 1984 pela oposição burguesa. Estes setores parlamentares conseguiram canalizar a insatisfação popular, para somente pressionar o regime e políticos do PDS a entrarem em um acordo de transição pelo topo, sem ocasionar rupturas ou quaisquer mudanças com viés radical. O primeiro aspecto a ser analisado é o papel do PMDB e do PDT na organização dos comícios, nos estados de São Paulo (governador Franco Montoro, PMDB) com participação do Leonel Brizola (governador pelo PDT no Rio de Janeiro). Em outras palavras:

Um ponto a ser examinado refere-se à identificação das principais lideranças que atuaram na campanha. A forma de organizar e apresentar os comícios nos mostra quem são essas lideranças. Dentre os muitos comícios espalhados pelo Brasil, três foram os principais e ocorreram nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, nos primeiros meses de 1984. Em todos eles os governos estaduais estiveram à frente da organização, seja produzindo materiais ou facilitando o acesso da população em geral, como foi o caso de São Paulo, onde o governador determinou a liberação das catracas do Metrô no dia do comício [...] Como podemos observar, têm papel de destaque na campanha, fundamentalmente, políticos ligados aos partidos burgueses, tendo como contraponto o PT, porém este aparece como minoria na composição das lideranças (NERY, 2010, p. 72).

Com o desenvolvimento dos comícios pelas *Diretas*, essa *verticalidade* política ficou evidente no comício que aconteceu em São Paulo, no Vale do Anhangabaú, realizado no dia 16 de abril de 1984, nove dias antes da votação da *Emenda Dante de Oliveira*. A Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Partido dos Trabalhadores (PT) com o apoio de setores de esquerda, haviam proposto uma greve geral dos operários para provocar uma maior pressão aos setores parlamentares do governo, e estes, votarem a favor da emenda no Congresso Nacional, ao mesmo tempo esta greve reivindicaria melhores salários e condições de trabalho. No entanto, esta greve acabou sendo barrada por setores políticos burgueses “pró-redemocratização”, que,



não queriam perder o controle da campanha. Esse episódio foi considerado por Alberto Tosi Rodrigues como um simples incidente:

O único incidente do dia registrou-se quando o governador Leonel Brizola irritou-se com uma faixa, estrategicamente estendida pelo grupo Alicerce da Juventude Socialista, que pedia greve geral dia 25 de abril. A Polícia Militar cortou as cordas da faixa e ela foi rasgada por manifestantes brizolistas (RODRIGUES, 2003, p. 74).

Este acontecimento não foi um simples incidente, este é um claro exemplo de controle da campanha, por políticos e outros setores burgueses envolvidos, que de certa forma, impuseram uma “censura” à manifestação dos diversos setores que saíram às ruas, dado que, não foram policiais a mando do regime militar que interviram naquela manifestação, e sim os próprios políticos que eram favoráveis a “redemocratização”. Portanto, neste período, nem a “esquerda parlamentar” estava comprometida com o apoio à greve geral, pois não queriam correr riscos de causar mudanças nas estruturas sociais, e, para camuflar sua negação utilizaram o Comitê pró-Diretas para barrar a proposta de greve (NERY, 2010, p. 75). Essa questão de barrar a greve geral, para Vanderlei Elias Nery, foi um dos maiores indícios, de controle burguês sobre a campanha. Como ressalta o autor:

Uma importantíssima forma de luta dos trabalhadores, a greve geral, foi descartada pela oposição burguesa, pois apresentava o risco de ultrapassar os limites institucionais, levando ao confronto entre o capital e trabalho, e permitindo que as estruturas de poder fossem questionadas. Foi justamente para impedir esse questionamento que a oposição burguesa canalizou as insatisfações para o Parlamento, fustigando cautelosamente o regime militar em si, mas não suas bases de sustentação (NERY, 2014, p. 267).

Outra ocasião, em Belo Horizonte (MG), reforça a ideia da direção partidária burguesa frente ao movimento. Este foi protagonizado pelo então governador do Estado, Tancredo Neves:

O governador também se encarregou pessoalmente de detalhes delicados. Pediu ao comandante da II Divisão do Exército que não colocasse homens de prontidão (“a responsabilidade é toda minha”, teria declarado) e ao presidente do Banco Central, Celso Pastore, que não determinasse o fechamento das agências bancárias no dia do comício para não esvaziar o centro da cidade, e



ainda negociou com o PCdoB para que as temidas bandeiras vermelhas não fossem ostensivamente apresentadas [...] tendo ao fundo do centro da cidade apinhado como nunca, sem policiamento ostensivo do Exército e sem o colorido comunista (RODRIGUES, 2003, p. 55). (grifo nosso)

Em São Paulo, Franco Montoro, foi o exemplo vivo da contradição burguesa frente ao movimento das *Diretas Já*. No início das mobilizações aparentemente ele era quase que um protagonista pelas *Diretas*, mas, no findar da campanha, perto da votação da emenda (25 de abril de 1984), retirou publicamente seu apoio preferindo o consenso através das eleições indiretas, (RODRIGUES, 2003, p. 32). Naquele período, estava relativamente certo que o seu “parceiro” de partido, Tancredo Neves, tinha fortes chances de ganhar uma possível eleição via Colégio Eleitoral.

A derrota das Diretas. Aliança Democrática, representantes da democracia?

O que marcou a derrota da emenda foi o êxito do casuísmo político burguês em detrimento ao movimento popular, que não era uma “festa cívica” (como as *Diretas Já* ficou conhecido), e sim os ecos das mais variadas vozes populares, que por vinte anos foram caladas e esquecidas. Em outras palavras:

A derrota da campanha Diretas Já significou a derrota das lutas operárias e populares. É verdade que a forma de Estado e o regime político seriam gradualmente alterados, transitando-se da ditadura para a democracia burguesa. No entanto, mesmo esta, quando comparada a congêneres, principalmente em formações sociais imperialistas, apresenta sérias limitações (NERY, 2014, p. 268).

A Aliança Democrática foi, em sua plenitude, um pacto formalizado pelo PMDB e a Frente Liberal (dissidentes do PDS), que tinham como meta principal lançar um candidato consensual entre esses dois grupos ao Colégio Eleitoral para a sucessão de Figueiredo. Maria José de Rezende esclarece qual era o principal motivo da Aliança Democrática:

Pode-se afirmar que a autocracia redefinía-se através de interlocutores que pregavam o consenso e a conciliação como o único remédio para o país. A falta de credibilidade na ditadura fazia com que esta procurasse quem a



remodelasse, e redefinissem como forma de sobreviver aos novos tempos, em que setores dominados lutavam mais acirradamente contra o arbítrio e a repressão. Alguns setores do governo não aceitavam a necessidade imposta de redefinição do pacto de poder, o sistema, por exemplo, juntamente com outros sustentáculos do regime apresentavam-se desnorteados (REZENDE, 1996, p. 177).

Corroborando com a perspectiva da autora, verificam-se as articulações do sistema político nas mãos de civis que, mostrando suas posições conservadoras e até mesmo ortodoxas, se enquadraram nos moldes aceitos pelos militares de se fazer política e conseguiram a confiança do regime para continuar o processo de liberalização. Florestan Fernandes analisou o papel da burguesia dentro deste processo político: “Eles querem: manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e o controle burguês sobre o Estado nacional se deteriore” (FERNANDES, 2006, p. 343).

Por meio desta abordagem de Florestan Fernandes, compreende-se o principal mecanismo estabelecido pela Aliança Democrática para constituir uma democracia burguesa após o regime ditatorial, e automaticamente deixaram os setores populares à margem do sistema representativo, pois a maioria das camadas populares eram favoráveis a ruptura por meio do voto direto. Isto era exatamente o que os setores militares e os setores burgueses não desejavam, pois queriam continuar com o modelo imposto em 1974 por Geisel, “lento, gradual e seguro”.

A figura de Tancredo Neves durante o processo das mobilizações pelas *Diretas* e, posteriormente, na formação da Aliança Democrática, é completamente contraditória. No início da campanha pelo sufrágio imediato, em 1983, ele se declarava a “favor”, tanto que promoveu e organizou um grande comício em 24 de fevereiro 1984, em Belo Horizonte. Porém, na realidade, ele era completamente contrário às *Diretas* e pretendia reverter essas grandes mobilizações ao seu favor, trazendo para si, legitimidade popular. Desse modo:

No caso de Tancredo Neves, que considerava a campanha improcedente não só por expressar um processo de radicalização política e ruptura com a institucionalidade autoritária no tocante à sucessão presidencial como também por “atropelar” o processo de conciliação com o governo que ele próprio vinha dirigindo, além de claramente enfraquecer suas possibilidades como provável candidato no pleito indireto. Por isso, além de evitar se envolver no processo de mobilização, Tancredo, como governador, reprimiu manifestações pelas *Diretas* Já em diversos momentos (MACIEL, 2014, p. 289).



Assim, Tancredo Neves, tendo o apoio do PMDB no Colégio Eleitoral, seguiu para as negociações com setores do PDS, a causa de grande adesão pedessista à Aliança Democrática foi justamente a vitória do Paulo Maluf (representante mais retrógrado da ditadura) na convenção do PDS que, decidiu por meio de votação, qual seria o nome lançado ao Colégio Eleitoral. Neste contexto, formou-se um forte grupo dissidente do PDS que, dentre outros, contava com Aureliano Chaves, José Sarney e posteriormente a maioria dos governadores do Nordeste brasileiro, entre eles Antônio Carlos Magalhães, formando a Frente Liberal. A chegada de um consenso entre representantes do PMDB e setores da Frente Liberal, para se formar a Aliança Democrática, confirmou a continuidade autoritária e burguesa em detrimento dos setores populares progressistas. Paradoxalmente, Tancredo Neves se tornou, um verdadeiro símbolo da “redemocratização”. Em outras palavras:

A negociação envolveu a participação de pedessistas dissidentes no governo de Minas Gerais e o estabelecimento do não revanchismo como a plataforma fundamental sobre a qual se deu a costura política que lançou a candidatura da Aliança Democrática em 7 de agosto, com Tancredo Neves na cabeça da chapa e José Sarney na vice-presidência. O programa político da Aliança Democrática expressava o conteúdo burguês e autoritário da aliança política que lhe deu sustentação, pois além do não revanchismo – ou seja, a recusa do futuro governo em investigar e punir crimes políticos cometidos pelos militares desde o golpe de 1964 –, a abolição definitiva da institucionalidade autoritária ficaria adiada para a convocação de um Congresso Constituinte apenas em 1986. Isso quer dizer que até lá o futuro governo da Aliança Democrática administraria o país com base no chamado “entulho autoritário”, inclusive na Lei de Segurança Nacional, que para o programa aliancista deveria continuar como estava (MACIEL, 2014, p. 291).

Esta conciliação significou, nada mais, nada menos, esquecer os vinte e um anos de repressão do Estado ditatorial, mortes e torturas, vindo à tona o aspecto burguês e antidemocrático de Tancredo Neves.

Não obstante, o aparato midiático criou uma representação de Tancredo Neves que não existia: um caráter democrático, o homem que visa o bem nacional, que os problemas nacionais seriam resolvidos simplesmente com a entrada de um governo “democrático”. Uma indagação pertinente que resta é, quais foram os favorecimentos negociados pelos setores



políticos de Tancredo Neves, às grandes corporações, midiáticas e empresariais, nacionais e/ou internacionais? Maria José de Rezende pincelou esta ideia:

Os retoques fundamentais e persuasivos foram dados nos anos de 1983 e 1984, numa recomposição entre dissidentes do PDS e PMDB, com base na Aliança Democrática, que levou de roldão qualquer possibilidade de mudança substancial. **Tudo passou a ser submetido aos interesses da burguesia nacional e estrangeira, em nome do interesse de toda a sociedade.** No início de 1983 Tancredo Neves articulava com os dissidentes situacionistas e com os setores que estavam dando pleno apoio ao governo. Tanto um grupo como o outro haviam sido o sustentáculo da ditadura, e parte deles, naquele momento, compreendiam a necessidade de algumas inovações (REZENDE, 1996, p. 175). (grifo nosso)

Tancredo Neves, seus aliados e seu staff relativamente souberam manipular as vozes das ruas, conseguindo usá-las para adquirir legitimidade na corrida parlamentar do Colégio Eleitoral. Este, através da Aliança Democrática, demonstrava a mudança que o povo clamava, era o “representante” das classes populares. Mas na verdade:

Para o ex-presidente do PP (Tancredo Neves), os empresários (industriais e banqueiros) estavam “ávidos por uma liderança”, o que já demonstrava que estes setores compreendiam que a defesa da prática do diálogo e da conciliação apontava o Governador de Minas Gerais como portador das características de liderança de que precisavam para dar continuidade ao projeto de desengajamento militar e articular o novo pacto político (REZENDE, 1996, p. 175).

Portanto as contradições de Tancredo Neves se tornam evidentes, “Diretas já nos palanques e consenso nas articulações com os descontentes situacionistas” (REZENDE, 1996, p. 187). No final da corrida parlamentar para o Colégio Eleitoral, foi estabelecida uma aliança entre o PMDB e setores da alta tecnoburocracia, definindo o plano de ação política, caso a Aliança Democrática vencesse a votação. O plano da aliança foi consolidado em uma comissão entre representantes do PMDB (José Serra, Celso Furtado e Luciano Coutinho) e da Frente Liberal (Hélio Beltrão, Sérgio Freitas e Sérgio Quintella):

A comissão foi formada por seis membros, três do PMDB e três da Frente Liberal, sob a liderança de José Serra (PMDB), então secretário de Planejamento do Estado de São Paulo. Analisando os representantes da



Frente Liberal, nota-se a presença marcante, de Hélio Beltrão, acompanhado por Sérgio de Freitas e Sérgio Quintella. Os dois acompanhantes de menor grandeza, relativamente a Beltrão, eram representantes confiáveis da “grande” burguesia nacional que consolidavam a aliança com a tecnoburocracia. Sérgio de Freitas era o vice-presidente do Banco Itaú, e Mario Quintella era presidente e um dos donos da Montreal Engenharia [...] Em 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves seria eleito presidente com vitória sobre Paulo Maluf. A partir de fevereiro o novo presidente passa a divulgar seu ministério que, para surpresa dos peemedebistas autênticos (não oriundos do PP) contaria com uma presença determinante de integrantes da Frente Liberal (já então constituída como partido, o PFL) e o antigo PP (SUAREZ, 1986, p. 231).

Em suma, a pretensão de Tancredo Neves era estabelecer consenso entre setores que até então eram antagônicos, que eram, setores ligados à tecnoburocracia e grupos ligados à empresas privadas, vinculados ao liberalismo, frações essas, representadas pela Frente Liberal e pelo antigo Partido Popular (PP), respectivamente. Os setores populares acabaram esquecidos, não obstante, legitimou-se uma verdadeira continuidade do regime militar, como demonstra David Maciel:

Os cargos mais importantes do governo de Tancredo Neves eram ocupados pelos dissidentes pedessistas, pelos peemedebistas conservadores e moderados e pelos militares, formando um campo conservador fortemente comprometido com a manutenção da autocracia burguesa e representado por ele mesmo e seu vice, além de Aureliano Chaves (ministro de Minas e Energia), Antonio Carlos Magalhães (Comunicações), Marco Maciel (Educação), Francisco Dornelles (Fazenda), Roberto Gusmão (Indústria e Comércio), José Hugo Castelo Branco (Casa Civil) e os próprios ministros militares (MACIEL, 2014, p. 294).

Contudo, diante destes aspectos, verifica-se uma verdadeira derrota do movimento *Direta Já* a partir do *continuismo* elaborado pelo topo, sem nenhuma representatividade popular. A considerada Nova República acabou se tornando uma tutela militar, da qual encontramos resquícios ainda nos dias de hoje. Nesse enredo:

As tutelas mencionadas e a negação dos direitos reais de cidadania para a esmagadora maioria do país, dos quais 2/3 vivem com renda de, no máximo, 3 salários mínimos, bem como as discriminações que continuam a vigorar contra os menos favorecidos, crianças e jovens originários das classes



populares, mulheres, negros, índios, homossexuais e todas as chamadas minorias políticas, demonstram a distância entre a afirmação da liberdade feita pelos cânones do liberalismo e sua vigência de fato. A simples reinstauração dos critérios de divisão de poderes entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, acompanhada de outros direitos formais, não atinge o âmago da crise social brasileira (SADER, 1990, p. 54).

Os problemas econômicos e estruturais da distribuição de renda e a fome ainda se perpetuavam na sociedade pós-1985. Muitas pessoas que foram às ruas acreditavam que a redemocratização iria melhorar suas condições de vida e que ocorreria uma inclusão de setores sociais até então situados na marginalidade. Os “heróis” da “redemocratização”, que aclamavam que a democracia seria efetivamente o fim de todos os problemas no Brasil, mostraram o que realmente queriam, ou seja, favorecer setores empresariais descontentes com o regime, tendo ainda, legitimidade popular. O “novo” projeto político com características liberais colocado em execução, não melhorou significativamente o bem-estar social dos mais variados setores populares subalternos. Esse modelo, agravou os problemas econômicos brasileiros, o que configurou-se apenas, em uma transição estritamente política.

REFERÊNCIAS:

- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *Diretas Já: vozes das cidades*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). *Revolução e Democracia (1964...)*. 1ª Edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007. 409-427 p.
- FERNANDES, Florestan. *A Constituição inacabada*. 1ª Edição, São Paulo, Estação Liberdade, 1989. 382 p.
- _____. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5ª Edição, São Paulo, Ed. Globo, 2006. 507 p.
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 10ª Edição, São Paulo, Edições Loyola, 2012. 416 p.
- _____. *Novas Teorias dos Movimentos Sociais*. 5ª Edição. São Paulo, Edições Loyola, 2014. 168 p.
- LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante. *Diretas já: 15 meses que abalaram a ditadura*. 1ª Edição, Rio de Janeiro, Record, 2004. 640 p.



MACIEL, David. *A Aliança Democrática e a transição política no Brasil*. In: PINHEIRO, Milton (org.). *Ditadura: o que resta da transição*. 1ª Edição, São Paulo, Boitempo, 2014. 269-301 p.

NERY, Vanderlei Elias. *Diretas Já: a busca pela democracia e seus limites*. Lutas Sociais (PUCSP). São Paulo, v. 1, 2010. 70-77 p.

_____. *Diretas Já: mobilização de massas com direção burguesa*. In: PINHEIRO, Milton (org.). *Ditadura: o que resta da transição*. 1ª Edição, São Paulo, Boitempo, 2014. 247-268 p.

REZENDE, Maria José de. *A transição como forma de dominação política*. 1ª Edição, Londrina, ED. UEL, 1996. 309 p.

RODRIGUES, Alberto Tossi. *Diretas Já: o grito preso na garganta*. 1ª Edição, São Paulo, Perseu Abramo, 2003. 120 p.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. 1ª Edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. 332 p.

SADER, Emir. *A transição no Brasil: da ditadura à democracia?* 1ª Edição, São Paulo, Atual, 1990. 92 p.

SAES, Décio. *República do capital: capitalismo e processo político no Brasil*. 1ª Edição, São Paulo, Boitempo, 2001. 136 p.

STEPAN, Alfred. *Os militares: da abertura à nova República*. Tradução: Adriana Lopez e Ana Luíza Amendola, 1ª Edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986. 116 p.

SUAREZ, Marcus Alban. *Petroquímica e tecnoburocracia: capítulos do desenvolvimento capitalista no Brasil*. 1ª Edição, São Paulo, Ed. Hucitec, 1986. 242 p.

ISSN
2316-4808



Edição Nº 17
JUL-AGO/2015

Temática Livre



***O Brasileiro Imparcial*, uma “arma no combate político” na Corte Imperial brasileira.**

Christiane Peres Pereira*

Resumo:

O jornal *O Brasileiro Imparcial* e o seu redator Joaquim José da Silva Maia constituem os objetos de análise deste artigo, que tem por objetivo maior desvendar traços da cultura política da corte do Rio de Janeiro no ano de 1830. O que se pretende é demonstrar como o publicista defende suas ideias e princípios por meio de uma linguagem específica, marcadamente doutrinária e intencional. *Suas propostas estão em conformidade com a estrutura governamental e traduzem um conservadorismo pretensamente liberal.*

Palavras-chave: Imprensa, linguagem e nação.

Joaquim José da Silva Maia, natural do Porto, 52 anos, estado civil: viúvo.
Data da chegada ao porto do Rio de Janeiro: 26 de novembro de 1829, no
Brigue Jorge Augusto. Procedência: Antuérpia. Moradia: Rua Direita. Códice
379, volume 1, folha 193.

Que era natural do Porto, Silva Maia deixava claro em suas publicações. Mas, sua idade, sua moradia no Rio de Janeiro e a data de chegada ao território brasileiro ficaram a cargo da documentação dos Códices de Legitimação e Apresentação de Passaportes na Polícia disponível no catálogo de *Movimentação de Portugueses no Brasil (1808-1842)* disponível no Arquivo Nacional. Como informa Gladys Ribeiro, esses códices eram como um “censo forçado para os que chegavam oficialmente ou para os que se viam obrigados pelas circunstâncias a se apresentarem às autoridades, eram grandes livros, de grossura razoável, onde a Polícia fazia anotações sobre o estrangeiro imigrante[...]” (RIBEIRO, 2003: 182). A intenção era coletar informações detalhadas sobre a vida do indivíduo e o que viria fazer no Brasil, incluindo nível de alfabetização, profissão entre outros, mas quase sempre não eram registradas. Uma questão importante era a apresentação posterior desses imigrantes à Polícia para fazer esse registro, que foi o caso de Silva Maia, pois que a sua data de registro é de 9 de dezembro de 1829, treze dias depois da sua chegada. Isso se deve ao fato, apontado pela autora, de que esse registro podia ser necessário e compulsório, dadas as resoluções governamentais que exigiam a presença do



estrangeiro para dar essas informações, o que era passível de “multa e penas para si e para quem o acobertasse, caso sua presença na cidade fosse delatada” (RIBEIRO, 2003: 182). Além disso, segundo Ribeiro, os anos de 1828 a 1830 não estão no período mais rígido de controle da imigração portuguesa e também “não havia preocupação excessiva com o fato do indivíduo ser ‘português’ ou ter outra nacionalidade qualquer” (RIBEIRO, 2003: 192), principalmente, porque o perfil dos que entraram por esses anos eram dos mais variados. Entre janeiro de 1828 e maio de 1829, teriam entrado colonos, oficiais e empregados, negociantes e empregados do comércio, alemães para a tropa, artistas, mineiros (talvez), militares, mulheres, crianças e viajantes que seguiriam para outro destino. Como informa a autora, os percentuais de imigrantes eram baixos e se queriam entrar para trabalhar eram bem-vindos, o que refletia o interesse do governo em contribuir para o “embranquecimento” do Brasil.

Tendo chegado a pouco mais de um mês, Joaquim José da Silva Maia iniciava a 2 de janeiro de 1830 a publicação d’*O Brasileiro Imparcial* no Rio de Janeiro. Anunciado no *Jornal do Commercio*, a 22 de dezembro de 1829, o periódico lança seu prospecto de abertura indicando o seu perfil e os interesses que moveriam a publicação a partir do ano seguinte. O que de imediato coloca é a necessidade de se estabelecer a opinião pública, que estaria “flutuante no meio dos embates dos diversos partidos”, e portanto, deveria ser formada “por meio dos Periódicos imparciais que estejam ao alcance de todo o mundo”. E *O Brasileiro Imparcial* seria este periódico, que, sem se vincular a nenhum partido ou facção, promoveria a união dos interesses do povo brasileiro com os do governo e combateria as doutrinas subversivas. Além disso, ainda se propõe a publicar notícias estrangeiras e a “expende nossas ideias sobre o comércio, e economia política” (JORNAL DO COMMERCIO, 1829, nº 651).

A proposta de ressaltar a participação política e cultural de Silva Maia no Rio de Janeiro, em momento tão conturbado, tem como interesse a compreensão desse sujeito como agente transformador da sua própria história; perceber o espaço público em que está inserido, orientando a análise com o ambiente político-cultural que o influencia; bem como a influência que exerce em determinado contexto. Neste sentido, a cultura política é entendida aqui como a identificação dos elementos que determinam os comportamentos políticos, ou seja, os sistemas de representações coerentes ou não que motivam as ações na esfera política (BERSTEIN, 1998; HABERMAS, 1984.); ou seja, como Silva Maia se insere nessa esfera por meio da publicação do seu jornal.



O jornal, que circulou duas vezes por semana, às terças-feiras e aos sábados com algumas variações, teve um total de 104 edições com quatro páginas cada, e foram publicadas pela Tipografia do Diário, na rua d’Ajuda nº 115. O preço da subscrição do periódico era de 2\$000 réis por trimestre e sua folha avulsa podia ser adquirida nas lojas de João B. dos Santos, rua da Cadeia (atual rua da Assembléia) nº 114; de João Pedro da Veiga, na rua da Quitanda; e na de Silvino José d’Almeida, na praça da Constituição (atual praça Tiradentes). Não indica o nome do redator na publicação, como também não há indicações sobre seus assinantes e sua tiragem. A epígrafe utilizada é a seguinte: “Longe de servir a este, ou aquele partido, falando-lhe a linguagem das paixões, a todos falaremos a linguagem da razão. Prospecto.” (O BRASILEIRO IMPARCIAL, 1830, nº1). Esta epígrafe é citada no prospecto publicado no *Jornal do Commercio*, e corresponde à epígrafe utilizada no jornal *Imparcial*, publicado nos anos anteriores, pelo mesmo redator, na cidade do Porto.

Em seu primeiro número, o jornal infere sobre a Independência do Brasil, discutindo, dentre outras coisas, o que entendia por nação, por pátria e por liberdade. Pretendia transmitir aos leitores sua opinião acerca da formação do Brasil enquanto nação independente, refletindo sobre a adoção do sistema de governo monárquico representativo e a outorga da Constituição de 1824. Nutria, assim, a vontade de formar uma opinião que se fizesse superior às doutrinas revolucionárias que acirravam os debates políticos de então (BASILE, 2004). Acalmar os ânimos e produzir sustentáculos para o governo de d. Pedro I, eis os principais objetivos do periódico.

Ainda que seu título lhe imputasse uma postura um tanto quanto imparcial, é possível observar em toda a publicação o esforço de doutrinar os brasileiros, de mostrar-lhes o caminho da razão. Na edição nº 29, acrescenta: “Se a nossa franca linguagem ofender a alguns homens poderosos, não temos receios de dizer-lhe, que desempenhamos literalmente a nossa Epígrafe”. Esta argumentação, bem comum aos jornais da época, faz parte da retórica que os publicistas lançavam mão para entrar nesse espaço público de debates. O *Dicionário da Língua Portuguesa composto por d. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva*, datado de 1789, e o *Dicionário da Língua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto*, datado de 1832, não contém a significação da palavra *imparcial*, o que podemos pressupor que podia ser a negação da palavra *parcial*, já que esta existe em ambos os dicionários. No primeiro significa: “que é parte integrante de qualquer todo. §que segue algum partido. §que julga com



afeição de partes, e aceitação de pessoas [...]”; no segundo, da língua brasileira, *parcial* quer dizer: “Que faz parte de hum todo. Que segue o partido de alguém. ”. Contudo, devemos salientar que a palavra *imparcial* já existia na quinta edição do *Dictionnaire de L’Académie Française* de 1798. Como era de esperar, o termo fazia parte do dicionário da língua francesa, que diz: “IMPARTIAL, ALE. adject. Qui ne s'attache exclusivement ou par préférence ni aux intéréts, ni aux opinions de personne. *Un Juge impartial. Un Historien impartial. Un examen impartial.*” (*Dictionnaire de L’Académie Française*, 1798: 710), que em uma tradução básica seria aquele que não foca exclusivamente ou prefere, ou se interessa pela opinião de alguém, “*um juiz imparcial. Um historiador imparcial. Um exame imparcial*”.

Silva Maia sempre criticou a divisão da sociedade em partidos e se pretendia neutro na exposição das suas opiniões – um artifício retórico para convencer seus leitores de que falava a verdade, bem como instigá-los a pensarem nas suas propostas (JUNIOR, 2013: 47). Acredito que ele quer fazer alusão ao significado português da palavra agregando o prefixo de negatividade “in”, que então se traduziria como o “não” parcial, aquele que não é parte na sociedade, mas também podemos imputar essa postura “imparcial” de um indivíduo que não se deixa dominar por ideias alheias, que procura ter uma visão neutra, sem preferências.

Apesar de não cumprirem a promessa de serem imparciais, faziam uso repetidamente deste termo para positivamente influírem na formação da opinião pública – a repetição de argumentos e a intenção de formar uma opinião são características comuns aos jornais da época, que fazem uso da retórica em seus escritos para persuadir o público (CARVALHO, 2000). Esta, segundo *O Brasileiro Imparcial*, precisava ser pautada pelos verdadeiros princípios constitucionais, e não pela indiscrição, leviandade ou pelo espírito de partido dos redatores.

Criticando os jornais de oposição, *O Brasileiro Imparcial* culpava os publicistas moderados e os exaltados pela alta desconfiança dos estrangeiros pelo país. Entretanto, entendia que grande parte do descrédito que assolava o Brasil não se resumia ao crescimento da oposição em si, mas sim nos próprios “Governantes e governados”, que não se uniram “em um só corpo, e em um só espírito no Governo Constitucional” (O BRASILEIRO IMPARCIAL, 1830, n° 4).

O redator, embora fosse português de nascimento, se dizia brasileiro adotivo em função do Tit. 2º art. 6 da Constituição de 1824 e, portanto, com “*todo o direito a interferir em*



os negócios do Brasil como membros do corpo social”, defendendo e expendendo longas matérias a respeito do governo e seu imperador. Muitos dos artifícios de linguagem usados por ele para chamar atenção do público leitor estavam embasados pelos conceitos citados anteriormente, nação, pátria e liberdade; pelo que entendia por governo e Constituição; ou seja, em todos os seus textos reiterava sua concepção de Estado, sua concepção de governo e suas considerações a respeito do imperador. Estas foram características de todos os áulicos que se aventuraram na defesa do Primeiro Reinado. Joaquim José da Silva Maia, como um deles, conseguiu publicar seu jornal por um ano, o que o torna relevante, dado que alguns jornais áulicos deste período duraram apenas alguns meses como *O Novo Censor*, *A Nova Luz Brasileira*, *O Censor Brasileiro* e *O Patriota Brasileiro* (foram publicados durante, respectivamente: 3 meses, 2 meses, um número disponível e 3 números disponíveis). A duração dos periódicos áulicos variava muito, podendo ser de alguns números ou de publicações semanais que duravam meses, tendo apenas duas exceções: o *Diário do Governo*, depois *Diário Fluminense*, publicado durante dez anos, e *O Spectador Brasileiro*, com duração de cerca de três anos.

Os conceitos na prática: nação, pátria e liberdade

Diante de um fervoroso debate político a respeito da formação do Brasil enquanto nação independente e sua organização social, é importante destacar a atuação dos áulicos na defesa de seu projeto político. Este grupo surgiu na Assembleia Constituinte de 1823, quando os deputados deveriam decidir sobre a Constituição do Império. Foi através do projeto de Constituição apresentado na Assembleia pelos opositores de d. Pedro, que as discussões travadas ali desenharam a nova configuração política: dois grupos opostos se formaram e o “conflito agora era para saber quem tomaria as rédeas da política imperial” (JUNIOR, 2013: 29). Segundo Nelson Junior, um grupo era o da oposição, que defendia uma monarquia constitucional, porém com mais autonomia provincial e mais poder ao soberano congresso. O segundo grupo era formado, na sua maioria, por políticos formados em Coimbra, mais próximos de d. Pedro e defendiam um governo centralizado nas mãos de um monarca. Foi então, com a dissolução da Constituinte que este grupo ganhou mais força, formava-se uma facção política de apoio ao Imperador e a Constituição que viera a ser outorgada em 1824. Nesta, teve grande participação alguns *áulicos*. Foram os homens que “gravitavam em torno do imperador e



reafirmavam o tipo de Monarquia Constitucional centralizada” (IDEM: 92), que publicaram os jornais que representam esse grupo político. Ainda que não se compreendessem enquanto grupo, eram muitos os “burocratas, cortesãos, aristocratas, parlamentares, publicistas e comerciantes – grande parte de origem portuguesa” (BASILE, 2011: 172), que partilhavam das mesmas ideias.

Com críticas ferrenhas aos projetos da oposição – dos *liberais exaltados*, que defendiam reformas radicais, como a instauração da República, o federalismo e a *Soberania do Povo* de influência rousseauiana; e dos *liberais moderados*, que defendiam o “justo-meio, princípio aristotélico que pretendia um equilíbrio racional entre os excessos passionais extremos” (BASILE, 2004: 46, grifos do autor) –, os áulicos apresentavam um projeto que previa a manutenção de uma liberdade restrita em uma sociedade naturalmente desigual. O projeto dos *exaltados* previa uma liberdade para os indivíduos apenas subordinada à liberdade da nação, o que com ampla participação política, como propunha, a soberania era do povo e não da nação, nos moldes de Rousseau (BASILE, 2004: 155). Diferença crucial do projeto dos *moderados*, que propunha um governo monárquico que confiasse a soberania às instituições representativas, ou seja, o Parlamento seria a expressão da vontade do povo. Este, por sua vez, era reduto da “*maioria dos capazes*”, concepção de Guizot de que apenas os “homens habilitados por suas capacidades poderiam participar ativamente dos negócios públicos” (BASILE, 2004: 47), restringindo grande parte da população da participação política. Além disso, um ponto de embate entre os moderados e os áulicos, era a proposta dos primeiros de reformas político-institucionais reduzindo o poder de d. Pedro e dando maiores prerrogativas às instâncias parlamentares (BASILE, 2004: 42-82). No projeto *áulico*, as reformas eram impensáveis. Trata-se de projeto político baseado em um pensamento liberal com sólidas raízes no conservadorismo de Edmund Burke. Nas palavras de Burke: “Através de uma política constitucional, operando segundo o padrão da natureza, recebemos, mantemos e transmitimos nossa propriedade e nossas vidas” (BURKE, 1997). O pensamento deste filósofo - que, influenciado pelas ideias liberais, defendeu um conservadorismo reformador - fundamentou muitos escritos dos *áulicos*, que acreditavam que as instituições permanecem, sobrevivem e se aperfeiçoam, favoráveis somente a reformas graduais e com referências no passado. Assim, mantinham-se firmes no propósito de conservação do Estado enquanto regido pelo imperador e ancorado na Constituição. Expressavam, segundo Basile, seu projeto político liberal com a defesa da monarquia constitucional e a negação do absolutismo (BASILE, 2011).



A Constituição outorgada pelo imperador era, para eles, uma “maravilhosa excelência”, uma conquista liberal, que deveria ser respeitada, por ter a “Monarquia Constitucional” proporcionado ao Brasil diversos benefícios, como “o prontíssimo e quase espontâneo reconhecimento da nossa existência Política por todas as Potencias civilizadas” (O CENSOR BRASILEIRO, 1828, nº 10). Afora outras publicações *áulicas* e anteriores a 1830, *O Brasileiro Imparcial* representa, neste ano, um instrumento de divulgação do projeto político do grupo já difundido na esfera pública da Corte desde 1824. E é neste momento, caracterizado por um clima de indefinição, de insatisfações nas ruas e dentro do próprio Parlamento, de grande descontentamento popular com as decisões do governo, que estoura uma crise em torno da representação da nação. Esta crise só irá findar em 1831, segundo Gladys Ribeiro e Vantuil Pereira, quando se inicia a terceira onda política no Rio de Janeiro (PEREIRA e RIBEIRO, 2009: 165). Estes autores propõem uma revisão da historiografia sobre o período, indicando três momentos de crise política como os eixos de análise, ampliando os marcos cronológicos e chamando atenção para os movimentos de rua.

Vejamos então, o início dessa crise. Em novembro de 1823, d. Pedro dissolve a Assembleia Constituinte e quatro meses depois outorga a Constituição, incluindo um quarto e novo poder, o Moderador. O texto constitucional foi alvo de muitas críticas, visto que definia o Senado como vitalício, dava ao imperador as prerrogativas de dissolução da Câmara dos Deputados e de inferir em todas as decisões parlamentares como “chefe do Executivo”, e atuaria como “Moderador”, nas palavras de Andréa Slemian (SLEMIAN, 2009: 131). Segundo a autora, a partir de uma leitura diferenciada do Poder Neutro proposto por Benjamin Constant é que se reforçou o poder de d. Pedro perante o executivo, legislativo e judiciário. Um grande problema atribuído à acumulação de poderes do imperador, de acordo com Silvana Barbosa, era que, como chefe do Executivo, seus atos deveriam ser referendados pelos ministros, que se responsabilizariam por eles (BARBOSA, 2008). Já os atos do Poder Moderador, delegado ao monarca, não seriam referendados pelos ministros, como também o imperador não estaria sujeito a responsabilidade alguma, como pessoa inviolável e sagrada. Este problema foi questionado, segundo Barbosa, pela Câmara de Itu, que, analisando o Projeto enviado por d. Pedro, propôs que os ministros referendassem também os atos do Poder Moderador. Foi questionado também pela Câmara de Recife e Olinda, na qual frei Caneca propõe que se não aceitasse a Constituição que d. Pedro apresentava. Acusava o Poder Moderador de “chave



mestra da opressão” (CANECA, 1824: 70), e que se tratava de uma Constituição ilegítima por não ter sido “dada pela soberania da nação”. Frei Caneca, como secretário do governo, criticou o juramento do imperador, que falou em integridade e indivisibilidade do território, e não de independência, gerando desconfiâncias em relação à união dos dois reinos novamente.

Grande parte das críticas que preencheram os jornais e panfletos sobre a Constituição referia-se à forma como foi imposta a centralização administrativa, seu caráter unitário, este questionado pelos mais radicais, e às medidas autoritárias do imperador respaldadas pelo Poder Moderador (NEVES, 2008: 49-64).

Com o retorno dos trabalhos no Parlamento, em 1826, no qual incluíam “muitos adotivos nas altas posições oficiais” segundo Tobias Monteiro (MONTEIRO, 1982: 25), acirraram-se os debates políticos em torno da organização do Estado nacional, tanto na imprensa quanto no âmbito governamental (na Câmara dos Deputados, no Senado, no Conselho de Estado). Esses debates eram caracterizados principalmente pela divergência entre brasileiros natos e adotivos, que vão perdurar até o fim do Primeiro Reinado, quando abdicou do trono “Pedro o traidor”, como o jornal exaltado *Nova Luz Brasileira* se referiu ao imperador em setembro de 1831 (BASILE, 2004: 207).

Assim, muitas questões colocadas em discussão na esfera pública da Corte estiveram diretamente relacionadas à questão nacional, desde a definição do Brasil enquanto país independente, passando pela identidade do povo brasileiro, até a nacionalidade do imperador. O jornal liberal exaltado *Nova Luz Brasileira*, redigido por Ezequiel Corrêa dos Santos, definia, em 1830, *nação* como um “Povo reunido debaixo de um instituto, ou governo, conforme ao seu gosto, e circunstancias” (*Nova Luz Brasileira*, 1820, nº 13), e se alguém dissesse que não era “Povo”, podia dizer-lhe que não era nada na sociedade, e justifica: “porque entre nós não há mais do que Povo, e escravos; e quem não é Povo, já se sabe que é cativo” (*Nova Luz Brasileira*, 1830, nº 11), sendo esse mesmo “povo” soberano na nação.

O *Brasileiro Imparcial* entendia “povo” como o pertencimento a uma determinada província ou região, e, no seu plural, seria o mesmo que a totalidade dos habitantes, os “povos do Brasil”, aparentemente como Ezequiel dos Santos define em seu jornal. Mas, essa concepção de *povo* ou *povos*, que o redator utiliza em seus escritos com o sentido de todos os habitantes de uma região é oriunda da concepção de Antigo Regime, que Arno Wehling caracteriza como a reunião dos homens que vivem em sociedade, os súditos ou a população em



geral. Esta seria a primeira acepção do termo para entendê-lo no mundo luso-brasileiro (WEHLING, 2003: 41-52). Neste caso, seria a reunião dos cidadãos brasileiros, aqueles que vivem sob o governo de d. Pedro I. Esta diferenciação, entre a concepção do redator *áulico* e a do *exaltado*, deixa claro que a ideia utópica de um ‘governo a seu gosto’, difundida pelo segundo, está totalmente apartada da noção de governo propagada pelo *áulico*. *O Brasileiro Imparcial* entendia a monarquia brasileira como fruto do poder legítimo que d. Pedro herdara de seu “Augusto Pai” e do amor dos brasileiros pelo então regente, que “anui-o os desejos dos povos [...] e constituiu o Brasil uma nação livre” (O BRASILEIRO IMPARCIAL, 1830, nº 31). Portanto, a aclamação do Brasil como nação independente “nos campos da Piranga”, foi realizada pelo herdeiro, que

chamou todos os habitantes do Brasil a um centro: os Povos cheios de amor e reconhecimento o aclamaram unanimemente Imperador, e seu Perpétuo Defensor; Ele aquiesceu a estes desejos; constituíram todos uma nação nova; e unânimes adotaram a melhor forma de governo que se conhece, celebrando este pacto social, que afiança ao Brasil sua prosperidade [...] (O BRASILEIRO IMPARCIAL, 1830, nº 1).

Tínhamos assim, um acordo tácito entre o homem e a sociedade, no qual o primeiro abdica de seu direito fundamental de julgar em seu favor e defender sua própria causa, em prol da justiça e de parte da sua liberdade, ambas garantidas agora pelo Estado civil, como uma concessão em favor da sua totalidade (WEFFORT, 2000: 38). Este pensamento, que coloca a tradição do trono português como um sentido único para a construção da nação brasileira, tem por fim a exaltação da herança lusa, manifestada na pessoa de Pedro I pelo seu direito dinástico. Ao unir esse direito aos “desejos dos Povos”, o redator combina duas concepções de soberania: primeira, a do imperador, que estaria pautada no seu direito de sucessão herdado de seu pai, baseado no pensamento de Burke; e a segunda é a soberania da nação, de cunho liberal, onde a vontade do povo estaria representada na ação do imperante, ao proclamar a independência e dar ao Brasil a melhor forma de governo. Entretanto, em matérias posteriores, o jornal vai acabar por defender somente a legitimidade de d. Pedro pelo direito dinástico, desmerecendo a atuação do povo, “que naquele tempo não tinham sós esse poder legítimo” (O BRASILEIRO IMPARCIAL, 1830, nº 31).



A herança do trono foi um tema frequente no *Imparcial*, pois considerava que o poder que d. Pedro tinha sobre o Brasil foi transferido de seu pai e “por isso este deixou de ser legítimo Imperante deste país para o ser seu Filho” (O BRASILEIRO IMPARCIAL, 1830, n° 44). Conservava grande respeito à Família Real, porque o rei d. João VI reconhecera a Independência do Brasil; e também aos portugueses, os quais eram constantemente citados em seus números como “*amigos do Brasil, da sua Independência, e Constituição*” (O BRASILEIRO IMPARCIAL, 1830, n° 11) e considerados um povo irmão. Quanto à relação entre brasileiros e portugueses, falaremos mais adiante.

Retornando aos conceitos que Silva Maia vai perpassar em quase todas as suas publicações. Pensar o conceito de pátria a partir do que o redator propõe em seus números é refletir sobre a função do cidadão naquela sociedade, que explica nesta citação:

No estado atual em que existe o Brasil o verdadeiro patriotismo deve consistir em nossa união, devem todos ter em vista um único objeto, aquele de pôr termo a seus ódios e vinganças particulares; não se observarem huns aos outros com uma curiosidade indiscreta: os desejos de reconciliação devem animar todos os corações, porque é a expressão de todos os interesses, e há-de sujeitar todos os partidos, e triunfar por fim de todas as paixões. Finalmente, o verdadeiro patriotismo exige imperiosamente que nos unamos em um só corpo, em um só espírito; que nos identifiquemos com um Monarca, que quer, que deseja a nossa ventura consolidada pela sabia e liberal Constituição. (O BRASILEIRO IMPARCIAL, 1830, n° 1)

Neste sentido, o patriota seria aquele cidadão que apoiasse o imperador e a Constituição. Era preciso que os brasileiros se unissem para sustentar a nova nação, pensando no sentimento de pertencimento à pátria.

Um dos temas que levantam essa questão no jornal é a defesa constante dos portugueses residentes no Brasil e da sua imigração para o país. Estes são considerados um povo irmão, opinião nada incomum para um português de nascimento. A imigração portuguesa foi protegida pelo jornal dos ataques de “papeluchos de meia folha”, que insistiam em acusá-los de inimigos. Neste sentido, procurou realçar os fatores positivos da imigração, como a necessária povoação do país por aqueles que promovessem a indústria, neste “quase deserto”. E, também propunha que se facilitassem a vinda de portugueses, “acabassem essas prevenções desfavoráveis de alguns Brasileiros”, sendo até de extrema necessidade “uma Lei de naturalização” (O BRASILEIRO IMPARCIAL, 1830, n° 60) para povoar o Brasil, o que coincide com o período de menor repressão à entrada de portugueses no Brasil. De fato, existia



um controle, mas que se os portugueses e/ou estrangeiros vinham para trabalhar poderiam entrar, como foi dito no início deste texto. Considerando que o redator retornou ao Brasil em 1829 vindo da Antuérpia, território Belga, depois de algum tempo de asilo em outros países por ter sido expulso de Portugal com as tropas daquela nação, não se pode dizer que fazia parte dessa imigração para povoar, e, principalmente, porque se afirmava brasileiro. Mas, utilizava essa última argumentação a favor da imigração portuguesa como um artifício de linguagem para provar que era um brasileiro adotivo, que desde que entrou no Porto em 1824 requereu sua nacionalidade brasileira.

A preocupação de Silva Maia com a identificação dos “povos do Brasil” com sua nação, com seu governo e sua constituição é demonstrada na defesa de si próprio, logo no primeiro número, quando se inclui nesta empreitada. Criticado pela *Aurora Fluminense* (nº 283), quanto à sua nacionalidade, o redator d’*O Brasileiro Imparcial*, logo responde, indicando o artigo da Constituição Política do Imperio do Brazil de 25 de março de 1824. – Tit. 2º, Art. 6. São Cidadãos Brasileiros, § IV. Todos os nascidos em Portugal, e suas Possessões, que sendo já residentes no Brazil na época, em que se proclamou a Independência nas Províncias, onde habitavam, aderiram à esta expressa, ou tacitamente pela continuação da sua residência. – que o respalda perante a sociedade:

Em verdade, nós somos Cidadão (sic) Brasileiro (sic): estamos na letra do Tit. 2 Art. 6 § 4 da Constituição: não estamos incursos no Art. 7 § 1,2, e 3; porque em Portugal nunca requeremos ou aceitamos cargos públicos, e menos recebemos do Governo mercês, pensão, ou ordenado; apenas nos ocupamos na redação do Imparcial; mas neste periódico se defendíamos os Direitos de S. M. I., e Sua Augusta Filha àquele Reino, não menos pugnávamos pelos interesses do Brasil. Não podem acusar-nos pelos factos que praticamos antes de aderir-nos ao Império, sem ofender o direito Público de todas as Nações cultas: ninguém peca contra as Leis e Instituições de qualquer Governo, ou Nação, senão depois que se constituiu súbdito: as Leis não tem efeito retroativo, aliás seriam injustas, e multiplicariam os criminosos; seria o mesmo que punir homens por crimes imaginários, que cometessem antes de nascerem. Oh! que milhares de criminosos, neste caso, não haveriam no Brasil, de iludidos, como nós, que conhecendo seus erros, depois se constituirão Cidadãos Brasileiros, e hoje são probos, e honrados, e tem mesmo feito relevantes serviços ao Império! (O BRASILEIRO IMPARCIAL, 1830, nº 1)

A matéria da *Aurora Fluminense* sobre o novo jornal identifica como seu redator o “Sr. Maia, que já na Bahia redigiu o *Semanario Civico*”, e o classifica como estrangeiro que



vem “dar-nos lições de moderação, e de imparcialidade!”, ensinar-nos as primeiras letras em política e os guiar no caminho certo (AURORA FLUMINENSE, 1829, nº 283). Se brasileiro ou português, Silva Maia não podia se pautar no artigo da Constituição, que cita no texto acima, pois, como mesmo lembra a *Aurora Fluminense*, o artigo prevê a adoção como brasileiro dos portugueses que anuíram expressa ou tacitamente à Independência na província em que residiam, lembrando que Silva Maia havia saído da Bahia antes desta aderir à Independência, junto às tropas portuguesas e foi como foragido ao Maranhão (AURORA FLUMINENSE, 1830, nº 286). Assim ele não era habitante do Maranhão e não se constituiu cidadão somente aderindo à Independência naquele momento. Mas, como chama atenção este periódico moderado, a qualidade de estrangeiro não lhe tirava o direito de interferir nos negócios brasileiros, desde que não esperasse ser reconhecido como brasileiro, seria ir “*contra a Lei Fundamental do Estado*” (AURORA FLUMINENSE, 1830, nº 286). Talvez Silva Maia tenha requerido a cidadania brasileira no Maranhão, onde permaneceu até novembro de 1823. Aquela província já havia aderido à Independência em julho, mas não podia ser considerado brasileiro segundo o Tit. 2º, Art. 6 da Constituição de 1824, por que obviamente não estava em vigor quando saiu do Brasil, mas se ele chegou ao Porto em 1824, “munido de Passaporte do Governo” ele deve ter requerido a nacionalidade brasileira e “reconhecido” a Independência, talvez com intenções de retornar.

A liberdade, como já dito anteriormente, é restrita. Para *O Brasileiro Imparcial*, a liberdade é constitucional. Esta, por sua vez, afiança ao brasileiro no Tit. 8º, Art. 179: “A inviolabilidade dos Direitos Cívicos, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império [...]”, mas não deixa de marcar as restrições políticas do voto e da elegibilidade dos cidadãos. Não tarda, o jornal chama atenção do público para o que entende por liberdade, critica diretamente os princípios revolucionários franceses citando o político francês François-René de Chateaubriand,

É em nome da liberdade, diz Chateaubriand, que se fazem as revoluções que mudam a sorte dos estados, com a forma de seus governos; porém esta liberdade não tarda em fornecer armas contra si mesma, produzindo facções que a destroem. [...] Os Brasileiros devem sempre ter na ideia este horrível quadro, que lhe apresentam os povos vizinhos; de uma parte darão mais apreço aos bens de que gozão, e lhes afiança um magnânimo Monarca, com a forma do Governo Constitucional, e de outra parte para porem-se em guarda



contra esses ambiciosos velhacos, que invocam o nome de liberdade, para com esta palavra mágica seduzirem os incautos, e precipita-los na voragem revolucionaria! (O BRASILEIRO IMPARCIAL, 1830, n° 55)

Silva Maia atenta ainda para o comportamento do cidadão brasileiro quando das festividades cívicas, como a independência do país no dia 7 de setembro, o aniversário da Constituição, no dia 25 de março, e o aniversário de d. Pedro I, a 12 de outubro. Datas com extrema importância para a manutenção do sentimento nacional, do pertencimento à pátria ou mesmo da participação do indivíduo na construção do Estado nacional, foram assim instrumentos do governo para persuadir os brasileiros na consolidação da nova nação, baseada na figura de d. Pedro e na Constituição do Império. Essas festas, “delineadas pela etiqueta real” (SOUZA, 1999: 213), reuniam o caráter cívico, pedagógico e o traço religioso herdados do período colonial. Exaltando a importância da participação do povo, o jornal propõe um exercício de cidadania: na edição 73, sugere moderação e prudência na comemoração da Independência do Brasil. Àquela altura, fins de 1830, as festividades podiam servir de palco para movimentos de protesto dos *exaltados*, como sugere a citação a seguir:

Hoje é o Aniversário da nossa Independência: neste dia o Brasil apareceu brilhante entre as Nações: os corações Brasileiros exaltam de júbilo, e por todos os modos patenteiam seus regozijos: muito confiamos que eles não serão perturbados por alguns exaltados indiscretos, que excitam rixas, e animosidades com que deslustrem um tão fausto dia: a moderação, e a prudência, que caracterizam sempre um povo civilizado, presidirão a estes regozijos; e deste modo confundir-se-ão nossos inimigos; e daremos mais um testemunho de que somos dignos de gozar da Independência, com as Instituições que nos ofereceu, e nós aceitamos, o mais magnânimo dos Monarcas. (O BRASILEIRO IMPARCIAL, 1830, n° 73)

Outra data comemorativa, que também é utilizada pelo jornal, é o aniversário de d. Pedro I, dia 12 de outubro. Neste dia, a publicação dedica duas páginas para argumentar a favor do imperador, relacionando a sua postura frente o Brasil no movimento da Independência e no momento em que deu a esta nação uma constituição com o seu aniversário natalício. Para tanto, inicia a edição da seguinte maneira:

O dia de hoje Doze de Outubro Aniversário do Natalício de S. M. I. Nosso Defensor Perpetuo, é sem contradição o mais brilhante e majestoso do Brasil; sem este dia não haveriam Império, Independência, e Constituição. Oh! que júbilo não deve hoje apoderar-se do coração dos Brasileiros, recordando-se



que em outro igual dia nasceu o grande D. Pedro 1º [...] (O BRASILEIRO IMPARCIAL, 1830, nº 83)

E, termina esta matéria agradecendo quem ajudou a organizar a grande festa cívica, bem como sugere que os brasileiros sejam gratos por essa data, origem de todos os outros “*dias faustuosos que festejamos*” – a Independência e o aniversário da Constituição.

Muitas destas características permaneceram durante o período regencial, no qual os moderados, liderando esse espaço, as ruas, promoveram as festas oficiais comemorando datas novas como o nascimento de d. Pedro II em 2 de dezembro, o 7 de abril e outras datas que se mantiveram como a da Independência. (BASILE, 2004: 110).

O verdadeiro áulico na Corte

O jornal *O Brasileiro Imparcial* expressa uma pequena parte da cultura política da corte do Rio de Janeiro no ano de 1830. Apesar da grande oposição que desde 1826 abalava a reputação do imperador e de seu governo, este jornal procurou manter aceso o sentimento de patriotismo cultivado pelos próprios brasileiros desde a Independência.

Silva Maia, com seu jornal, procurou instigar valores cívicos, comportamentos e uma postura moral aos brasileiros, que agora deveriam escolher pela nação, pelo seu único protetor, d. Pedro I. O objetivo de sua publicação era zelar pela estrutura vigente, mas não deixa de apontar a necessidade de reformas no governo brasileiro, de reformas que estruturariam melhor a economia, a política pública e a própria autoestima do país, de forma a dar *energia e força*, como ele mesmo diz, ao governo constitucional. O periódico já chamava a atenção para a organização de novas leis. O imparcial está apenas no nome se nos detivermos à característica principal dos áulicos, porém demonstra estar informado sobre a situação do seu país, o que lhe permite avaliar e perceber a necessidade de mudanças dentro do próprio governo. Além disso, toma para si a função pedagógica de formar a opinião dos brasileiros a favor do Brasil constitucional governado pelo legítimo imperador, d. Pedro I:

Eis-aqui porque os mais iluminados Publicistas tem mostrado, que os Governos Monárquicos Representativos são os melhores para felicitar as nações: aqui há a justa divisão dos poderes; esta divisão é o princípio conservador dos direitos do cidadão, e o mais seguro meio de fazer efetivas as garantias que a Constituição oferece, diz a nossa Lei fundamental [...] (O BRASILEIRO IMPARCIAL, 1830, nº 7)



A leitura deste periódico nos permite visualizar uma parte das ideias mais discutidas no período, bem como perceber na dinâmica política os interesses dos demais grupos sociais. Garantir a Constituição não era atributo somente dos que a defendiam, mas de toda a nação, que estaria, assim, salvaguardando uma conquista de todos. A linguagem que domina as matérias do jornal é um instrumento de persuasão frente ao contexto de queda do governo de d. Pedro I. A forma como o redator se comunica com o público leitor é clara e contém muitos argumentos explicativos pautados em exemplos reais, que tornam firme sua palavra. A preocupação em manter-se ileso de acusações vem sustentada pela sua conformidade em relação ao governo. Mesmo que o critique, o redator não deixa de sobrepor as vantagens do sistema constitucional e do governo do imperador aos problemas apontados pela oposição, sejam eles no âmbito da economia, da política de d. Pedro e seus ministros, ou mesmo nas divergências de nacionalidades. O que podemos inferir sobre a linguagem utilizada é que há uma constância de opiniões expostas, em que o autor nos permite percorrer suas ideias sem escorregar em contradições que o condenem perante a opinião pública, que nesse momento era alvo das organizações políticas.

O período, fortemente marcado pelas dissensões ideológicas, foi caracterizado por Justiniano José da Rocha como um período de ação e luta, quando o que prevaleceu foram as lutas de caráter social configuradas a partir da oposição entre portugueses e brasileiros, o “antagonismo odiento”, como bem define em seus escritos de 1855 (MAGALHÃES JÚNIOR, 1956). A “rixa” entre brasileiros e portugueses, analisada por Gladys Ribeiro, dá a tônica dos acontecimentos no Primeiro Reinado (RIBEIRO, 2003): a eclosão de grandes conflitos antilusitanos, que se caracterizariam pela reivindicação do “cidadão”, que se entendia brasileiro, por uma maior participação política, e pelo respeito às especificidades do Brasil. Segundo a autora, seria a busca pelo reconhecimento da existência de uma cultura própria do país, enfatizando assim a construção da nacionalidade, de um brasileiro que tentava se afirmar. Assim, valoriza a influência de jornais e panfletos na disseminação dessas ideias, que acredita ter transformado a mentalidade dos brasileiros. Neste sentido, Joaquim José da Silva Maia, como publicista, é um digno representante dos conflitos gerados pela convivência entre colonizadores e colonizados no pós-Independência, que se resume na busca dos brasileiros pela



sua identidade, expurgando de todas as maneiras suas raízes portuguesas, bem como foi um redator preocupado em doutrinar seus leitores sobre as luzes do século.

Fontes e Bibliografia

- *Aurora Fluminense*, Biblioteca Nacional.
- *O Brasileiro Imparcial*, Biblioteca Nacional.
- *O Censor Brasileiro*, Biblioteca Nacional.
- BARBOSA, Silvana Mota. Vontade irresponsável e poder responsável – Benjamin Constant e o sistema representativo no Império. In: RIBEIRO, Gladys Sabina, *Brasileiros e Cidadãos: modernidade política 1822-1930*. São Paulo: Alameda, 2008.
- BASILE, Marcello. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte Regencial*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: I.F.C.S. – U.F.R.J., 2004.
- _____. Governo, nação e soberania no Primeiro Reinado: a imprensa áulica do Rio de Janeiro. In CARVALHO, José Murilo de; PEREIRA, Miriam Halpern; RIBEIRO, Gladys Sabina; VAZ, Maria João (Orgs.). *Linguagens e Fronteiras do poder*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2011.
- CANECA, frei. Crítica da Constituição outorgada. In: *Ensaio político*. Rio de Janeiro: Documentário; Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro / Brasília: Conselho Federal de Cultura, 1976 (publicação original: 1824), p.70.
- CARVALHO, José Murilo de. História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura, in: *Topoi: revista de história*, nº 1. Rio de Janeiro: 7 Letras, setembro de 2000.
- *Dictionnaire de L'Académie Française*, 5ª edição, 1798, p. 710.
- JUNIOR, Nelson Ferreira Marques. “Os verdadeiros constitucionais, amigos do Rei e da Nação”: áulicos, ideias e soberania na Corte Fluminense (1824-1826). Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UERJ, 2013.
- PEREIRA, Vantuil; RIBEIRO, Gladys Sabina. O Primeiro Reinado em revisão. In: GRINBERG, Keila, e SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil Imperial, volume I: 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- NEVES, Lucia Maria Bastos das; NEVES, Guilherme Pereira das, “Constituição”, In *História conceptual no mundo Luso-brasileiro*. Ler História (Lisboa), v. 55, p.49-64, 2008.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará / FAPERJ, 2003.
- ROCHA, Justiniano José da. Ação; reação; transação: duas palavras acerca da atualidade política do Brasil. In: MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo (Org.). *Três panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo: Nacional, 1956 (publicação original: 1855).
- SLEMIAN, Andrea. *Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo: HUCITEC, 2009.
- SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. *Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 213.

ISSN
2316-4808



Edição Nº 17
JUL-AGO/2015

-
- WEFFORT, Francisco. *Os Clássicos da política*. Editora Ática, 2000. Capítulo “Burke: a continuidade contra a ruptura”.
 - WEHLING, Arno. O conceito jurídico de povo no Antigo Regime – o caso luso-brasileiro. *In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, a. 164, n. 421, pp. 41 a 52. Rio de Janeiro, 2003.



MODERNIDADE E REGIME DE HISTORICIDADE: O CONCEITO DE AMÉRICA E AMÉRICA LATINA EM MANOEL BONFIM

José Fábio da Silvaⁱ

Resumo:

Objetivamos discutir neste trabalho as diferenças semânticas entre os conceitos de América e América Latina na obra *América Latina: Males de Origem* (1905), de Manoel Bomfim. Para tanto, analisaremos o contexto histórico no qual a obra foi lançada, um país recentemente convertido em República, com intensos problemas políticos e em processo de “modernização”, ou seja, agrário em um contexto no qual ser moderno era sinônimo de ser urbano. Não deixaremos de remeter também, a nossa própria época, período no qual a ideia de progresso passou por profundas crises e críticas, e na qual a modernização possui características distintas das existentes no início do século XX. Tomaremos como referencial teórico para essa análise a tese de aceleração do tempo de Reinhart Koselleck e o conceito de regime de historicidade desenvolvido por François Hartog.

Palavras-chave: História do Brasil; Tempo; Historicidade; Modernidade; América Latina;

Introdução

Manoel José Bomfim (1862-1932), médico sergipano, publicou em 1905, o livro *América Latina: males de origem*, no qual trazia uma interessante interpretação da história e da sociedade latino americana. Abordou nessa obra assuntos como exploração social, questões ligadas à raça e miscigenação, além do papel da educação na consolidação da democracia. Obteve críticas duríssimas de seu contemporâneo Sílvio Romero (1851-1914) acerca de sua análise e interpretação. A obra *bomfiniana* foi pouco abordada no decorrer do século XX, obtendo uma maior repercussão apenas nas últimas décadas, principalmente, a partir dos anos de 1980.

Fazendo uso do arcabouço teórico e metodológico oferecido pela História dos Conceitos, pretendemos, para além da simples análise da obra acima referida, abordar os fatores e as motivações imbuídos na concepção da mesma. Segundo o próprio Manuel Bomfim:



Este livro deriva diretamente do amor de um brasileiro pelo Brasil, da solicitude de um americano pela América. Começou no momento indeterminado em que nasceram esses sentimentos; exprime um pouco o desejo de ver esta pátria feliz, próspera, adiantada e livre. (2008, p. 02).

O arcabouço teórico-metodológico de Koselleck, pode auxiliar a compreender e questionar conceitos e noções de tempo histórico existentes na concepção de América Latina. No mais, nos apoiaremos também na noção de “regime de historicidade”, desenvolvido por François Hartog, no intuito de estabelecer uma ponte entre a forma como era organizada a percepção de tempo-espaço (presente, passado e futuro) no período em que foi concebida a obra analisada. Manoel Bomfim observa que diversos motivos levam a concepção de um livro e muitos deles não se apresentam de maneira explícita em suas páginas:

Um livro deve explicar-se por si mesmo; preliminares, prólogos, introduções, prefácios e outros antelóquios explicativos são geralmente ou excessivos, ou incompletos. Todavia, há, muitas vezes, por fora do livro, nos motivos psicológicos da sua concepção, na história das idéias que ali se harmonizam, mais de uma advertência oportuna ao leitor, principalmente se trata de criticar e julgar gentes e fatos. (*Idem*, p. 01)

Seguindo o “conselho” do próprio Bomfim, pretendemos averiguar o uso de determinados conceitos – sobretudo o próprio conceito de América – para além da referida obra sem, no entanto, nos distanciarmos dela.

Regime de historicidade: uma articulação entre o presente, o passado e o futuro

Segundo François Hartog, desde a queda do Muro de Berlim, em 1989, o Ocidente passou a vivenciar um novo “regime de historicidade”: o “Presentismo”. “Regime de historicidade”, segundo o autor, distingue-se da noção de época. Ao falarmos em época há um “recorte no tempo linear”, ao passo que

Por regime, quero significar algo mais ativo. Entendidos como uma expressão da experiência temporal, regimes não marcam meramente o tempo de forma neutra, mas antes organizam o passado como uma sequência de estruturas. Trata-se de um enquadramento acadêmico da experiência (*Erfahrung*) do tempo, que, em contrapartida, conforma nossos modos de



discorrer acerca de e de vivenciar nosso próprio tempo. (HARTOG, 1996, p. 03).

Em outros termos, regime de historicidade, designa a forma como vivenciamos e, durante esta vivência, articulamos o presente, o passado e o futuro. O “presentismo”, nesta acepção designa uma noção de tempo estruturada explicitamente pelo presente, contrária ao “antigo regime de historicidade”, no qual a noção de progresso valoriza a expectativa em relação ao futuro em detrimento da experiência do tempo tradicional. Dessa forma, é possível compreender “regime de historicidade de duas formas: ‘Em uma acepção restrita, é como uma sociedade trata seu passado. Em uma acepção ampla, regime de historicidade serviria para designar ‘a modalidade de consciência de si de uma comunidade humana’” (HARTOG, 2006, p. 263).

Ao pensarmos tais critérios no contexto histórico da América Latina é imperativo que haja algumas ressalvas. Primeiro, o processo de aceleração do tempo ocorrido na Europa é contemporâneo ao processo de conquista e colonização das Américas. Este período, apesar de ser objeto de estudo do livro que nos propomos analisar (América Latina: males de origem), não se encontra dentro do recorte temporal que é nosso foco de análise, a saber, o século XX. Segundo, o período de revoluções e independências das colônias americanas coincide com os efeitos e pensamentos gerados pós-Revolução Francesa, sendo estes, fortemente influenciados – no diz respeito às formas de ideias e pensamentos – pela mesma. No mais, o processo de globalização ocorrido com maior intensidade decorrer do século XX e os sucessivos avanços tecnológicos deixaram o Ocidente dentro do que poderíamos chamar de uma “cadeia de preocupações similares” tanto no que diz respeito à preservação de patrimônios históricos-culturais, quanto a preocupação com o meio ambiente. Tanto um quanto o outro, mesmo partido de diferentes caracteres, tem íntimas relações com o tempo.

O tempo tornou-se tão habitual para o historiador, que ele o naturalizou ou instrumentalizou. Ele é impensado, não porque seria impensável, mas porque não o pensamos ou, mais simplesmente, não se pensa nele. Historiador atento ao meu tempo, eu, assim como muitos outros, observei o crescimento rápido da categoria do presente até que se impôs a evidência de um presente onipresente. É o que nomeio aqui “presentismo” (HARTOG, 2001, p. 261).



Ao empreendermos uma análise sobre a obra de Manoel Bomfim, devemos levar em conta não apenas as nuances de seu tempo, mas também as características do nosso. Não obstante, é pertinente ressaltar aqui que, ao analisarmos *América Latina: males de origem*, estamos partindo de um período que enfatiza o presente e, devido a isso, ver o futuro de uma forma “obscura”. Bomfim, por sua vez, via um futuro cheio de possibilidades, mesmo ciente das dificuldades de empreendê-las. Seu pensamento não se encaixa mais a atual “realidade” latino americana. No entanto, é capaz de nos revelar alternativas que foram imaginadas como possíveis ao sistema político vigente naquele período. Para além desta questão, esse “resgate” à obra de Manoel Bomfim corrobora com uma característica do “presentismo” enumerada por Hartog, “onde se vive entre a amnésia e a vontade de nada esquecer” (2006, p. 261).

Referimo-nos a um “resgate”, pois, Manoel Bomfim, como dissemos acima, recebeu pouca atenção do meio intelectual brasileiro na maior parte do século XX. Suas ideias não tiveram eco nem entre os partidários de direita, nem entre os intelectuais de esquerda na primeira metade do século passado. Tal situação, entretanto, passou por mudanças nas últimas décadas.

Do final dos anos 80 aos dias atuais, a obra de Bomfim tem passado por uma fase de extrema difusão nos meios acadêmicos, haja vista o número de pesquisas realizadas nas mais diferentes áreas do conhecimento, tornando-se objeto de estudo em geografia, com a tese de doutorado de Terezinha Alves de Oliva (1999) “Pensamento Geográfico em Manoel Bomfim”, em sociologia com “O Batismo da instrução: atraso, educação e modernidade em Manoel Bomfim”, dissertação de mestrado de André Pereira Botelho (1997), e em história “Manoel Bomfim (1868-1932) e O Brasil na história”, dissertação de mestrado de Rebeca Gontijo (2001). (SANTOS, 2010, p. 07).

Não devemos nos esquecer de que a abertura, no Brasil, de novas universidades e cursos de pós-graduação na segunda metade do século XX possibilitou um aumento no número de temas estudados no país, dentre eles, a obra de Manoel Bomfim. Além do mais, as possibilidades de estudos abertas pela história cultural propiciaram um novo leque de estudo e possibilidades do “fazer história”. Nos concentraremos, assim, na análise da recepção da obra de Bomfim sob o ponto de vista do que poderíamos chamar de “tensão de historicidades”, ou para ser mais explícito, analisaremos uma obra que reflete os valores de uma época “sedenta” de futuro sob a óptica de um período que não mais conhece – ou teme – o que o amanhã nos reserva.



Modernidade e mudança semântica de conceitos

A partir de um modelo de articulação do tempo elaborado sob a ótica europeia, o Ocidente vivenciou nos últimos 500 anos aos menos três “regimes de historicidade” distintos entre si: a *Historia magistra vitae* (história como mestre da vida), o regime moderno e o presentismo.

A *historia magistra*, na qual o espaço de experiência (passado) predomina sobre o horizonte de expectativa (futuro), prevaleceu na Europa durante a antiguidade clássica, no decorrer do período medieval – sob o jugo da cristandade – e durante o Renascimento.

Historia magistra apresentava a história, ou supostamente assim o fazia, do ponto de vista do passado. Pelo contrário, no regime moderno, a história foi escrita, teleologicamente, do ponto de vista do futuro. O Presentismo implica que o ponto de vista é explícita e unicamente o do presente. (HARTOG, 1996, p. 15-6).

Durante o Antigo Regime este modelo passou a sofrer abalos sendo “substituída” pela concepção de tempo moderna, na qual o futuro predomina sobre o passado, a partir da Revolução Francesa (1789). Este processo obviamente foi demorado, a Revolução Francesa serve apenas de marco temporal para esta estruturação, assim como, a Queda do Muro de Berlim (1989) marca o início do “presentismo”. O período entre 1789 e 1989, a grosso modo, podem ser compreendidas como duas datas simbólicas, e correspondem, como já ressaltamos, uma organização temporal a princípio referente à Europa.

Nesta perspectiva, o começo da modernidade e a dissolução da *historia magistra vitae*, foi marcado pela busca progresso, tanto moral quanto material, por meio da ação humana, caracterizada por uma “aceleração do tempo” – exemplificado não só pela ideia de progresso, mas pelas filosofias da história – no qual o futuro predomina sobre o passado, ou seja, é a partir deste que se orientava as ações tomadas no presente. Estes fatores podem ser percebidos na Europa, em um primeiro momento, na segunda metade do século XVI, tanto na intensificação de conflitos político-religiosos, como foi o caso das Guerras Religiosas de 1562-1598, quanto no “problema geral de como encarar intelectualmente o Novo Mundo.” (*Idem*, p. 07) Este processo de aceleração do tempo consolidou-se, simbolicamente, em 1792 com a Revolução Francesa que se tornou marco de um novo horizonte político e com isso uma nova noção de



temporalidade que se materializava. “A aceleração do tempo histórico transformou a experiência social e política e também antigos campos de significação.” (KIRSCHNER, 2007, p. 53).

Podemos considerar, a critério de análise que, processo similar, no que diz respeito a semântica de termos políticos e históricos, ocorreu na América Latina no decorrer do século XIX, ocorrendo assim uma mudança nos campos de significação devido as novas experiências político-sociais vividas no período.

Em uma análise da historiografia latino-americana dos séculos XIX e XX, Carlos Antonio Aguirre Rojas constata que

Na América Latina, o período de 1870 a 1910 constitui a etapa de um acidentado e longo século XIX histórico, caracterizado por múltiplos conflitos políticos, por guerras civis crônicas e por recorrentes golpes de Estado, que se combinam, por sua vez, com a emergência lenta, porém firme, de sociedades claramente *capitalistas* como pano de fundo. Neste último terço do século XIX, acentuam-se os projetos que buscam consolidar as nações latino-americanas, delimitando fronteiras e espaços nacionais precisos, criando sólidos mercados internos e desenvolvendo um conjunto de símbolos e ritos de identidade nacional. (ROJAS, 2004, p. 55).

O historiador chileno José del Pozo percebe as mesmas transformações, mas entende os avanços no que diz respeito a abertura do sistema oligárquico limitados. Pozo compreende essas mudanças sob diversos aspectos que caracterizaram a América Latina no final do século XIX e início do século XX diante do gradativo triunfo do liberalismo, de uma abertura às ideias de cunho iluminista em contrapartida com o poder político concentrado nas mãos de uma restrita minoria (sistema oligárquico). Para o historiador, na maior parte dos países o controle oligárquico permaneceu ou sob a forma institucional, ou por meio de ditaduras militares, ou no caso das intervenções norte-americanas. Apenas países do Cone Sul, México e Costa Rica viveram experiências antioligárquicas, com importante papel da classe média. No âmbito econômico, o capital estrangeiro não foi o suficiente para impulsionar o mercado latino-americano, mesmo com auge da exportação. No geral, Pozo constata que a maior parte dos problemas que causaram divisões sociais ou étnicas na América Latina permaneceu sem solução.



O conceito de América e América Latina

No contexto latino americano, o próprio conceito de “América”, no que concerne a sua acepção semântica, passou por modificações durante este período. O processo de democratização, mesmo que limitado para autores como Pozo, vivida pelos países do continente americano provocou uma politização do conceito, que passou a ser usado como arma de cunho linguísticos por camadas sociais envolvidas em processos de independência política. Como atesta Feres Júnior, a evolução semântica do conceito seguiu uma trajetória similar em países como Argentina, Chile, México, Venezuela, Colômbia e Peru.

No período colonial, “América” tinha um significado geográfico com colorações geopolíticas que faziam referência à posseção dessa parte do mundo por parte das monarquias espanhola e portuguesa. O termo então sofreu uma rápida politização ao final do século XVIII, ganhando contornos de identidade política distinta da metrópole, principalmente no caso espanhol. Durante os movimentos de libertação que se seguiram, ou seja, nas primeiras décadas do século XIX, o termo América se converteu em importante bandeira de mobilização, vindo inclusive a integrar o nome de algumas das comunidades políticas recentemente liberadas do jugo colonial. Todavia, com a consolidação dos processos de libertação, esse conceito político identitário entrou em rápida decadência e foi substituído por gentílicos locais por volta de meados do século. (FERES JÚNIOR, 2008, p. 16).

A dinâmica do processo de independência, a construção de uma identidade nacional e a necessidade de inserção dentro da economia capitalista resultou, por assim dizer, nas ideias de atraso das nações latino americanas e da necessidade das mesmas em passar por um processo de modernização. Nesse contexto os termos “América” e “América Latina”, passaram gradativamente a possuir significados diferentes. Bomfim, em tom de crítica, define o termo inicialmente a partir da concepção corrente na Europa daquele período:

A opinião pública européia sabe que existe a América Latina... e sabe mais: que é um pedaço de continente muito extenso, povoado por gentes espanholas, continente riquíssimo, e cujas populações revoltam-se freqüentemente. Essas coisas, porém, já lhe aparecem num vago mal limitado; riquezas, terras vastas, revoluções e povos, tudo se confunde para formar um mundo lendário, de lendas sem grande encanto porque lhes falta o prestígio da ancianidade. (BOMFIM, 2008, p. 04).



O historiador Héctor Bruit, em um artigo intitulado *A invenção da América Latina*, defende que “o nome e a idéia não existiram na consciência dos intelectuais americanos do século XIX. O nome se popularizou após a Segunda Guerra mundial.” (2000: 01) Bruit afirma ainda que o nome “América” foi arrebatado o século XIX pelo único país que não possuía um nome os “Estados Unidos da América”. “Com a doutrina Monroe, esse nome de tanto sucesso passou a designar o país do norte, enquanto que a primeira América, (...) passou a ser chamada de América Latina marginalizando as populações indígenas e negras.” (*Idem*, p. 01).

Seguindo a tese defendida por Bruit no que se refere ao emprego do termo América Latina entre os séculos XIX e XX, temos o fato de Manoel Bomfim, isso em 1903, utilizar o termo para intitular o livro tema de nosso interesse e, ainda, chamar a si próprio de americano. Isso pode se explicar, em um primeiro momento, pelo fato de Manoel Bomfim residir na França no período no qual escreveu o livro. Comumente atribui-se aos franceses a invenção do termo. Todavia, autores como Héctor Bruit e Feres Júnior não confirmam tal afirmação. O primeiro atribui a invenção do termo a dois sul americanos, ambos residentes na França: o jurista argentino Carlos Calvo, que a utilizou pela primeira vez no âmbito acadêmico, em uma monumental obra composta de vinte volumes e publicada por volta de 1864 intitulada *Recueil complet des traités, conventions, capitulations, armistices et autres actes diplomatiques de tous les Etats de l’Amérique latine compris entre le golfe du Mexique et le Cap Horn depuis l’année 1493 jusqu’à nos jours*, e ao colombiano José Maria Torres Caicedo, este “lançou a idéia de criar a liga Latino-Americana. Em 1865, publicou um livro com o título *Unión Latinoamericana*.” (BRUIT, 2000, p. 02). Feres Junior, por sua vez, afirma que “nos casos de México, Argentina e Chile fica claro que por volta de meados do século XIX, os EUA adquiriram uma conotação negativa, de ameaça à autonomia e integridade das jovens nações do sul.” (2008: 24) Neste momento começaram a surgir termos como América Hispânica e América Latina, cuja autoria alguns estudiosos atribuem ao chileno Francisco Bilbao e outros ao já mencionado Torres Caicedo, as evidências apontam que este “o utilizou pela primeira vez no poema “Las Dos Américas”, publicado em 1856” (*Idem*, p. 24).

Manoel Bomfim, utiliza o termo América Latina para se referir tanto às regiões colonizadas pelos países ibéricos quanto ao tipo de colonização exercida por tais países. Em sua análise, sistema de colonização exercido pelos países ibéricos foi responsável por uma estagnação temporal que impediu o progresso dessas nações após a sua independência.



O Estado é, ainda hoje, nos países da América Latina, o que era nos tempos coloniais, salvo modificações de forma, inerentes aos novos regimes políticos. Noutro lugar já ficou dito, tão sucintamente como exige a rapidez desta análise, o que era o Estado naquele tempo – uma simples máquina de perceber tributos, armada com aparelhos especiais de opressão, que lhe garantiam a posse da presa – a ventosa e os colchetes do parasita: cobrava, coagia, prendia, matava; criava privilégios, defendia-os... Além disto, o Estado formava um corpo alheio à nacionalidade, vivendo à custa da colônia, e alimentando toda a metrópole. (BOMFIM, 2008, p. 143).

Temos assim uma dupla acepção no conceito de América Latina utilizado por Bomfim. Uma que se refere aos países em si, independentes politicamente, e outra que se refere a hereditariedade do sistema colonial ibérico que ainda se perpetuava no seio da organização social dessas nações. Essa herança ou “mal de origem” seria o responsável por uma paralisia que impedia o desenvolvimento das nações latino americanas.

Bomfim e a “aceleração do tempo”: possibilidades para o futuro latino americano

A análise da América Latina empreendida por Bomfim tem uma íntima relação com conceitos característicos da modernidade como Revolução, Progresso, Democracia, Emancipação e Utopia. Esses conceitos remetem a uma ideia iluminista de emancipação e progresso racional e moral do homem, ao mesmo tempo em que projetam essas possibilidades para um futuro próximo, constantemente atraído para o presente. Para o autor, a América Latina, devido ao modo de colonização ibérico, não pôde seguir a “evolução natural” dos países ocidentais:

Enquanto os outros povos, segundo a evolução normal das sociedades ocidentais, passavam do viver militar ao regime industrial, e entravam na fase verdadeiramente produtora, as nações ibéricas transformavam-se definitivamente em parasitas sedentários; cerravam os olhos e tapavam os ouvidos ao progresso científico, aferravam-se a esse viver que lhes parecia o ideal – sugar! sugar! sugar!... E, de decadência em decadência, degenerando e retrogradando sempre, chegaram a perder todo o caráter primitivo, toda a originalidade própria – estética e filosófica. (...) Viveram 300 anos indiferentes à evolução que se fazia no resto do mundo, obstinados em permanecer no passado, e esse passado levou-os quase à morte... (BOMFIM, 2008, p. 80).

O progresso descrito por Bomfim estava vinculado ao desenvolvimento geral de uma nação, um país não poderia “evoluir” sem que todas as suas camadas sociais se



desenvolvessem conjuntamente. No caso da América Latina, esse desenvolvimento não ocorreria sem a educação popular, “a educação é a primeira e a última palavra da política”; que ouçam Clemenceau, jamais infiel à liberdade e à democracia: ‘A educação popular deve ser o princípio fundamental de toda política republicana’”. (*Idem*, p. 286)

Temos presente em Bomfim a exaltação da educação e a visão que as relações humanas são historicamente construídas. Sintonizado com o regime de historicidade característico do contexto histórico que vivia, notamos em Bomfim a crença na possibilidade de se projetar uma sociedade que, através do progresso e da razão, emanciparia o ser humano. Bomfim estava consciente do caráter histórico das construções sociais latino americanas, todavia, não estava atento que essas construções não são totalmente “racionalizadas”. A utopia de Manoel Bomfim caracteriza-se pela possibilidade de planejar uma sociedade ideal baseada em critérios racionais, ao mesmo tempo em que não vê grandes possibilidades de mudanças devido a fatores presentes nessa mesma sociedade que ela visa modificar.

Bomfim via na educação a cura para as desigualdades sociais na América Latina, “defendia a instrução popular como pré-condição para o progresso humano que, por sua vez, conduziria ao progresso da sociedade” (GONTIJO, 2003, p. 136). Culpava, no passado, a colonização e a escravidão como os “parasitas” responsáveis por todo atraso civilizacional presentes nas nações latino americana, e em sua época, a má atuação de seus dirigentes, que não se importavam em promover a educação do povo. Para Bomfim, a política “praticante” daquele momento era “indiferente aos assuntos capitais; as questões que verdadeiramente influem sobre a evolução da nacionalidade não são lembradas sequer.” (BOMFIM, 2008, p. 286)

O atraso social dos países latino-americanos, se comparado ao progresso das nações modernas, resumia-se na perpetuação da ignorância popular, na falta de preparo de seu povo para o progresso e para o exercício democrático, não por uma questão étnica, mas pela herança parasitária do modelo de exploração colonial ibérica. (MACHADO; SUASSUNA, 2009, p. 150).

A real função da ação política na perspectiva de Bomfim seria a de promover o progresso por meio da educação. A instrução popular era a chave para salvar a América Latina. A tarefa de um governo democrático era justamente expandir a educação, entretanto, estava ciente que, sem o apoio das classes dirigentes, “seria insensato, e incompreensível até, pretender sucesso de uma campanha em favor da instrução popular, sem interessar nela uma parte, ao menos, das classes dirigentes”. (*Idem*, p. 284). Esse apoio das classes dirigentes parecia algo



distante para Bomfim, “faltava na América Latina um esforço das classes dirigentes para vencer os vícios do passado” (CANDELOSO; PRIORI, 2009, p. 05).

Esboço de uma conclusão

Ao final dos anos de 1960 a confiança na ideia de progresso passou a conviver também pela preocupação em guardar e preservar o passado. O futuro passou a representar, em um contexto de Guerra Fria, uma ameaça e não mais uma promessa de tempos melhores.

O século XX é o que mais invocou o futuro, o que mais construiu e massacrou em seu nome, o que levou mais longe a produção de uma história escrita do ponto de vista do futuro, conforme aos postulados do regime moderno de historicidade. Mas, ele é também o século que, sobretudo no seu último terço, deu extensão maior à categoria do presente: um presente massivo, invasor, onipresente, que não tem outro horizonte além dele mesmo, fabricando cotidianamente o passado e o futuro do qual ele tem necessidade. Um presente já passado antes de ter completamente chegado. (HARTOG, 2006, p. 270).

Temos em Manoel Bomfim uma concepção de futuro que objetiva diferenciar-se do presente, pois este identifica-se com o passado ao guardar e conservar dentro das estruturas sociais resquícios dos *males* e explorações que, para o autor, lhe eram típicos. Os traços conservadores presentes nas sociedades latinas americana eram justamente a causa de seus problemas sociais:

A evolução humana não pode ser retardada sem graves perigos para os que a embarçam. Os que se incumbem e se oferecem para dirigi-la não deveriam nunca intentar suspender a marcha necessária; não é este o seu papel. Evoluir não quer dizer estar parado, ou recuar. O dever é procurar o caminho, facilitar o trajeto, achar o melhor meio de satisfazer as necessidades novas que se apresentem e de realizar as reformas reclamadas; e nunca opor-se a elas, em atenção a interesses de retardatários – blocos plantados de través à civilização, e em respeito aos quais, mesmo dos republicanos sinceros, muitos se detêm, empenhados em demovê-los. (BOMFIM, 2008, p. 118).

Nossa época – ou regime de historicidade como entendido por Hartog – orienta-se (ou sente a falta desta orientação) por um constante presente, tratando o passado como algo a ser “conservado”, como um patrimônio que não pode ser esquecido. No entanto, esta manutenção nada tem a ver com rememoração, na qual o passado é um exemplo para o presente como



ocorria com a *historia magistra vitae*. Não rememoramos, conservamos. Tratamos o passado com o intuito de não esquecê-lo, visando conservá-lo assim intacto, prolongando o presente, para dessa forma, quem sabe, afastarmos o futuro.

Ao contrário do futuro imaginado por Bomfim, repleto projetos a serem realizados, no qual o ser humano seria capaz de transformar uma sociedade desigual em uma democracia de fato, por meio de uma “ação fecunda”, que nos levaria “para o progresso e para a vitória, como leva a árvore para o alto e para a luz” (BOMFIM, 2008, p. 291); “hoje”, nossa “ação” trabalha para evitar essa aproximação do futuro, pois este “aparece como um futuro pessimista, contrastando com a celebração anterior do Progresso como tal. O objetivo reside apenas em evitar ou corrigir os maus efeitos da modernização, retardar, antes de mais nada, o desastre ecológico próximo.” (HARTOG, 1996, p. 16).

Os “maus efeitos da modernização” enumerados por Hartog, ganhou novos significados na América Latina, na qual a ideia de modernização continua atuante, mas imbuída de preocupações, ao menos no âmbito do discurso, quanto aos seus efeitos futuros. Assim como na análise de Manoel Bomfim, feita no início do século XX, a ideia de atraso frente às demais potências do globo, continuam como um fantasma a rondar o imaginário em torno da América Latina.

Referências bibliográficas:

BOMFIM, Manuel. *América Latina: Males de Origem*. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais: Rio de Janeiro, 2008. (Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais - www.bvce.org).

BORRMANN, Ricardo. *Futuro passado ou a contribuição de Reinhart Koselleck como ferramenta de análise metodológica para o contexto latino americano*. *Comunicação & política*, v.28, nº1, 2008. p.164-183. Disponível em <http://www.cebela.org.br>.

FERES JÚNIOR, João. *O conceito de América: conceito básico ou contra-conceito?* *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas* 45: Böhlau Verlag Köln/Weimar/Wien, 2008.

GONTIJO, Rebeca. *Manoel Bomfim, “pensador da história” na Primeira República*. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, nº 45, pp. 129-154 – 2003. Disponível em <http://www.scielo.br>. Visitado em 20/05/2011.

HARTOG, François. “Regime de Historicidade” [Time, History and the writing of History - KVHAA Konferenser 37: 95-113 Stockholm 1996]. Disponível em:



<http://www.fflch.usp.br/dh/heros/excerpta/hartog/hartog.html>

_____. “Tempo e patrimônio”. In: VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.261-273, Jul/Dez 2006. Disponível em: www.scielo.br/pdf/vh/v22n36/v22n36a02.pdf

KIRSCHINER, T. C. “A reflexão conceitual na prática historiográfica.” In: *Textos de História*, vol. 15, nº 1/2, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise: Uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

_____. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2006.

MACHADO, C. J. S.; SUASSUNA, D. S. B. “Anotações sobre o pensamento educacional de Manoel Bomfim a partir da obra *América Latina: males de origem* (1905)”. In: *Educação Unisinos*. vol. 13, n. 2, 2009

NISBET, Robert. *História da idéia de progresso*. Tradução de Leopoldo José Collor Jobim. – Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1985.

POZO, José del. “Os limitados avanços na abertura do sistema oligárquico durante a fase do auge da exploração, 1890 a 1929”. In: *História da América Latina e do Caribe: Dos processos de independência aos dias atuais*. Tradução de Ricardo Rosenbusch. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

PRIORI, A.; CANDELORO, V. D. M. *A utopia de Manoel Bonfim*. Revista Espaço Acadêmico, nº 9, maio de 2009. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br>

REIS, José Carlos. “Tempo e terror: as estratégias de evasão” In: *Tempo, história e evasão*. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

REIS, José Eduardo. *O gênero da utopia e o modo do utopismo*. IV Congresso Internacional da Associação Portuguesa de Literatura Comparada. Disponível em <http://www.eventos.uevora.pt>. Visitado em 28/04/2011.

ROJAS, C. A. A. *América Latina: História e presente*. Tradução de Jurandir Malerba. – Campinas, SP: Papyrus, 2004.

SANTOS, David Siqueira. *A recepção crítica da obra a América Latina: males de origem, de Manoel Bomfim, ao longo do século XX*. 1º Colóquio Internacional de Estudos Linguísticos e Literários: Universidade Estadual de Maringá, 2010.



**O DISCURSO INAUGURAL DE JANUÁRIO DA CUNHA BARBOSA ENQUANTO
ORIENTADOR DAS PRÁTICAS HISTORIOGRÁFICAS DO INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO BRASILEIRO.**

*Mayara Freire Costa

Como se pode ver, com sua atuação cômico Januário resumia as características comuns dos futuros secretários: a labuta de quem acredita e pretende sustentar uma Instituição cuja viabilidade ainda é incerta, e a imagem de um intelectual que fez da exaltação do próprio grupo a sua atividade intelectual fundamental.

Lilia Moritz Schwarcz

**O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO E O SENTIDO DE
SUA FUNDAÇÃO**

RESUMO:

O presente artigo tem como principal objeto de estudo e análise, o discurso inaugural de Januário da Cunha Barbosa bem como seus efeitos de veracidade e orientação historiográfica no seio fundacional do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Os principais pressupostos teóricos e metodológicos são construídos em torno de recortes espaciais e temporais definidos pela formação de uma trajetória historiográfica nacional definida pelo IHGB ao longo da primeira década de seu funcionamento.

Assim, o recorte espacial refere-se ao próprio IHGB enquanto espaço de circularidade intelectual concernente ao discurso oitocentista. O recorte temporal refere-se ao momento de fundação do IHGB, em 1838, quando o instituto ensaiava os passos iniciais para a elaboração da História Nacional Brasileira com base nos discursos do cômico Januário da Cunha Barbosa. Neste contexto, cabe explicitar e problematizar nesta narrativa o discurso



fundacional do cômico, enquanto modelo norteador das práticas e de que forma serviu a propósitos basilares da historiografia brasileira.

Fundado em 21 de Outubro de 1838, O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é criado sob a empreitada da escrita da História oficial brasileira, onde a produção historiográfica passava a ser concebida sob a tutela criacionista de um seletivo grupo intelectual. Pelas vias de um processo amplamente integracionista caberia a Instituição “coligir, metodizar, arquivar e publicar” os documentos que corroborassem na construção da memória nacional (GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. 1997. Pág.218).

Desta forma, a elite letrada envolvia-se em organizar as bases de uma história nacional antes mesmo que a nação se consolidasse como representação entre os luso-brasileiros, segundo o historiador Manoel Luís Salgado Guimarães:

Uma vez implantado o Estado Nacional, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a “Nação brasileira”, capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das Nações, de acordo com os princípios organizadores do século XIX. (GUIMARÃES, 1989, p. 6)

Em conformidade a uma proposta política tipicamente nacional no que compete a coesão não só no aspecto territorial, mas também cultural, o círculo de intelectuais do IHGB que almejavam a direção do Estado “inventavam” projetos para a nação brasileira. (ODÁLIA, 1997, p. 34-35). A elite letrada era parte um projeto que seguia as vias de legitimação do poder imperial, conforme afirma Lucia Maria Paschoal Guimarães:

Dos 27 fundadores, 14 eram políticos de nomeada. Alguns haviam iniciado a carreira por ocasião da Independência, outros ascenderam ao aparato de governo após a Abdicação. No primeiro caso, além das figuras emblemáticas do cômico Januário da Cunha Barbosa e de José Clemente Pereira, encontrava-se os marechais Cunha Matos e Francisco Cordeiro da Silva Torres Alvim [...]. A essas personalidades, deve-se acrescentar um conjunto de parlamentares que iniciaram a vida pública na Assembléia Constituinte de 1823: Caetano Maria Lopes Gama, Cândido José de Araújo Viana, o visconde de São Leopoldo, Francisco Gê de Acaiaba e Montezuma, José Antônio da Silva Maia e José Antônio Lisboa. No segundo grupo, registram-se



os nomes de Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, Bento da Silva Lisboa, Joaquim Francisco Viana e Rodrigo de Souza da Silva Pontes. (GUIMARÃES, Lucia Maria P. 1997, p.218)

O reduto intelectual do IHGB configurava-se conforme sua proposta de formulação de uma História Nacional. Deste modo, as atribuições e nomeações não eram dispostas de forma aleatória, mas se fixavam em torno da posição social e política dos seus membros, assim “narrativa nacional seria, portanto, produto de um esforço intelectual corretivo e integrador, exercido por homens patriotas, os sócios do IHGB” (KHALED, 2010, p. 59). Neste sentido, a posição social do indivíduo estava em primeiro plano, enquanto que a dimensão intelectual ocupava uma posição secundária.

Nessa empreitada da escrita da História Brasileira coube ao IHGB, e toda a sua corte letrada, a elaboração de parâmetros para composição de uma História que introduzisse os elementos de identidade formadores de sentimento comum para a sociedade brasileira. Neste sentido, a produção de uma narrativa configurava os aspectos gerais de uma memória nacional centrada no culto aos fundadores da pátria, “esses espaços sagrados ganham a dimensão de símbolos políticos mobilizadores da nação” (SANDES, 2011, p.47).

A “nação imaginada” (ANDERSON, 1989) era ordenada com base na simetria entre a História e o regime monárquico, portanto trata-se de uma historiografia atrelada ao corpo do aparelho estatal, conforme afirma Nilo Odalia:

São valores que deverão ser escolhidos e atingidos são opções sociais, étnicas, políticas, econômicas, antropológicas *etc.* que deverão ser feitas. [...] Nessas palavras estão sintetizados os objetivos a que o historiador deve obedecer em seu trabalho: em primeiro lugar, colaborar na Administração do Estado, por meio do levantamento histórico de dados que lhe possam ser úteis; em segundo, favorecer a unidade nacional; e, em terceiro, complementando o segundo, fomentar e "exaltar" o patriotismo, enobrecendo o espírito público. (ODALIA, 1997, p. 38)



Nesta via reflexiva o Estado compreendia ações de operações tuteladoras e organizacionistas em sua concepção de sustentáculo coesivo. Tais fundamentações são observadas nas reverberações do autor Salah Kaled:

Dessa forma, organizavam-se os esforços para a invenção de uma fundamentação histórica para existência do Estado-Nação, que passava a estar munido de um referencial que potencializava, em certa medida, a coesão inerente ao nacionalismo moderno. (KHALED, 2010, p. 69)

Foi com base nesses pressupostos institucionais que Januário Cunha Barbosa empreendeu esforços para orientar a escrita da história nacional.

JANUÁRIO DA CUNHA BARBOSA: TRAJETÓRIA POLÍTICA E INTELLECTUAL

A trajetória de Januário da Cunha Barbosa não encerrou-se apenas no Instituto, mas permeou e enveredou-se profissionalmente em outras áreas literárias, segundo afirma Lilia Moritz Schwarcz:

Poeta, orador sacro e biografista, fundou e dirigiu a Revista do Instituto, organizou o primeiro regimento do IHGB, assim como procurou tornar o grêmio carioca conhecidos entre os centros históricos europeus, veiculando fora do país a revista e as pesquisas patrocinadas pelo Instituto. (SCHWARCZ, 1993, p. 138)

O secretário atuou fulcralmente no IHGB, consolidando nos recintos a sua projeção intelectual de modo a fornecer os preceitos basilares, através da protagonização do discurso inaugural, de uma história em formação (GUIMARÃES, 2007, p. 99).

No espaço social onde estava inserido, Januário estabelecia a fronteira entre os modelos exemplares para a história nacional e aquilo que deveria permanecer à margem. O cônego teve participação em assuntos, dentro e fora do Instituto, que diziam respeito a uma gama diversificada de questões, conforme as pesquisas da autora Bianca Martins de Queiroz:



Em 1833, deu início a direção do Auxiliador da Indústria Nacional – periódico da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), da qual era secretário. Tal periódico era veículo de ideias para o desenvolvimento do país – apresentava projetos de melhoramentos na agricultura, pecuária e manufatura. Januário foi autor de artigos cujas temáticas tinham alcance econômico e social. (QUEIROZ, 2011, p. 5)

Considerando Januário da Cunha Barbosa como um consagrado erudito frente ao projeto de consolidação do discurso oitocentista, sua atuação no IHGB foi de inestimável importância para a criação dos modelos oficiais historiográficos. A respeito das atividades desenvolvidas e dos cargos elevados por ele ocupados, e no tocante das tarefas desenvolvidas no IHGB, Lia Ramos Jordão afirma:

O Cônego aceita a árdua tarefa, mesmo sabendo que acumularia as funções do IHGB, provavelmente considerando a sua relevância para a construção e salvaguarda da memória nacional, além da promoção das letras e do conhecimento científico no Brasil. Seria certamente uma honra tornar-se “depositário de uma das preciosidades nacionais”, para usar suas próprias palavras. Pouco foi pesquisado a respeito de sua atuação como bibliotecário da BN. No entanto, parte da documentação disponível no acervo de Manuscritos da Biblioteca Nacional acerca de seu mandato permite reconstituir um pouco de sua atuação à frente da Instituição. (JORDÃO, 2010, p. 1)

A participação ativa de Januário da Cunha Barbosa na Biblioteca Nacional lhe permitiu agregar aos seus conhecimentos a prática de manejo documental. O tratamento das fontes era um longo e rigoroso processo seletivo regido pelos parâmetros que norteassem o estoque documental de acordo com a gênese da Nação brasileira, em esboço.

Sua trajetória política foi marcada pela associação com o projeto político de Bonifácio onde defendiam a soberania nacional enquanto categoria popular tendo D. Pedro como chefe escolhido pelo povo (Queiroz, 2011, p.4).



AS LEITURAS DO DISCURSO DE JANUÁRIO DA CUNHA BARBOSA

O discurso fundacional proferido pelo cômego trazia em seu corpo teórico um conjunto normativo para a escrita da História. Nos primeiros anos após a fundação do IHGB, além do que se é proposto com relação ao arquivamento, coleta e metodização de documentos, também se fazia necessário intervir na seleção do documento.

Assim, os membros do IHGB têm por missão desconstruir a lógica que perpetua um conhecimento incorreto do passado brasileiro, depurando esses trabalhos de algumas de suas manchas, nem que para isso seja necessário, eventualmente, rejeitá-los do campo histórico. (CEZAR, 2004, p.98)

Neste sentido, o historiador deveria definir objetivamente as fontes documentais que correspondessem ao processo evolutivo da nação, ainda que para tal circunstância, fosse preciso relegar ao esquecimento tudo que não correspondesse a esse intento. Os arquétipos simbólicos pertinentes ao enredo do discurso abordavam de forma direta e concisa a intenção de lançar as luzes interpretativas da memória os grandes fatos da História brasileira:

A História (escreve aquelle philosopho romano) é a testemunha dos tempos, a luz da verdade e a escola da vida – Por esta judiciousa doutrina bem se facilmente se conhece quão profícua deve ser a nossa associação, encarregada, como em outras nações, de eternizar pela história os factos memoráveis da pátria, salvando-os da voragem dos tempos e desembaraçando-os das espessas nuvens que não poucas vezes lhes aglomeram a parcialidade, o espírito de partido, e até mesmo a ignorância. (BARBOSA, 1839, p. 10)

Do seio de um pretense projeto de elaboração historiográfica, somente “os laços emocionais de pertencimento e comprometimento” (KHALED, 2010, p.69) catalisariam



as atribuições necessárias para a reunião das fontes históricas, passo inicial para o trabalho do historiador, mas que deveria ser precedido por um trabalho coletivo de ordenação documental. (Guimarães, 1988).

Nessa direção, o historiador era convocado a exercer o poder ao dar voz e espaço para que da seleção de fontes resultasse o sentido da história nacional:

O sentido dos fatos impõe-se apenas quando estão articulados ao que lhe precede e ao que lhe sucede. E a confrontação das circunstâncias é o método capaz de produzir tal articulação. Por fim, esse raciocínio serve também para se identificar alguns elementos de um “tempo da nação”, uma das tarefas que o “talento” do historiador do IHGB deve tentar realizar. (CEAR, 2004, p. 104)

Seguindo as disposições de Cunha Barbosa o caráter exemplar da história conferia sentido para o processo nacional, assim o tempo pretérito seria ressuscitado em conformidade com as práticas seletivas e analíticas do historiador, mas para que este passado tivesse a devida interpretação, era preciso ordená-lo em conjuntos temporais:

A nossa História, dividindo-se em antiga e moderna, deve ser ainda subdividida em vários ramos e épocas cujo conhecimento se torne de maior interesse aos sábios investigadores da marcha da nossa civilização. Ou ella se considere pela conquista de intrépidos missionários[...]; ou pelo lado de acções guerreiras [...]; ou finalmente pelas riquezas de suas minas e mattas, pelos produtos de seus campos e serras, pela grandeza de seus rios e bahias, variedades e pompas de seus vegetais. (BARBOSA, 1838,p. 10)

Somente a disposição cronológica dos fatos tornaria viável a construção da gênese da história do Brasil, apesar das dificuldades decorrentes das distâncias geográficas, da assimilação de recursos filosóficos úteis e da dificuldade de publicação e arquivamento dos manuscritos (CEZAR, 2004, p. 101). O passado, segundo Januário da Cunha Barbosa, orientava, com sua exemplaridade, o plano de ações e o método investigativo de um historiador.

Em outra instância, ainda que o cômico tenha o passado como o altar dos atos épicos, percebe-se em seu discurso a evocação de elementos modernos: “a razão do



homem, sempre tão vagarosa em sua marcha necessita de um guia esclarecido e seguro, que acelere os seus passos” (BARBOSA, 1839, p. 12).

Cunha Barbosa com todos os seus esforços linguísticos e metafóricos, tenta delinear e traçar o perfil do trabalho do historiador dentro do ambiente palaciano literário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como um sacerdote a serviço da História Nacional:

O historiador não é simplesmente aquele que julga e diz a verdade. Ele é aquele que cumpre o seu papel como um sacerdote. Esse lado religioso e místico não tem relação com o cristianismo dos membros do IHGB. Trata-se de um dos componentes, talvez dos mais importantes, dessa imagem ideal de historiador que Januário procura desenhar. Efetivamente, fazer a história da nação tornar-se uma missão sacerdotal. (CEZAR, 2004, p. 107)

O esboço é traçado de forma oblíqua a aura heroizante conforme os ímpetus interpretativos de Januário da Cunha Barbosa, pois o grande homem solidificará o modelo de conduta a ser adotado, pois a prática de atos dignos pra entrar na história está reservada a um pequeno grupo de homens (BARBOSA, 1839, p. 14). Neste caso o grande herói coletivo seria o próprio IHGB, segundo as asserções de Temístocles César:

Entretanto, pode-se pensar que o próprio IHGB, enquanto instituição, encare essa figura de herói; um herói que seria um agente coletivo. Seus gestos heroicos seriam sua fundação, suas tarefas históricas consistiriam em salvar o passado nacional e em construir uma memória nacional. Em resumo, fornecer à nação as luzes de que ela precisa. (CEZAR, 1939.p.106)

Assim, o IHGB faz da história brasileira uma epopeia nacional, por conseguinte, agraciado com esta missão, moverá as engrenagens produtivas selecionando e refletindo as luzes do presente e os fatos que deveriam ser rememorados construindo um verdadeiro panteão ilustrado.



OS REFLEXOS DO DISCURSO INAUGURAL DE JANUÁRIO DA CUNHA BARBOSA NA REVISTA TRIMESTRAL DO IHGB.

Com seus aparatos políticos e intelectuais, o cômego delibera a escrita da história nacional regendo em conjunto com os intelectuais ilustrados que dariam forma e conteúdo a história brasileira. A Revista do IHGB, neste caso era o veículo privilegiado para a propagação do sentido histórico, consoante aos projetos da legitimação monárquica.

De acordo com Lucia Maria P. Guimarães, a Revista constitui-se num espelho privilegiado do IHGB e das ideias ali veiculadas. (GUIMARÃES, Lucia Maria P. 1995. p.462). Com relação ao papel da Revista do IHGB, enquanto preservadora das fontes primárias e responsável pela publicação das mesmas, o secretário-geral Joaquim Manuel de Macedo afirma:

Não é um arrojo de orgulho, é uma verdade incontestável: a coleção de nossas revistas se têm tornado um cofre precioso, onde se guardam em depósito tesouros importantíssimos; e a leitura delas será muitas vezes frutuosa para o ministro, e legislador e o diplomata, e em uma palavra para todos aqueles que não olham com indiferença para as coisas da pátria. (MACEDO Apud Guimarães, Manoel, 1988, p. 20)

A *Revista*, enquanto foro discursivo refletia a concretização daquilo o que se produzia dentro do IHGB sendo o meio funcional para o fluido teorizante da história, bem como o pano de fundo expositivo tanto no plano ideológico quanto cultural. Uma das preocupações imediatas do cômego que foram refletidas no conteúdo inicial da Revista consistia *em evidenciar os fatos da História salvando-os da indigna obscuridade que jazem até o momento* (BARBOSA. 1839, p.10). Esta seria a premissa motivacional dos primeiros eixos temáticos da Revista.

O saber histórico produzido no IHGB era voltado para o intuito de integrar o território brasileiro, sendo a Revista o campo fecundo das publicações encontradas nas



limitações territoriais brasileiras, conforme as bases argumentativas de Luís Cesar Castrillon Mendes:

A Revista do IHGB, inicialmente com uma tiragem de 500 exemplares, possuía um publico certo. Seus receptores imediatos seriam os próprios sócios, que já se aproximavam de 200 no final do primeiro ano de existência. Recebiam-nas também as sociedades com as quais o Instituto mantinha estreita correspondência no Brasil e no exterior, além das secretarias de governos e bibliotecas provinciais. No ano de 1889, por exemplo, a quantidade de exemplares que circulava em instituições era de 233; sendo que 97 nas nacionais e 136 nas estrangeiras. Nas províncias circulavam 57 exemplares sendo que na do Rio de Janeiro concentrava quase que metade dos exemplares.(MENDES, 2011, p. 4)

Desta forma, segundo os dados de distribuição, pautada em qualificação quantitativa de tiragens e exemplares difundidos pelo Império, sua circularidade no meio estrangeiro e de bibliotecas provinciais, principalmente no Rio de Janeiro apontavam o fluxo vertiginoso produtivo.

Observando reflexivamente as motivações políticas e culturais que se estabeleciam na conjuntura imperial, compreende-se neste amplo contexto, que a distribuição da Revista não se dava de forma aleatória, pois a Revista do IHGB era, antes de tudo, “um periódico a serviço do Estado enquanto legitimação do projeto de Nação a ser formado” (MENDES, 2011, p.1).

Neste panorama seletivo do conteúdo da Revista, o cônego deliberava acerca dos modelos de superioridade que deveriam ser seguidas, e os que seriam sombreados, tendo em vista o modelo instituído de uma sociedade branca e europeia. Este processo utilizava argumentos e justificativas onde “os negros servem de embaraço a civilização dos índios; e o que mais é servem não pouco de retardar a nossa própria civilização” (BARBOSA, 1939, p. 159).

[Sendo o discurso o principal objeto teórico que fornecia os paradigmas da escrita dessa História Nacional] [melhor a frase direta]

A elite ilustrada intelectual, sob a gênese dos acordos historiográficos nacionalistas, produziu uma narrativa que abarcou todo o território brasileiro e assim constituiu uma



memória nacional. Essa memória foi fixada em lugares distantes do sentido de experiência e se constituíram, para usar a clássica expressão de Nora, em lugares de memória. Para consolidar ideologicamente as elucidações acerca desta premissa de memória nacional, era preciso criar os devidos aparatos para o uso dessa memória instrumentalizada, e o IHGB neste sentido, trazia em suas entranhas fundacionais meios de produzi-los, lembrando os acontecimentos que trariam glória a nação e traçar a biografia dos mais perclaros brasileiros (BARBOSA, 1939,p. 14) criando os lugares de memória, tendo em vista sua necessidade de criar, já que não há em grande parte, estes registros de vivências, segundo Pierre Nora:

Os lugares de memória nascem e vivem de um sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. E por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória (NORA, 1981, p.13)

Neste contexto, os lugares de memória são criados quando não há a devida espontaneidade de lembra-los. Estas atividades comemorativas, guardiãs da memória nacional, eram objetos de culto no IHGB. Os sócios do IHGB organizaram os monumentos da História nacional para livrá-los da voragem do tempo (BARBOSA, 1839). Assim, a construção destes ritos e símbolos ordenava a imaginação de uma sociedade em formação ao conceber lugares sagrados que definiam um sentido comum em uma nação marcada pela diversidade de culturas e etnias.

O que se pode aferir, frente a estas exposições teóricas condizentes a própria ritualização instrumentalizada, transpondo para o plano destes encerramentos da memória, pode-se inserir a Revista Trimestral do IHGB “por excelência, um lugar de memória, no qual todo o debate em torno da formação da nação ganhou corpo” (SANDES, 2011, p. 97).



Um dos vários aspectos que conferem a Revista enquanto local de memória, diz respeito representação dos grandes homens da História em conformidade com as palavras proferidas pelo cômico em seu discurso:

A nossa História abunda de modelos de virtudes; mas um grande número de feitos gloriosos morrem ou dormem na obscuridade, sem proveito das gerações subsequentes. O Brasil, senhores, posto que em circunstâncias não semelhantes à da França, pode contudo apresentar pela história, ao estudo e emulação de seus filhos, uma longa série de varões distintos por seu saber e brilhantes qualidades (BARBOSA, 1839, p. 15-16)

Com relação a estes modelos exemplares, para que ele tivesse o pretensão simbolismo era preciso dotá-los de uma aura simbólica, que iria condizer com o local de memória (NORA, 1981, p. 21), neste caso precisava dotar funcionalmente o modelo exemplar deste homem, evidenciar o verdadeiro sentido de sua importância para o Estado.

Deste modo, este grande homem desempenharia o exercício de atribuições voltado para a construção exemplar e modelo pedagógico de conduta nacional. Estes vultos nacionais ganhavam ênfase representativa nas páginas da Revista do IHGB:

As escolhas biográficas dos historiadores brasileiros conservam, do grande homem das Luzes, seu caráter coletivo. “Os brasileiro ilustres” são salvos do esquecimento sob a forma de dicionários. A seção da Revista do IHGB dedicada aos “Brasileiros ilustres pelas ciências, letras, armas e virtudes, etc.” não foge a regra. (ENDERS, 2006, p. 43)

Assim todas as disposições metodológicas prevista nos conteúdos das publicações da Revista do IHGB seguiam os ditames do Estado que se pretendia formar em perspectiva nacional. O conhecimento do passado necessitava ser catalogado e arquivado a fim de que se pudesse ordenar uma cadeia cognitiva de sentidos, a partir dos primeiros resquícios de uma formação identitária.

Para se compreender o discurso inaugural de Januário da Cunha Barbosa, é preciso perpassar o crisol dos códices e vertentes interpretativas, onde a verdade firmava-se



enquanto protocolo impresso nas rendilhas da narrativa de uma história nacional. Neste magistral empreendimento de criação de uma memória nacional, as palavras do cônego ecoavam enquanto prelúdio de uma metodologia de escrita da história própria de seu tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict. Nação e Consciência Nacional. São Paulo: Ática, 1989.
- BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso. In: Revista do IHGB, T. I, v. 1, 1839. p.9-18.
- CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história – Historiografia e nação no Brasil do Século XIX. 2004 In: Diálogos. DHI/UEM, v. 8, n. 1, p.27
- ENDERS, Arnelle. “O Plutarco Brasileiro”. A produção dos vultos nacionais no Segundo Reinado. In: CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Unep. 2006. 41-62.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Debaxo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889).RIHGB, Rio de Janeiro, v. 156, nº 388, p. 459-613, jul/set 1995.
- _____. Um olhar sobre o continente: O Instituto Historico e Geográfico Brasileiro e o Primeiro Congresso Internacional de Historia da America (1922). Revista de História (USP), Rio de Janeiro, v. 10, n.20, p. 217-229, 1998.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: O IHGB e o projeto de uma História Nacional. Rio de Janeiro, Revista Estudos Históricos, Brasil, 1, jan. 1988. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935/1074>. Acesso em: 14 Nov. 2012.
- IHGB, Januário da Cunha Barbosa. Lembrança do que devem procurar nas províncias, os sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para remeterem a sociedade central do Rio de Janeiro. Revista do IHGB, 1839, Tomo I, p. 141-3.



IHGB, Januário da Cunha Barbosa. Se a introdução dos escravos africanos no Brasil embarça a civilização de nossos indígenas. Revista do IHGB, 1839, Tomo I, pag. 159-72.

JORDÃO, Lia Ramos. Januário da Cunha Barbosa. 2010. <http://bndigital.bn.br/projetos/200anos/januariocunha.html>. Capturado em: 17/11/2012.

JUNIOR, Salah H. Kaled. Horizontes identitários : a construção da narrativa nacional brasileira pela historiografia do século XIX . Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

MENDES, Luís César Castrillon . Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: um periódico a serviço do Império. In: XXVI Simpósio Nacional da ANPUH - Associação Nacional de História, 2011, São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional da ANPUH - Associação Nacional de História. São Paulo: ANPUH - SP, 2011. v. 1. p. 1-15.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, p.9, dezembro de 1993. Disponível em: <http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>

ODALIA, Nilo. As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

QUEIROZ, Bianca Martins. Januário da Cunha Barbosa (1780-1846): A trajetória de um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Anais da ANPUH. Disponível em:http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308149778_ARQUIVO_BiancaMartinsdeQueiroz-textocompleto.pdf.

SCHAWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SANDES, Noé Freire. A invenção da nação: entre a monarquia e a República. 2 ed. Goiânia: Editora UFG, 2011.



A Obra de Roberto Simonsen na Historiografia Brasileira - Elogios & Críticas

Maurílio Rompato*

Resumo:

O presente artigo tem por objetivo apresentar o debate na historiografia brasileira acerca da obra de Roberto Crochrane Simonsen. Entre os estudos sobre a obra de Simonsen destacam-se duas correntes de análise, uma que faz apologia e outra que faz uma severa crítica. Na perspectiva da apologia encontram-se alguns historiadores da historiografia econômica brasileira, entre os quais, Heitor Ferreira Lima, Edgard Carone, Nícea Vilela Luz e Eli Diniz. E, na perspectiva da crítica estão alguns historiadores da historiografia social brasileira, tais como Edgar Salvadori de Decca, Coraly Gará Caetano e Maria Antonieta Antonacci. Como metodologia, o presente artigo compara os estudos já realizados sobre a obra de Roberto Simonsen, uma vez que seu objetivo é expor alguns dos aspectos relevantes do debate historiográfico em torno da obra deste autor.

Palavras-chave: **historiografia, apologia, crítica.**

INTRODUÇÃO

Roberto Simonsen é um autor bastante citado na historiografia brasileira, mas, na maioria das vezes por autores que têm como foco de análise o processo de industrialização e não sua obra propriamente dita. É certo que o tema da industrialização, por ele tratado, já não prende mais a atenção do grande público. Desde os anos de 1980 o tema vem perdendo prestígio no setor intelectual mais especializado, ligado ao meio acadêmico. Esse gradativo desinteresse pode ser explicado pelo fato de que, tendo alcançado o estágio urbano industrial, a sociedade brasileira viu-se às voltas com outros problemas, a maioria dos quais gerados no bojo da própria industrialização. Assim, o foco dos pesquisadores recaiu sobre os efeitos da industrialização, em temas relacionados aos mundos do trabalho, tais como: movimento sindical, emprego-desemprego, precarização das condições de trabalho; do que sobre o processo de industrialização em si mesmo.



Nos meios políticos e acadêmicos, o tema da industrialização e do desenvolvimento econômico readquiriu algum prestígio a partir de 1990, quando, em meio ao processo de abertura da economia brasileira, o modelo de desenvolvimento conhecido como nacional-desenvolvimentista começou a ser criticado, pela força que o movimento neoliberal ganhou naquele período. Nesse momento, caracterizado como de globalização e de privatização, o tema relativo à participação do estado na defesa da economia nacional voltou ao primeiro plano dos debates políticos e acadêmicos, observando-se a produção de estudos historiográficos sobre o debate entre o liberalismo e o intervencionismo de estado na economia.

Nesse novo contexto, as importantes reflexões sobre a industrialização e sobre o papel do estado no desenvolvimento econômico e social, produzidas por alguns pensadores do final do século XIX e do início do século XX, voltaram a ser objeto de atenção por parte de estudiosos da história. Entre eles podemos destacar Irineu Evangelista de Souza – o Visconde de Mauá, Inocêncio de Serzedello Corrêa, Rui Barbosa, Jorge Street e Roberto Simonsen. Muitos desses pensadores, embora muito importantes para um mapeamento das principais questões que envolveram o desencadeamento do processo de industrialização brasileiro, não só não foram estudados profundamente antes de 1980, como ainda não foram revisitados de forma significativa pela historiografia posterior a 1990. Roberto Simonsen é um deles. Apesar de sua vasta produção intelectual existe uma quantidade relativamente pequena de estudos específicos sobre sua obra e os estudos existentes são feitos de duas diferentes perspectivas, uma delas mais personalista e apologética que aceita ou concorda com suas teorias e outra que de forma mais crítica procura combatê-las.

A APOLOGIA

A principal característica da historiografia apologética sobre Simonsen é a comunhão dos autores em torno de seu ideário nacional-desenvolvimentista. À frente dessa linha interpretativa encontra-se Heitor Ferreira Lima. Enquanto analista e consultor econômico da FIESP, na década de 1950, Lima não teve dificuldade alguma para publicar suas obras acerca



das atuações de Roberto Simonsen, o fundador daquela entidade patronal. Escreveu vários textos enaltecendo as realizações de Simonsen à frente da indústria.

Apesar de exercer uma militância política de esquerda, Lima faz uma apreciação bastante favorável à obra de Simonsen, revelando-se um adepto da linha de pensamento nacional-desenvolvimentista. Em sua obra *História do Pensamento Econômico no Brasil* (1976), Lima afirma que Simonsen não se restringiu nem à teoria nem à prática, ao contrário, destacou-se por uma “atuação teórica e prática”. Segundo ainda esse autor, Simonsen:

[...], inseriu de maneira enérgica, decisiva, audaciosa e inteligentemente, o problema da industrialização dentro de nosso pensamento econômico, dando-lhe um vigor que antes não encontramos na história nacional [...] (LIMA, 1976, p. 168).

Lima coloca-se no mesmo terreno de Simonsen, ou seja, na defesa da modernização do país através da industrialização, e, por isso, aceita como necessária a intervenção do estado na economia. Ao apresentar as idéias de Simonsen como corretas para sua época, Lima defende o projeto intervencionista da burguesia industrial como solução para tirar o país do atraso. O que poderia ser interpretado como uma incoerência política de sua parte, tendo em vista sua filiação partidária de esquerda, entretanto, se analisarmos mais atentamente, existe coerência nesse posicionamento de Heitor Ferreira Lima a favor de uma proposta burguesa de solução para o desenvolvimento brasileiro.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB), partido ao qual Lima era filiado, concebia que uma revolução nacional-burguesa que realizasse a industrialização brasileira seria pré-condição para uma futura revolução proletária. Na estratégia etapista do PCB, a revolução comunista não poderia ocorrer antes do “amadurecimento das condições objetivas” em cada país. Como tal, a industrialização traria em seu bojo o crescimento do proletariado e o “inexorável” acirramento das lutas de classes entre este e a burguesia. É por isso que Lima faz apologia do industrialismo de Simonsen. Além do que, não devemos nos esquecer de que foi Simonsen quem lhe abriu as portas da FIESP, oferecendo-lhe o cargo de analista econômico, ocupado por Lima até sua aposentadoria, após mais de trinta anos de trabalho naquela entidade patronal.



Em *História do Pensamento Econômico no Brasil* (1976), Lima afirma que Simonsen tinha uma visão ampla do processo, pois via a industrialização não só como um meio de tornar o país economicamente forte e independente, mas também como forma de aumentar a renda do trabalhador nacional, cuja diferença em relação à renda do americano era gigantesca. O combate à pobreza nacional era o grande argumento utilizado por Simonsen para, em sua proposta industrialista, obter apoio dos demais segmentos da sociedade, de qualquer tendência política, seja ela liberal ou intervencionista. Essa interpretação também foi encontrada em Lima, quando este diz:

Proporcionou-lhe isso o espetáculo doloroso de nossa pobreza e a necessidade da industrialização, como meio de combatê-la, plasmando assim o Roberto Simonsen definitivo, com uma diretriz que iria seguir na vida: o engrandecimento da nação pelo desenvolvimento industrial (LIMA, 1976, p. 160).

Para Lima, o projeto desenvolvimentista de Simonsen foi o mais completo de todos os apresentados até então, porque atuava em várias frentes, na economia, na política e no ensino. Seu projeto não vislumbrava a industrialização do país como um objetivo em si mesmo, mas como meio de elevação da renda nacional, de redenção social e, principalmente, de conquista da verdadeira soberania nacional. Destacava como o grande mérito de Simonsen ter colocado, na agenda política, a industrialização como o núcleo de um ambicioso plano de desenvolvimento nacional a ser liderado pelo estado. Segundo Lima:

Em agosto de 1941, Roberto Simonsen apresentou ao Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial seu parecer – Planificação da Economia Brasileira – que tinha por finalidade um planejamento de todo o nosso sistema de produção e de prestação de serviços, distribuído em planos quinquenais, capaz de quadruplicar a renda nacional dentro de 10 a 15 anos, através da intensificação e ampliação de todos os setores de atividade, além da criação de outros novos [...]. Dessa forma, Roberto Simonsen, com sua atuação teórico-prática, inseriu de maneira enérgica, decisiva, audaciosa e inteligentemente, o problema da industrialização dentro de nosso pensamento econômico, dando-lhe um vigor que antes não encontramos na história nacional (LIMA, 1976, p. 168).

O nacionalismo de Simonsen também é enfatizado por Lima: “a independência política de uma nação só é efetiva em todos os seus aspectos, se ela se



baseia numa situação econômica forte, numa independência econômica relativa, sem a qual não existe de fato a independência política” (SIMONSEN *Apud* LIMA, 1976, p. 161). Deste modo, Lima não chega a formular uma análise crítica do pensamento de Simonsen, antes, coloca-se entre os que defendem a industrialização nacional como etapa para a implantação de uma nova sociedade.

Em geral todos os historiadores brasileiros que escreveram sobre a indústria pensavam assim. Este é o caso de Edgar Carone que através de sua obra *Roberto Simonsen - Evolução Industrial do Brasil e Outros Estudos* (1973) teve por objetivo enaltecer a obra de Simonsen no contexto da industrialização do país. Enquadra-se nessa linha o trabalho, *Roberto Simonsen e o Desenvolvimento Econômico*, de 1970 de Helena Fanganiello em que a autora procura enaltecer a contribuição de Simonsen ao pensamento econômico nacional. Considerando-o como precursor do pensamento nacional-desenvolvimentista de sua época, ela apenas reúne e organiza, em um trabalho de síntese, as idéias que se encontram em suas diversas obras, tais como: relatórios, discursos, conferências, livros, entrevistas, artigos, pareceres e proposições. Seu objetivo declarado é, através da ordenação cronológica das obras de Simonsen, mostrar a unidade de pensamento deste autor em torno da teoria e prática do nacional-desenvolvimentismo. Trata-se, em fim, de um trabalho que se coloca na perspectiva do próprio Simonsen. Segundo ela:

Julgamos não haver traído o pensamento de Roberto Simonsen, a despeito de, deliberadamente, termo-nos esquivado de continuadas citações. Quisemos dar à obra por ele realizada um caráter de unidade, que se teria perdido, se tivéssemos transformado esta num conjunto de citações de frases [...]. Preferimos compreendê-lo e dar aos seus estudos uma visão que, embora analítica, não seria mutiladora do seu pensamento. Para nós, o importante é conservar a unidade da contribuição do nosso eminente patricio (FANGANIELLO, 1970, p. 05).

A essência nacional-desenvolvimentista do pensamento de Simonsen é apropriada na íntegra pela autora, que não se preocupou em historicizar sua obra. O nacional-



desenvolvimentismo da autora é explicitado no trabalho de enaltecimento da obra de Simonsen, quando se propõe a “conservar a unidade da contribuição do nosso eminente patricio” (FANGANIELLO, 1970, p. 05).

Existem outros trabalhos significativos sobre a história da luta pela industrialização no Brasil num plano temporal mais amplo, nos quais a parte destinada ao período de 1920-1940 de atuação de Roberto Simonsen contém, inevitavelmente, uma abordagem com destaque para a atuação prática e intelectual dele sobre processo de industrialização do Brasil. Estes seriam os casos dos trabalhos de Nícea Vilela Luz e Eli Diniz.

Nícea Vilela Luz, em *Aspectos do Nacionalismo Econômico Brasileiro* (1959), admite que, desde a década de 1910 (LUZ, 1959, p. 118), a liderança empresarial do setor industrial vinha exercendo um papel importante na economia brasileira. Segundo ela, essa força organizou-se a partir de 1928, com a fundação do Centro das Indústrias de São Paulo. Embora o Centro fosse regional, sua organização em si já demonstra a preocupação da burguesia industrial daquele Estado, em torno de um projeto de industrialização. A fundação do Centro demonstra que parte da burguesia industrial paulista considerava-se com maturidade para conduzir seus destinos sem se manter associada ou ficar a reboque de outras frações da classe dominante: a do setor cafeeiro e a do capital comercial que o animava. Na interpretação de Luz, a fundação do CIESP, por influência de Simonsen, acabou revelando um novo líder entre os empresários do setor industrial. Diz ela:

No seu discurso inaugural, Simonsen, invocando os princípios da ciência econômica, reafirmava os fundamentos nacionalistas da nossa política industrial, segundo a qual o Brasil só realizaria a sua independência econômica mediante a industrialização (LUZ, 1959, p. 118).

Após essa afirmação, Luz cita o discurso inaugural, onde Simonsen enumera os benefícios da criação de um parque industrial no país:

Possuindo este país um parque industrial eficiente, na altura de seu desenvolvimento agrícola, pois a grande indústria por toda a parte do mundo em que se instala traz como corolários, o aumento de salários, o barateamento relativo de produtos, o enriquecimento social e o aumento da capacidade de consumo (LUZ, 1959, p. 118).



Eli Diniz, em *Empresário Nacional e Estado no Brasil* (1978), afirma que o arrojado plano de Simonsen não teve precedentes na história do país. Discutindo a participação da burguesia industrial no processo revolucionário de 1930, Diniz critica a interpretação de Boris Fausto, segundo a qual não existiu um projeto industrialista na “Revolução de 1930” que permitisse caracterizar esse acontecimento como uma revolução burguesa (DINIZ & BOSCHI, 1978). Segundo Fausto, não tendo condições de dirigir um projeto político hegemônico para a nação, a burguesia nacional teria recorrido ao Estado (FAUSTO, 1975). Contrapondo-se a essa interpretação, Diniz afirma que a partir de 1930 formou-se em torno do projeto industrialista uma importante liderança empresarial capaz de influenciar sim o primeiro governo Vargas e que, portanto, foi a partir desse momento que a burguesia nacional ganhou força (DINIZ & BOSCHI, 1978).

Além destes trabalhos, existem outros, mais recentes, que focalizam a obra de Simonsen, mas superficialmente, sem atentar para o contexto que preparou o processo de industrialização do país. Dentre estes, alguns foram produzidos fora do âmbito acadêmico. É o caso do encarte publicado pela revista *Istoé Dinheiro*, em sua edição de número 30 (1998), cuja análise está centrada no “homem de ação” que Simonsen teria sido. Além de apologético, o tom desse encarte é explicitamente personalista. Considerado como “o pioneiro que levou a indústria brasileira à Idade Moderna” (ISTOÉ DINHEIRO, 1998, p. 04), Simonsen é exaltado como o demiurgo da industrialização brasileira. Seu projeto industrialista teria representado um divisor de águas na história do Brasil: antes de dele, “a indústria era quase uma ficção... Simonsen, no entanto, acreditava que ela podia evoluir e diversificar-se. Estava certo” (ISTOÉ DINHEIRO, 1998, p. 12).

Estes autores apologéticos apresentam a industrialização do país como se fosse obra de uma única pessoa, fazendo emergir, assim, a figura do herói da burguesia nacional. Segundo essa interpretação, sem a hercúlea figura de Simonsen, o herói industrialista e modernizador, o país não teria superado a humilhante situação de país agro-exportador.

Embora mais equilibrado e menos laudatório, o artigo “Roberto Simonsen: a inteligência na industrialização brasileira” (2002), de José de Souza Martins, não deixa de ser bastante favorável à figura de Simonsen e ao papel que este teria representado na modernização



brasileira. Segundo Martins, Roberto Simonsen teria sido o escritor que reúne em sua obra:

[...] a mais impressionante documentação que se pode ter do que era a consciência industrial de vanguarda há meio século neste país. Analisou e estudou historicamente todos os aspectos da história econômica e social brasileira, com vistas a conhecer os pontos de inflexão em nossa economia de tradição colonial e estabelecer os rumos possíveis da economia nacional (MARTINS, 2002, pp. 168-169).

Para Martins, depois de Simonsen, o Brasil não teve outro empresário com a mesma consciência nacional: suas “posições avançadas em relação ao desenvolvimento econômico brasileiro expressaram-se em suas preocupações com o planejamento econômico, de que foi um pioneiro” (MARTINS, 2002, pp. 168-169).

O reconhecimento que Martins dá à obra de Simonsen permite afirmar que sua interpretação é aquela que dentre os trabalhos historiográficos, mais se aproxima da visão laudatória presente em Lima. Nessa tendência apologética podemos incluir ainda a obra *O Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo* (2000), de Ricardo Bielschowsky, cujo objetivo é buscar em Simonsen a origem do pensamento econômico “nacional-desenvolvimentista” que orientou o processo da industrialização brasileira. Segundo esse autor, a questão fulcral do pensamento desenvolvimentista foi a avaliação de que “não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas (liberais) de mercado; por isso, é necessário que o Estado a planeje” (BIELSCHOWISKY, 2000, p. 07).

Conforme esclarece Bielschowsky, seu trabalho é dividido em duas partes, numa das quais ele expõe as principais correntes de pensamento existentes à época de Simonsen:

Na primeira, descrevem-se as características básicas das cinco principais correntes de pensamento existentes no período estudado, ou seja, três variantes do desenvolvimentismo (setor privado, setor público “não nacionalista” e setor público “nacionalista”), o neoliberalismo (à direita do desenvolvimentismo) e a corrente socialista (à sua esquerda). Dá-se ênfase, dentro de cada linha de pensamento, à obra dos economistas mais representativos, em especial ao pensamento de Eugênio Gudin, Roberto



Simonsen e Celso Furtado (BIELSCHOWISKY, 2000, pp. 7-8).

Segundo Bielschowsky, o que deixou de ser abordado sobre o pensamento desenvolvimentista na primeira parte de sua obra:

[...] são apresentadas as principais questões conceituais que interessam ao historiador das idéias, mas falta a história de sua montagem. Essencialmente, falta um relato sobre a evolução da controvérsia desenvolvimentista e uma avaliação dos determinantes históricos dessa evolução (BIELSCHOWISKY, 2000, p. 8).

Outro ponto a ser destacado no trabalho de Bielschowsky é que ele próprio, ao tratar a obra de Simonsen, situa seu trabalho:

[...] dentro de uma perspectiva de “história intelectual”, não se tratando, portanto, de uma investigação sobre história econômica ou história política. Vale advertir também que não se pretende explicar a história real a partir da história das idéias. O que se faz é, inversamente, um levantamento da história real a partir da bibliografia existente, para detectar as influências daquela sobre o pensamento econômico (BIELSCHOWISKY, 2000, p. 8).

Ainda segundo esse autor, seu trabalho, por não ser uma pesquisa sobre história real, mas uma história do pensamento, não pretende demonstrar “quem tinha razão” nas diversas polêmicas relacionadas com as questões básicas da economia política da época. Conclui ele que pelas “características que assinalamos, Simonsen foi um pioneiro do pensamento em relação a todas as correntes desenvolvimentistas. De outros ângulos, contudo, seu pensamento é típico da corrente desenvolvimentista do setor privado” (BIELSCHOWISKY, 2000, p. 89).

Bielschowsky revela uma idéia interessante sobre a obra de Simonsen. Segundo ele, Simonsen não queria que a intervenção do Estado sufocasse a iniciativa privada. Isso tornou Simonsen diferente dos demais autores industrialistas de sua época. Ele afirmava que sufocar a livre iniciativa seria o mesmo que radicalizar o processo intervencionista sobre a propriedade privada, aniquilando-a. Essa posição de Simonsen, por si só, desautorizaria qualquer



possibilidade de aproximá-lo do projeto socialista, a exemplo do que fizeram os críticos liberais na intenção de impedir que, durante o governo do Estado Novo, Vargas fosse influenciado por sua proposta intervencionista.

O professor da USP, Eugênio Gudim era um dos economistas liberais que o acusava de comunista por defender o intervencionismo de estado no planejamento global da economia brasileira. Simonsen se defendeu das acusações afirmando que sua proposta intervencionista não era radical a ponto de ir contra as leis naturais do mercado, mas que foi pensada no sentido de condicionar e proteger as resultantes dessas leis, que seriam para ele a liberdade e a propriedade privada dos meios de produção. Ponto que aproxima Simonsen de Keynes, para quem seria um erro corrigir os excessos do capitalismo liberal por meio de um programa radicalmente intervencionista, a exemplo do programa comunista que tinha por objetivo eliminar a propriedade e a livre iniciativa.

Concluindo esta parte, podemos afirmar que estes estudos de natureza apologética ou personalista dão uma relativa contribuição à história do pensamento econômico no Brasil e ao mesmo tempo contribuem para o conhecimento da biografia e do pensamento de Simonsen. Porém, são análises que pouco ajudam no entendimento histórico de sua atuação teórica e prática.

A CRÍTICA

Contra-pondo-se à tendência que, com mais ou menos divergências, comungava o ideal nacional-intervencionista de Simonsen, instaurou-se outra corrente de historiadores, cujo programa era realizar a crítica da historiografia tradicional. Como tradicional foi classificada a historiografia econômica de Heitor Ferreira Lima, que analisa o discurso industrial incorporando grande parte de seus elementos de análise, sem maiores questionamentos sobre suas implicações ideológicas. Como nos explica Coraly Gará Caetano, em sua tese *Desvendando Mistérios: Roberto Simonsen e a Luta de Classes* (1994), a historiografia social, concebendo-se como uma análise mais crítica procura, “desvendar mistérios”, ou seja, encontrar o que está por trás do discurso industrialista. À frente dessa linha interpretativa que explora “o problema à luz do discurso sobre a indústria” encontra-se Edgard Salvadori de Decca (1983). Ele próprio



apresentando seu trabalho de pesquisa como um dos poucos sobre o discurso da indústria faz um levantamento das demais pesquisas em curso sobre o assunto. Entre elas, diz ele:

[...] podemos citar os estudos sobre o funcionamento de instituições racionalizadoras do trabalho no Brasil (IDORT, SENAI) de Maria Antonieta Antonacci e de Álvaro Tenca, ambos em fase de conclusão, e pesquisas sobre o funcionamento de escolas profissionais de M. Alice Ribeiro, Coraly Caetano, e Maria Lucia Gitahy, todos da Unicamp (DECCA, 1983, p. 47).

Em sua obra *O Nascimento das Fábricas* (1986) Edgar de Decca diz que “vários autores estudaram esse processo de engendramento das relações sociais da ordem burguesa. Contudo, nem todos pensaram esse processo, justamente, na dimensão de uma luta” (DECCA, 1986, p. 19), como fizeram David Dickson (1978) e Alan S. Marglin (GORZ, 1980). Em sua análise sobre o discurso industrialista brasileiro, Edgar de Decca utiliza as interpretações destes autores quando estes analisam a revolução industrial na Inglaterra e a revolução industrial nos EUA, respectivamente. Ambos são referências para suas formulações sobre o sistema de fábrica no Brasil. Desses autores, Edgar de Decca incorpora a interpretação de que o sistema de fábrica surgiu mais de uma necessidade política do capital em organizar e explorar o trabalho do que propriamente de sua necessidade técnica e produtiva, apesar da ênfase dos industriais à “resposta ao problema da eficácia e da produtividade” (DECCA, 1986, p. 22).

Segundo Edgar de Decca (1986), Dickson interpretou a industrialização na Inglaterra como uma estratégia da burguesia para reunir os trabalhadores em sistema de fábrica, como meio de controlar o processo de trabalho e impedir a perda de tempo, tempo esse que era inteiramente do trabalhador e que a partir da fábrica se tornou do capital.

Neste sentido, Dickson teria enfatizado que o sistema de fábrica organizado na indústria têxtil durante a revolução industrial inglesa não foi:

[...] como deixam supor alguns historiadores, um desenvolvimento direto a partir de uma base técnica mais eficaz; pelo contrário, muitas das máquinas só foram desenvolvidas e introduzidas depois que os tecelões já haviam sido concentrados nas fábricas (DECCA, 1986, p. 26).



Seguindo essa interpretação, e ao mesmo tempo fazendo uma análise mais interna do discurso industrialista no Brasil Edgar de Decca faz duras críticas à organização taylorista ou racionalista do trabalho que, com o pretexto de sua superioridade técnica, foi introduzida nas fábricas brasileiras. E entre os pioneiros desse método no Brasil estaria o industrial Roberto Simonsen, quando em 1916 inaugurou implantou este sistema implantando-o em sua Companhia Construtora de Santos. Ainda segundo Edgar de Decca, a preocupação da burguesia brasileira ao introduzir a racionalização do trabalho era controlar a classe operária que resistia e se organizava contra as pretensões do capital e não, como diriam os representantes dos industriais, para aumentar a produtividade do trabalho nacional. Confirmando essa sua tese, Rago e Moreira (1984) dizem que: “Edgar de Decca procura mostrar que a introdução do sistema de fábrica respondeu principalmente a imperativos disciplinares e menos devido a sua suposta ‘superioridade tecnológica’” (RAGO & MOREIRA, 1984, p. 32).

Essa linha da historiografia social brasileira liderada por Edgar de Decca tinha, portanto, como objetivo centrar-se no discurso dos industrialistas para desvendar a trama que se articulava no sentido do controle político do operariado. Foi com esse intuito, o de mostrar a intenção controladora do processo de trabalho no interior da fábrica, que Edgar de Decca analisou as duas principais obras de Simonsen: *O Trabalho Moderno* (1919) e *As Finanças e a Indústria* (1931) em que este prega o taylorismo. Segundo Edgar de Decca essas obras são uma comprovação de que o taylorismo divulgado durante o processo inicial de industrialização do Brasil coincide com o período de maior agitação social no país e que poucos historiadores se atentaram para isso. Segundo ele:

Poucos analistas que fizeram estudos sobre a industrialização ou sobre a classe operária no Brasil notaram que Simonsen prega o taylorismo num período de grande agitação social (1917-20). Talvez seja esta a colocação fundamental do discurso de Simonsen sobre o taylorismo. Ao que tudo indica esse empresário não fala daquilo que deveria acontecer, mas de alguma coisa que já está ocorrendo em 1919. Quais as pistas? [...]. É interessante observar Roberto Simonsen como um empresário da construção civil, ramo no qual o controle operário sobre o processo de trabalho era considerável. Veja-se esta observação de Boris Fausto: ‘Os sindicatos da construção civil eram mais representativos e com frequência conseguiam impor aos seus empregadores suas reivindicações: os canteiros de São Paulo, por exemplo, ganharam



praticamente todas as greves desfechadas entre 1907 e 1913 (DECCA, 1983, p. 75).

Para Edgar de Decca (1983), as organizações patronais surgiram para orientar os empresários na reorganização do trabalho em meio a um turbilhão de greves e de outras formas de resistência. Por isso, nasce em 1921, diz ele:

[...] uma organização patronal exatamente nos mesmos moldes – Centro dos Industriais de Fiação e Tecidos do Estado de São Paulo! [...] Os objetivos da formação do CIFTESP, à semelhança dos organismos surgidos na Alemanha pré 1914, eram explicitamente políticos. Visava antes de tudo dar apoio político a todas as medidas desencadeadas pelos patrões para quebrar a resistência dos trabalhadores no interior do processo de trabalho e ganhar a opinião pública paulista para o uso da força policial no caso de perseguições a militantes, de greves e outras agitações (DECCA, 1983, pp. 77-78).

Antes, porém, Simonsen já havia experimentado o taylorismo em sua Companhia Construtora de Santos uma vez que as dificuldades de mecanização no setor da construção civil reservam ao operário maior compreensão e domínio sobre o processo de trabalho. Assim, a primeira experiência de racionalização do trabalho teria sido introduzida pelo engenheiro Roberto Simonsen nos canteiros de obras executados por sua empreiteira, com vistas a expropriar do operário-construtor de seu saber-fazer, bem como de suas habilidades, elementos que mantinham o capital sujeito à sua vontade subjetiva. Assim, na interpretação de Edgar de Decca, a racionalização do trabalho tinha por finalidade impedir que o trabalhador continuasse a ter controle sobre a produção, reduzindo sua capacidade de resistência ao domínio do capital (DECCA, 1983).

A obra de Maria Antonieta Antonacci, *Vitória da Razão (?)* e *O Idrot e a Sociedade Paulista* (1993) filia-se a essa linha interpretativa crítica de Edgar de Decca. Um aspecto bastante explorado por Antonacci, em sua *Vitória da Razão*, é a ação usurpadora do “saber-fazer” operário. Quando o novo método taylorista foi instituído, os antigos métodos de trabalho cederam “lugar à disciplina científica, com autoridade competente, neutra e impassível dos técnicos, enquanto o ‘saber-fazer’ dos trabalhadores no processo de trabalho passou a ser cientificamente administrado” (ANTONACCI, 1993, p. 39).

O modo como Antonacci concebe e analisa *O Trabalho Moderno* (1919) e *As Finanças*



e a Indústria (1931), de Simonsen, não é muito diferente da interpretação que lhes dá Edgar de Decca. Ela entende a racionalização taylorista como arma estratégica para expropriar o trabalhador do saber-fazer ou do controle sobre o processo de produção. O taylorismo é considerado como um instrumento para impedir que o operário tenha conhecimento sobre o processo de produção e sobre seu papel na luta de classes.

A obra de Antonacci foi publicada em 1993, dez anos depois da publicação do artigo aqui analisado de Edgar de Decca e que foi publicado em 1983. Entretanto, ambos analisam o movimento operário a partir de suas diversas manifestações de repúdio à máquina, à racionalização, enfim, como uma força que luta e resiste. Assim, a questão da racionalização do trabalho, em ambos os autores, é exposta pelo seu aspecto político, que controla e reprime as lutas sociais. Vista por este ponto de vista como um pensamento industrialista moderno, porém, conservador. Diferentemente do que pensam Heitor Ferreira Lima e Edgard Carone que, ao contrário, vem no pensamento de Simonsen algo de vanguarda para a época em que ele foi arquitetado.

Teses mais recentes sobre Simonsen não se distanciam, no essencial, da interpretação de Edgar de Decca e de Antonacci. Este é o caso da obra da brasilianista Bárbara Weinstein, (*Re) formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)*), cujo tema centra nas relações de trabalho no Brasil e a modernização na indústria. Seu enfoque específico são as experiências do SENAI e SESI, representando uma espécie de seqüência aos estudos de Antonacci sobre o IDORT. Utilizando como fonte diversas obras de Simonsen, essa autora também situa o empresário paulista entre os integrantes do conservadorismo modernizador.

Coraly Gará Caetano, em sua tese *Desvendando Mistérios: Roberto Simonsen e a Luta de Classes* (1994), ao situar seu objeto sobre o funcionamento de escolas profissionais, afirma que sua pesquisa é uma continuidade do projeto que vinha sendo desenvolvido na linha dos pesquisadores da Universidade de Campinas-SP, liderados por Edgar de Decca. “Neste trabalho”, diz ela:

[...] busco recuperar aspectos da constituição do projeto de organização da sociedade defendido pelo grande empresariado paulista, em particular, as estratégias de controle social que foram sendo implementadas, a partir do confronto com os trabalhadores.



A preocupação em resgatar o modo como foram sendo instituídas práticas de dominação do grande empresariado paulista surgiu quando trabalhei, enquanto pesquisadora, nos vários projetos de pesquisa, desenvolvidos no Departamento de História da Unicamp, ou seja, nos projetos FONTES PARA O ESTUDO DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL e FORMAÇÃO DO TRABALHADOR URBANO (1900 a 1945). (Grifo da autora)

Nestes projetos, o eixo de discussão voltava-se para a problemática da constituição das classes sociais no país. Partíamos da compreensão que este processo se fazia historicamente sob o embate de classes. As estratégias e os mecanismos de controle social iam se forjando à medida que se buscava eliminar práticas de resistência dos trabalhadores.

Como resultado destes projetos, várias monografias foram elaboradas, com a finalidade de recuperar as estratégias de controle social desenvolvidas, no período em questão (CAETANO, 1994, p. 9).

Segundo Caetano, sua interpretação é apenas uma contribuição aos trabalhos de análise “crítica” do discurso da indústria, realizados na Unicamp, em torno da reorganização do processo de trabalho. Caetano assim explicita o objetivo de sua tese:

[...] seguindo pistas fornecidas pelas análises das obras publicadas por Roberto Simonsen, busco recuperar uma série de estratégias de controle social forjadas pelos grandes empresários paulistas. (CAETANO, 1994, p. 10).

Além da crítica à estratégia de controle social observada no discurso de Simonsen, Caetano pretende também tecer uma crítica à historiografia tradicional que, segundo ela, realiza uma análise apologética deste discurso. Entre esses historiadores estariam Heitor Ferreira Lima e Edgard Carone que nas datas comemorativas de criação das entidades patronais e instituições a ela ligadas, tais como CIESP, FIESP, “relembra, através de artigos e homenagens, o patrono da Indústria – Roberto Simonsen”. Além destes, diz Caetano:

[...] muitos historiadores e cientistas sociais utilizam as análises econômicas de Roberto Simonsen sem levar em consideração a amarração de seus propósitos referentes ao controle social que nada mais eram que sua própria fundamentação teórica [...] (CAETANO, 1994, p. 10).



É, portanto, do mesmo ponto de vista da história social de Edgar de Decca e Antonacci que Caetano problematiza o pensamento daqueles que se dedicam à história oficial da indústria e das entidades de classe. No caso particular dos comentaristas apologéticos da obra de Simonsen, segundo ela, estes historiadores abordam suas idéias sem a preocupação de mostrar o que há por trás de seu discurso, nem de revelar as formas de controle social propostas por ele. Assim, “essas análises acabam acobertando os elementos conservadores de seu projeto” (CAETANO, 1994, p. 10).

Crítica semelhante é encontrada na tese de Fábio Maza (2002), *O Idealismo Prático de Roberto Simonsen. Ciência, Tecnologia e Indústria na Construção da Nação*. Apesar de criticar corretamente as obras biográficas de Heitor Ferreira Lima, destacando seu caráter apologético, Maza trilha o caminho dos seguidores da linha crítica aberta por Edgar de Decca, afirmando que Lima “acaba por esconder elementos conservadores do projeto político de Simonsen” (MAZA, 2002, p. 04).

Segundo Maza, a análise do “tema da industrialização diretamente ligado ao da nação não se apresenta como novidade”, pois já se faz presente na contribuição de outros autores e adverte que sua perspectiva é mais específica. Ou seja, resume-se a estudar como as “concepções de Ciência e de Tecnologia” de Simonsen “sustentavam seu projeto de construção da nação”. Neste sentido, continua ele: “o que pensamos ser possível presumir, dos escritos e discursos de Simonsen, é que a criação da nação significava instrumentalizar o país com mecanismos econômicos racionais, elaborados com base numa certa imagem mitificada da Ciência” (MAZA, 2002, p. 04).

Assim, a crítica de Maza passa por desconstruir o conceito de ciência mitificado na obra de Simonsen. O primeiro passo é identificar a noção de ciência de Simonsen com o positivismo e o evolucionismo e essa identificação negativa torna-se o eixo norteador de sua tese. Apesar de se preocupar em situar historicamente a obra de Simonsen, levando em conta “o contexto e os embates políticos da época em que a mesma foi elaborada”, Maza tem como ponto de partida uma preocupação pré-existente à sua análise. Ou seja, a mesma preocupação da historiografia social de revelar o autoritarismo e o conservadorismo existentes no discurso da indústria em geral e de Simonsen, em particular. Assim, analisando os dois elementos constituintes do projeto



de industrialização e de construção da nação em Simonsen, ou seja, suas concepções de Ciência e de Tecnologia, Maza expõe que:

Simonsen acabou por pensar a modernização brasileira através de mecanismos que não contemplavam a plena expressão dos direitos políticos das camadas populares. Portanto, parece-nos correto que seu caminho foi o de uma modernização conservadora que buscava o ‘progresso’ sem a chancela popular (MAZA, 2002, p. 22).

Fábio Maza fez a mais completa das análises da obra de Simonsen; porém, suas conclusões não se distinguem das dos autores já citados (Edgar de Decca, Antonacci e Caetano); ou seja, contêm a mesma tônica de filiar o pensamento do industrial Roberto Simonsen ao discurso conservador e autoritário dos anos de 1930, pela modernização do país. Ou seja, Maza não acrescentou muita coisa às análises críticas já feitas por aqueles autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo procuramos chamar a atenção para o fato de que durante certo tempo Simonsen foi encarado de maneira simpática pela historiografia econômica nacionalista, tanto à direita como à esquerda da política brasileira. Os autores simpáticos ao projeto burguês buscavam salientar em sua obra os elementos de sustentação do projeto nacional-desenvolvimentista que eles, os apoloéticos também defendiam. Do ponto de vista da esquerda e particularmente do PCB, a industrialização era encarada como meio de superação do ruralismo agro-exportador e de combate ao imperialismo explorador das “forças vivas da nação”. Além disso, representava também uma etapa transformista entre o capitalismo “tardio” e o socialismo.

Já a crítica da historiografia social tem por objetivo desvendar através de uma análise mais interna às obras de Simonsen e de seus comentadores “apoloéticos” o lado perverso do discurso industrialista e que em sua trama defende o controle social do operariado. Levando-se em conta que essas análises críticas enfocaram o assunto sob uma mesma matriz teórica, as obras de Edgar de Decca e Antonacci estão, de alguma forma, sintonizadas com questões



políticas reais, como a luta pela redemocratização do país e pela recuperação da autonomia operária no embate as formas de controle social usadas pelo regime militar (1964-1985).

Neste sentido, não se surpreende que a partir da década de 1980, da redemocratização do país, a obra de Simonsen tenha sido vista com certa reserva no meio acadêmico, porque neste período prolifera-se a crítica ao nacional-desenvolvimentismo, sistema econômico que prima pelo controle social do operariado. Assim faz sentido tanto a crítica aberta por Edgar de Decca ao pensamento industrialista de Roberto Simonsen quanto a crítica realizada por Caetano a historiografia econômica de Heitor Ferreira Lima e de Edgard Carone, porque ambos enaltecem o discurso industrialista de Roberto Simonsen sem se darem conta de que este nada mais é do que o próprio discurso da dominação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONACCI, Maria Antonieta Martinez. **A Vitória da Razão (?): O Idort e a Sociedade Paulista**. São Paulo: Marco Zero, 1993.

BIELSCHOWISKY, Ricardo. **O Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 1930-1964. 4. ed., Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CAETANO, Coraly Gará. **Desvendando Mistérios: Roberto Simonsen e a Luta de Classes**. Campinas-SP: Unicamp. Tese de doutorado, 1994.

CARONE, Edgard. (Org.). **Roberto Simonsen - Evolução Industrial do Brasil e Outros Estudos**. São Paulo: Nacional, USP, 1973.

DECCA, Edgar Salvadori de. **Ciência da produção: fábrica despolitizada**. Revista Brasileira de História. São Paulo, n.º 6, p. 47-79, Setembro de 1993.

DECCA, Edgar Salvadori de. **O Nascimento das Fábricas**. (Col. Tudo é História). 4. Ed., São Paulo: Brasiliense, 1986.

DICKSON, D. **Tecnología alternativa y políticas del cambio tecnológico**. Madrid, H. Blume Ediciones, 1978.

DINIZ, Eli. **Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.



FANGANIELLO, Helena. **Roberto Simonsen e o desenvolvimento econômico**. São Paulo: FEA, Boletim nº 60, 1970.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930 – Historiografia e História**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GORZ, A. (Org.). **Crítica da Divisão do Trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

LIMA, Heitor Ferreira. **História do pensamento econômico no Brasil**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1976.

LUZ, Nícea Vilela. **Aspectos do Nacionalismo Econômico Brasileiro: os esforços em prol da industrialização**. São Paulo: USP: Revista de História, 1959.

MARTINS, José de Souza. **Roberto Simonsen: a inteligência na industrialização brasileira**. São Paulo: SENAC-SP/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

MAZA, Fábio. **O Idealismo Prático de Roberto Simonsen. Ciência, Tecnologia e Indústria na Construção da Nação**. São Paulo: USP, Tese de doutorado, 2002.

RAGO, Luzia Margareth & MOREIRA, Eduardo F. P. **O que é Taylorismo**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

REVISTA ISTOÉ DINHEIRO. Biografias de Grandes Empresários. **Roberto Simonsen: o pioneiro que levou a indústria brasileira à Idade Moderna**. (Col. Dinheiro). Fascículo integrado a *Istoé Dinheiro*, n.º 30, São Paulo, Editorial Istoé, 1998.

WEINSTEIN, Bárbara. **(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)**. São Paulo: Cortez/CDAPH/Universidade São Francisco, 2000.



ⁱ Uma breve discussão da relação dos *comics books* e a Segunda Grande Guerra (1939 -1945)

*Carlos Eduardo Boaretto Pereira**

Resumo

Esse artigo tem como objetivo discutir e analisar a organização e a relação das produções da Indústria Cultural estadunidense, mais especificamente dos *Comic Books* (Histórias em quadrinhos), com a política econômica e diplomacia dos Estados Unidos da América durante a Segunda Guerra Mundial. Tendo em vista que entendo que essas produções culturais são muito mais que simples entretenimento e que durante o período de Segunda Grande Guerra, elas foram usadas como parte da estratégia de combate da indústria e do Capital financeiro estadunidense.

Palavras Chaves: Guerra Mundial, Cinema, *Comics Books*

1. Introdução

Esse artigo tem como objetivo analisar e discutir a organização da indústria cultural estadunidense e sua atuação política e economia nos Estados Unidos da América. Uma vez que, nos Estados Unidos, desde as primeiras décadas do século XX, a indústria cultural tem se desenvolvido e tonou-se um dos segmentos mais importante do mercado de exportação de bens de consumo desse país.

Tendo em vista que os filmes, séries, livros, *comic books* e desenhos animados são produzidos em série e vendidos para vários países do mundo, entendemos que essas produções também possuem atributos políticos, econômicos, sociais e culturais dos sujeitos e/ou patrocinadores que os produzem, sendo assim, muitos deles têm uma função pedagógica dentro e fora dos Estados Unidos.

2. *The comics books* – As histórias em quadrinhos e a Segunda Guerra Mundial



Assim como os estúdios de produção do Cinema, as editoras de *comic books* nos anos de 1940 também produziram uma gama de historietas que relacionavam seus personagens ao tema de guerra. É impossível mensurar o número exato de *comic books* relacionados aos assuntos da Segunda Guerra, lançadas no período de 1939 até 1945. Algumas fontes chegam a citar milhões. O fato é que esse gênero narrativo teve um papel fundamental na estrutura de propaganda estadunidense pró-guerra.

Por falta de espaço e de fontes confiáveis, escolhi discutir aqui apenas as principais publicações das duas que se tornariam na década de 1960, as principais editoras estadunidenses de *comic books*, a *DC Comics* e a *Timely Comics*, que a partir dos anos 1960 se transformou na *Marvel Comics*.

Os principais personagens da *DC Comics* são *Superman* e *Batman*, ambos surgiram em publicações já existentes da editora. *Superman* apareceu pela primeira vez na *Action Comics* número 1, de junho de 1938 e *Batman* na *Detective Comics* número 33, de 1º de Novembro de 1939.

Com o sucesso do personagem *Superman* a *DC* lançou em Setembro de 1939 a Revista *Superman*, uma revista bimestral, que continua sendo publicada até hoje. A revista *Superman* era publicada paralelamente a *Action Comics*. O *Batman* ganha a sua própria revista em abril de 1940, revista essa que também é publicada até hoje. A revista do *Batman* também foi publicada paralelamente com *Detective Comics*, que continuou publicando as suas histórias.

Na edição de número 7 da revista do *Superman* de novembro/dezembro de 1940, há por parte dos editores da revista insinuações que havia uma ameaça ao modo de vida nos Estados Unidos e que a democracia corria perigo.

Políticos corruptos sabotam as próprias fundações do governo democrático. Quando o *Superman* encontra a cidade de Metrópolis infestada pelo mal e funcionários públicos coniventes, ele inicia uma campanha de limpeza, com rigor e procedimentos poucos ortodoxos, nunca antes testemunhados nos anis do governo representativo¹.

Em sua maioria, os inimigos que apareceram nas revistas em quadrinhos da *DC Comics* e da *Timely Comics* desse período, são espiões, sabotadores e políticos corruptos, que se aliaram aos inimigos das democracias. Nos anos de 1940, já estava claro que esses inimigos



eram os governos dos países que integravam o Eixo e a função dos discursos registrados nas revistas tinha a intenção de criar uma atmosfera de perigo eminente.

Na mesma edição da revista do *Superman*, citada acima, há uma carta, estilo editorial, dirigida aos leitores. Os editores concebem essa carta de modo que quem a lê pensava que quem escreveu a carta foi Clark Kent, *álter ego* do *Superman*, e que ele está falando diretamente com o leitor.

[...] O presidente e o congresso, e cada cidadão estão fazendo o seu melhorⁱ para os Estados Unidos torna-se a nação forte que ela precisa ser em um mundo de incertezas. Os membros do FBI estão trabalhando duro em atividades que visam sabotadores e integrantes da "quinta coluna". O exercito e a Marinha estão trabalhando duro para pôr suas ramificações em condições de serviço para a primeira linha de defesa. O mesmo tipo de abordagem para a vida (real) deverá ser o objetivo de todos os membros da Revista *Supermam of America*. Mesmo os mais jovens de nós, deve fazer todo o possível para se prepararem para os dias que estivermos crescidos e obrigados a tomar nosso lugar no mundo.ⁱ

Ao longo do texto, "Clark Kent", inspira os leitores a se esforçarem e se dedicarem aos estudos e aos exercícios físicos. Apontando que apenas os melhores homens poderão servir aos ideais do "Tio Sam". Com esse discurso, os editores da revista mostram o papel pedagógico que essas revistas possuem na busca de formarem cidadãos patrióticos e quando for preciso, esses garotos, defenderam as fronteiras estadunidenses.

Sem dúvidas, muitos de vocês estão ansiosos para se tornarem pilotos de avião! Vocês devem compreender que para atingir tal ambição é preciso estar em esplendida forma física e mentalmente alerta. Os homens treinados para o serviço do "Tio Sam" são todos obrigados a serem materiais de primeira classe! Apenas homens "suficientemente bons" não servirão! Então se você quiser ser um desses homens, algum dia, você deve se preparar para isso! Agora! [...] mesmo que algumas das coisas que vocês são obrigados a aprender na escola lhe pareçam ser desnecessárias, lembre-se que todos os seus estudos são projetados para um fim específico - para desenvolver sua mente, para ela ser capaz de lidar com qualquer problema que possa surgir. [...] Em suas relações com todos, dê o máximo de si. Isso significa ser forte, justo, honesto e sincero - e isso também significa ser o tipo de americano que pode realizar-se, erguer a cabeça e dizer, "eu sou um verdadeiro americano!"ⁱ

O esforço de guerra por parte das editoras foi muito além de criar discursos ufanistas para convencer uma parcela da sociedade dos perigos caso os EUA não entrasse na guerra. Os super-heróis ajudaram na propaganda de arrecadação dos impostos, na venda de bônus de guerra e literalmente, foram ao fronte e lutaram contra os Nazistas.

A capa da revista *Batman* nº 18 de agosto\setembro de 1943 exibe três figuras caricatas de Mussolini, Hitler e Hirohito. O “*insure the 4th July*” significa garantir a independência, abaixo essa descrição aparece outro texto, “*Buy war bonds and stamps*” a capa indica a compra de títulos de guerra¹ e de selos, ou seja, “para assegurar a liberdade, compre títulos de guerra e selos”.

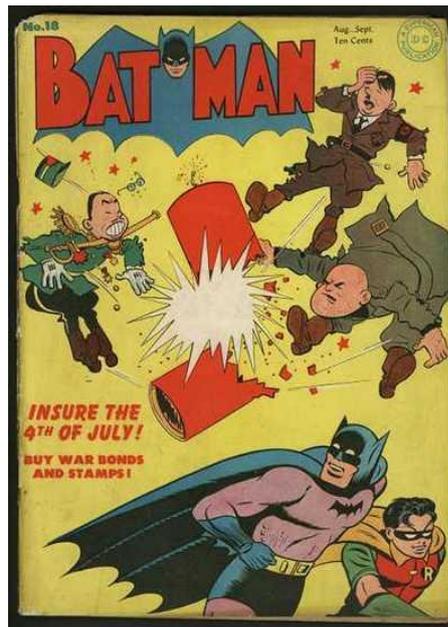


Figura **Erro! Apenas o documento principal.** - Batman nº18 Agosto/Setembro

Durante o período da guerra a DC Comics ainda publicou várias revistas de super-heróis, que se envolveram nos conflitos, entre essas publicações, estão à revista trimestral da *Wonder Woman*¹, que de junho de 1942, data do início das publicações da sua revista, até Setembro de 1945, foram lançadas 14 revistas.

Em junho de 1940 a DC lançou a revista trimestral *All Star Comics*, que era composta pelos personagens *The Flash*, *The Green Lantern*, *The Spectre*, *The Hawkman*, *Dr. Fate*, *The Sandman*, *The Atom* and *Johnny Thunder*. De Novembro 1940 até dezembro de 1945, foram lançadas 27 revistas com alguma referência a guerra.



Com relação às revistas do Superman foram lançadas de 1940 até junho de 1945, 28 revistas do *Superman*, e de Novembro 1940 até Julho de 1945 foram lançadas 56 revistas da *Action Comics*, com histórias do *Superman* e de outros personagens da DC.

Já as revistas do *Batman*, totalizaram de janeiro de 1941 até Agosto de 1945, 27 revistas e a revista mensal, *Detective Comics*, de Novembro de 1940 até Setembro de 1945 lançou 58 revistas.

Além dessas revistas, a *DC Comics* lançou em junho de 1941 a revista trimestral, *World's Finest Comics*, revista estrelada por *Batman*, *Superman* e *Robin*. De junho de 1941 até junho de 1945, foram lançadas 16 revistas com alguma alusão a guerra.

A editora *Timely Comics*, antecessora da *Atlas Comics* (década de 1950) e da *Marvel Comics* (de 1960 até a atualidade), foi responsável por produzir as histórias em quadrinhos do *Captain America*, tendo como roteirista Joe Simon e como desenhista Jack Kirby. Posteriormente, ainda durante a guerra, Stann Lee assumiria os roteiros desse personagem.

No editorial da revista *Captain America*: “As primeiras histórias”, lançada no Brasil pela Editora Abril no ano de 1992, há a seguinte informação: o editor Martin Goodman deixa claro aos roteiristas dessa revista (Jack Kirby e Joe Simon) que precisavam de um personagem “de um tipo não muito agressivo, que usasse a violência como último recurso, mas que fosse capaz de abrir caminho até o líder nazista com os próprios punhos”ⁱ.

O que faz o América diferente é que ele não é um alienígena com superpoderes (Super-Homem), nem um ser mitológico (Diana princesa amazona, Mulher Maravilha), um deus marinho (Narmor, que é o senhor de Atlântida) ou um animal (Pato Donald), e apesar de Bruce Wayne (*Batman*) ser um humano sem poderes sobrenaturais, ele é um “playboy” de Gotham City que após o assassinato de seus pais, herda uma imensa fortuna, com esse dinheiro ele constrói seus equipamentos. Portanto esses outros personagens possuem pouca identificação com a maioria da população estadunidense da época e muito menos com os soldados que lutavam durante a guerra, ou seja, ao contrário desses outros personagens Steve Rogers é um cidadão comum.ⁱ

Nesse sentido, “A diferença de Steve Rogers, o *alter ego* do *Captain America*, das outras personagens é, portanto sua história antes de ser tornar um super-herói”ⁱⁱ. “Hoje, esse rapaz alistou-se no exército e foi recusado por suas condições físicas sua oportunidade de servir



ao país parecia perdida”¹. O *Captain America* se tornou um panfleto perfeito, comprado e distribuído pelo exército estadunidense.

[...] o Capitão América era um panfleto e havia público para ele. Um público que foi com o Capitão América para as trincheiras, quando sua tiragem foi toda comprada pelo governo estadunidense e distribuída entre seus “soldados franzinos”. Jovens que se alistaram no exército estadunidense e que viam na personagem, a inspiração para que pudessem manter o seu ideal enquanto combatentes da guerra¹.

Assim como nos quadrinhos do *Superman*, os inimigos do *Captain America* eram retratados como malvados e sem escrúpulos, covardes e sempre dispostos a fazer qualquer coisa para atingirem seus objetivos. Em sua maioria, esses inimigos eram espiões alemães em território estadunidense, mas havia também italianos e japoneses.

Com essa representação, os editores das revistas não acentuavam as contradições históricas que aconteceram para a chegada de Hitler no poder e nem o sistema político e econômico da Alemanha. Suas contradições sociais, o trabalho, o extermínio de judeus, ciganos, comunistas e homossexuais etc., nada disso foi tratado nas histórias. O que foi apresentado nessas revistas era um discurso vago e cheio de ufanismo sobre liberdade e democracia, voltada à defesa dos EUA contra a invasão nazista.

Como pode ser observada na capa há várias chamadas que constroem a ideia de que a Alemanha estava planejando um ataque aos EUA: “45 páginas do disposto Captain America, sentinela de nossa costa. Além de outros grandes atributos.” ou “O formidável Captain America frente a frente com Hitler” e também “Captain America e seu jovem aliado Bucky.”

Ao mesmo tempo, podemos observar uma televisão com a imagem de uma fábrica de munições estadunidenses, um mapa dos EUA e um pequeno livro com os dizeres “Planos de sabotagem para os EUA”.



Figura Erro! Apenas o documento principal. - Captain America Nº1 Março de 1941

Na capa da segunda revista, de abril de 1941, podemos observar que a linha editorial segue a mesma. Logo na capa é anunciado que a partir da página 17 da revista, o Captain America estará preso em uma fortaleza nazista. O cenário é apresentado como se o Captain America estivesse invadindo o esconderijo de Hitler para salvar Bucky. Mais uma vez há referências à invasão nazista aos EUA. Há um globo em cima da mesa com uma bandeira com a suástica fincada no mapa dos EUA.

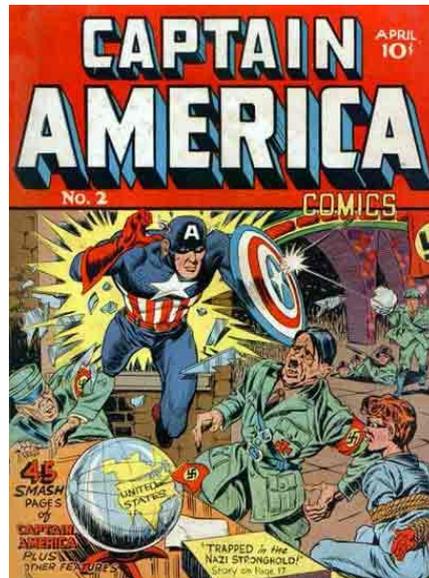


Figura Erro! Apenas o documento principal. Captain America Nº2 Abril de 1941

As duas revistas trazem em seu conteúdo quatro histórias que imaginam uma invasão nazista aos EUA. Três dessas quatro histórias se passam em cidades dos EUA, com personagens fictícios e suas missões, que é a de sabotar espaços vitais para o funcionamento dos EUA, como fábricas de munição, pontes, estradas etc., ou matar determinadas figuras políticas.

O personagem Captain America não ficou restrito a sua própria revista, a *Timely Comics* lançou outras revista tendo ele e outros super-heróis lutando em conjunto contra os países do Eixo.

A primeira revista lançada é a *All Winners Comics*. Sua primeira edição foi publicada em 1º de junho de 1941, e seu elenco de personagens foi formado por: Angel, Bucky Barnes, Namor, *Black Marvel*, *Captain America*, *Human Torch* e Toro.



Figura Errro! Apenas o documento principal. All Winners Comics - N º 1 Junho de 1941

Em Agosto de 1941 a *Timely Comics* lançou a revista *USA Comics*. A partir de dezembro de 1942 foram incluídas nessa publicação histórias com o *Captain America*.



Figura Errro! Apenas o documento principal. USA Comics Nº1 Agosto de 1941

Ainda em 1941, a editora lançou outra revista, a *Young Allies* estrelado por Bucky, parceiro adolescente do *Captain America*, e por Toro, parceiro adolescente do *Human Torch*. A primeira edição dessa revista saiu em julho.

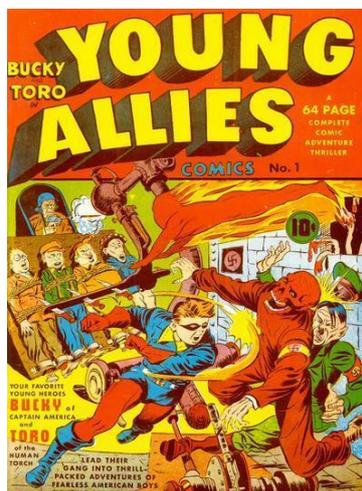


Figura Erro! Apenas o documento principal. *Young Allies* Nº1 1941

No alto da capa, o título anuncia: “Bucky e Toro em Jovens Aliados. 64 páginas completas de história em quadrinhos, aventura e suspense”.

Bucky aparece dando um soco na Caveira Vermelha e por consequência derrubando Hitler. Ainda com os dizeres “Seus jovens heróis favoritos, Bucky do *Captain America* e Toro do *Human Torch*” e abaixo de Bucky: “Os meninos americanos que lutam pela democracia conduzem sua gangue sem medo em aventuras emocionantes”

Os *comics* estadunidenses, principalmente durante as décadas de 1930/1940, eram produtos que englobavam diversos segmentos e não tinham como público alvo apenas as crianças. Esse gênero da indústria cultural possuía publicações direcionadas para toda a sociedade, desde os *comics* adultos, como os de romances policiais e eróticos, até *comics* direcionado aos estabelecimentos escolares.

A confecção de duas revistas direcionada especificamente para o público infantil, *Young Allies* e *Kid Comics*, mostra como essa editora dedicou tempo em suas publicações para diferentes públicos, contendo o mesmo enredo, atacando os mesmos inimigos.

Em setembro de 1943 é lançada a revista *All Select*, com o *Captain America*, *Human Torch* e Namor.



Figura Erro! Apenas o documento principal. All Select Comcis Nº1 Novembro de 1943

Na capa aparecem os três personagens “*Human Torch*, *Captain America* e *Sub-Mariner*”: apresentado All Select”. Essa imagem traz os três super-heróis atacando o castelo de Hitler em Berchtesgade. No canto da capa “Tudo novo diferente e excitante”.

De março de 1941 até Dezembro de 1945, a *Timbely Comics* lançou 110 revistas relacionadas ao *Captain America*, cada publicação apresentada aqui tinha, como indicado em suas capas, 64 páginas de histórias.

Devemos levar em conta, que ambas as editoras possuíam outros personagens com publicações mensais próprias. Isso quer dizer, que a *Timely Comics* e a *DC comics* mobilizaram um aparato significativo de tempo e dinheiro para pagar roteiristas, desenhistas e editores, além disso, deve-se calcular a utilização das matérias primas desses *comics* como papel e tinta, escassos em tempos de guerra.

Isso nos mostra, que mesmo que essas revistas tenham sido produzidas com materiais de baixa qualidade e muitas vezes reciclados, a indústria dos *comics* era fundamental, pois durante todo o período da guerra, elas nunca deixaram de publicar as revistas dos seus principais personagens, e continuaram a publicar, mensalmente após a guerra.



3. Considerações Finais

Podemos concluir, que o que gerou a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra foram os interesses comerciais de suas indústrias e não a forma de sistema político adotado nos países que formaram o Eixo. Mesmo porque, o sistema político dos Estados Unidos não tratava seus cidadãos de forma igualitária, a exemplo da segregação racial que ainda existia no sul do país.

Outro exemplo da falta de democracia dentro dos EUA é o modo como os imigrantes japoneses e seus descendentes foram tratados. Eles foram enviados para prisões por representarem uma ameaça para a segurança nacional. “Na primavera de 1942, o governo arrebanhou os 110.000 japoneses norte-americanos que viviam na costa do Oeste (70.000 deles eram cidadãos dos Estados Unidos) e internou-os em “campos de concentração”¹.

A autora Josephine Pacheco salienta que o uso do termo “campo de concentração” é problemático, e que ela só o utiliza por não haver um termo mais apropriado. Todavia é preciso levar em consideração esse tratamento dado aos cidadãos japoneses nos EUA, sendo que, ao mesmo tempo, os cidadãos de descendência italiana e alemã não foram assim tratados.

Entendemos também, que Fascismo e o Nazismo foram uma saída à direita para a revolução socialista eminente na Alemanha e na Itália após a crise de 1929. Logo, esses dois sistemas não deixavam de ser capitalistas.

O fascismo é uma tendência que surge na fase imperialista do capitalismo, que procura se fortalecer nas condições de implantação do capitalismo monopolista de Estado, exprimindo-se através de uma política favorável de uma política de conteúdo social conservador, que se disfarça sob a máscara “modernizadora”, guiado pela ideologia de um pragmatismo radical, servindo-se de mitos irracionistas e conciliando-os com procedimentos racionalistas-formais de tipo manipulatório. O fascismo é um movimento chauvinista, antiliberal, antidemocrático, antissocialista, anti-operário. Seu crescimento num país pressupõe uma preparação reacionária que tenha sido capaz de minar as bases de forças potencialmente antifascista (enfraquecendo-lhe a influência junto às massas); e pressupõe também as condições da chamada sociedade de massa de consumo dirigido, bem como a exigência nele de um certo nível de fusão do capital bancário com o capital industrial, isto é a existência de capital financeiro.¹



Ademais, essas produções culturais não atacam o sistema capitalista desenvolvido nos países do Eixo, mas sim determinados líderes e suas políticas de expansões imperialistas, que por sua vez, entraram em conflito com os interesses da indústria estadunidense. A Segunda Guerra Mundial, portanto, foi uma guerra de exércitos nacionais que na verdade defendiam interesses dos capitais financeiros privados.

Dessa forma, as revistas de história em quadrinhos e o cinema auxiliaram no projeto imperialista das empresas dos EUA, a grosso modo, porque faziam parte da mesma parcela da sociedade.

A *Timely Comics* e a *DC Comics*, são empresas privadas que, mais do que visar lucros, seus donos fazem parte da parcela dominante da sociedade estadunidense, uma vez que essa fração está no poder político, econômico e cultural, qualquer ameaça que houvesse aos seus ganhos econômicos ou a sua posição social privilegiada, deveria ser combatida.

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideia (ideológica) das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apresentadas como ideias, portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também a consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua expansão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam que suas ideias são as ideias dominantes da época¹.

A função pedagógica dessas revistas era, portanto, disseminar os ideais da parcela dominante para a parcela da classe subalterna, dessa forma, convencê-los de que se deveria atacar a Alemanha Nazista e defender o modo de vida estadunidense. Mesmo que uma boa parcela dessa classe subalterna tenha enfrentado arrochos salariais, desemprego, fome e fora privado de suas liberdades civis por longos períodos, antes e durante a guerra.



Superman número 7 novembro/dezembro de 1940, pág.1

ⁱ No original “*Hitting the line hard*”, é uma expressão usada no Football Americano para atletas que jogam de forma dura e dão o máximo de si.

ⁱ *Superman* número 7 novembro/dezembro de 1940, carta “Supermen of America”, de Clark Kente. Pág.

ⁱ *Superman* número 7 novembro/dezembro de 1940, carta “Supermen of America”, de Clark Kente. Pág.

ⁱ Títulos de Guerra, ou Bônus de Guerra são papéis impressos pelo governo dos EUA. Segundo a lei americana, o dinheiro aplicado em bônus de guerra é posto em um fundo que pode ser usado para qualquer tipo de despesa não só para pagar operações militares. Disponível em

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u33738.shtml>> Acesso em 2 nov. 2012.

ⁱ Tradução livre, Mulher Maravilha.

ⁱ Revista *Capitão América: As primeiras histórias*. São Paulo: Abril, 1992. p. 5

ⁱ PEREIRA, Carlos Eduardo B. *O nascimento do Sentinela da Liberdade: As histórias em quadrinhos do Capitão América como propaganda estadunidense na Segunda Guerra Mundial*. Unioeste, Marechal Cândido Rondon, 2010. p. 3

ⁱ *Ibidem* p. 33.

ⁱ Revista *Capitão América: As primeiras histórias*. São Paulo: Abril, 1992. p. 12.

ⁱ CHAGAS, Luciana Z. *Capitão América: interpretações sócio-antropológicas de um super-herói de histórias em quadrinhos*. In: *SINAIS - Revista Eletrônica. Ciências Sociais*. Vitória: CCHN, UFES, v.1, n3. p. 140.

ⁱ PACHECO, Josephine F. *O Problema do racismo nos estados unidos*. Universidade feral do Paraná. Curitiba, 1983. pág. 97.

ⁱ KONDER, Leandro. *Introdução ao Fascismo*. Grall, Rio de Janeiro, 1977. pág. 21.

ⁱ MARX, Karl, ENGELS Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Trad. Rubens Enderle; Nélio Schneider; Luciano Cavini Martorano. Ed.1ª. São Paulo. Boitempo, 2007. p.47

*Mestre pela UNIOESTE

4. Bibliografía

CASTRO, Nilo André Pianna de. *Segunda Guerra Mundial e Cinema*. In: **Segunda Guerra Mundial. Da Crise dos anos 30 ao Armagedón**. Org. Enrique Serra Padrós, Luiz Dario Teixeira Ribeiro, René E. Gertz Folha da História/CD-AIB/PRP/Livraria Palmarinca. . Porto Alegre, 2000.

CHAGAS, Luciana Z. *Capitão América: Interpretações sócio-antropológicas de um super-herói de histórias em quadrinhos*. In: *SINAIS - Revista Eletrônica. Ciências Sociais*. Vitória: CCHN, UFES, v.1, n3.

CHOMSKY, Noam; RAMONET, Ignacio. **Cómo nos venden la moto**. Trad. Joan Soler, María Méndes, Josep Bagá. Ed. 15ª. Madera, Cordoba: Icaria Más, 2002.

KONDER, Leandro. **Introdução ao Fascismo**. Grall, Rio de Janeiro, 1977



LENS, Sidney. **Da revolução ao Vietnã: Uma história do imperialismo dos Estados Unidos**. Civilização Brasileira. RJ, 2006.

MARX, Karl, ENGELS Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Trad. Rubens Enderle; Nélio Schneider; Luciano Cavini Martorano. São Paulo. Boitempo, 2007

PACHECO, Josephine F. **O Problema do racismo nos estados unidos**. Universidade feral do Paraná. Curitiba, 1983.

PEREIRA, Carlos Eduardo B. *O nascimento do Sentinela da Liberdade: As histórias em quadrinhos do Capitão América como propaganda estadunidense na Segunda Guerra Mundial*. Unioeste, Marechal Cândido Rondon, 2010.

_____. *A difusão da ideologia estadunidense nas histórias em quadrinhos dos Avengers (1963 a 1967)*. Dissertação de Mestrado apresentada na Unioeste, Marechal Cândido Rondon, 2013.

RODRIGUES, Gabriela. *O Conflito na Ásia*. In: PADRÓS, Henrique Sierra; RIBEIRO Luis Dário T.; GERTZ, René (orgs.). In_: **Segunda Guerra Mundial. Da Crise dos anos 30 ao Armagedón**. Org. Enrique Serra Padrós, Luiz Dario Teixeira Ribeiro, René E. Gertz. Porto Alegre: Folha da História/CD-AIB/PRP/Livraria Palmarinca Editora. 2000. p.177-190.

VIRILIO, Paul. **Guerra e cinema**. Trad. Paulo Roberto Pires. Ed. 1ª. São Paulo. Boitempo, 2005

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *O grande Ditador* In: **Cinema e Segunda Guerra Mundial**. Org. Nilo André Piana de Castro Porto Alegre: URGs, 1999.



XAVIER, Regina Célia Lima (org.). **Escravidão e liberdade:** temas, problemas e perspectivas de análise. São Paulo: Alameda, 2012. 486p.

Eliakin Ramos Moura da Silva*

Como resultado do V Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, ocorrido em 2011 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, chegamos a uma obra fascinante e inovadora. Em primeiro lugar, ela é o resultado de um gradativo esforço realizado nos encontros anteriores que vem investigando e apontando traços e reminiscências de uma escravidão na porção meridional do território brasileiro, com maior destaque para a região que hoje é o equivalente ao Estado do Rio Grande do Sul. Em segundo lugar, os autores que contribuíram para essa obra se aproximam dos estudos suscitados por Sidney Chalhoub, João José Reis e Marcus Carvalho trazidos à luz logo após o centenário da abolição da escravidão no Brasil, concebendo-a, leia-se a escravidão, para além da dialética senhor-escravo, valorizando e evidenciando estratégias de sobrevivência, resistência e mesmo de ressignificação do contexto no qual estavam inseridos.

Assim, a obra é dividida em cinco partes. Na primeira delas, intitulada “**A escravidão em um contexto global**”, Joseph Miller e Sílvia Hunold Lara são o grande destaque no início dessa coletânea. O prestigiadíssimo professor da Universidade da Virgínia, EUA, ao discutir sobre a abolição como um discurso de apreensão cívica aponta, a partir de uma análise dos estudos, teses, artigos bem como da jurisprudência dos locais em que a escravidão vigorou de forma intensa, como o Brasil, o Caribe inglês, as Índias espanholas, Estados Unidos entre outros, ao compará-los, ao final, chegou à conclusão de que a escravidão fora vista como um fenômeno de abominação pública na transição do século XVII para o século XVIII chegando até ao século XIX, com algumas poucas variações. Para o referido autor, essa ideia de “abominação pública” fora uma resultante de um discurso humanitário o qual, tendo-se democratizado por meio da Igreja, já em um processo gradativo de separação com o Estado, acabou sendo secularizado nos movimentos de reforma social, encontrando o



seu ápice nos discursos abolicionistas. Todavia, há algo ainda maior em seu ensaio. A sua definição em torno da escravidão certamente é o *highlight* de seu artigo. Para Joseph Miller, a escravidão deve ser entendida como um processo histórico, como uma “dinâmica interpessoal intrincada e contraditória de dominação e sobrevivência que envolve as duas partes dessa díade senhor-escravo; segundo ela, o primeiro tentava minimizar, à custa do último, os contextos societários no quais, de fato, ambos viviam. O contraponto operativo da ‘morte social’ é a ‘vitalidade pessoal’, e é nessa última zona de intensa privacidade, e mesmo frequentemente de intimidade, que a escravidão existiu por todo o mundo desde tempos antigos, assim como também em certas regiões (umas mais que as outras) pelo Atlântico antes do fim do século XVII” (p.24). Pode-se, assim, dizer que a definição acima permite uma aproximação, ou até mesmo uma comparação, com a concepção de liberdade segundo o historiador Marcus Carvalho, o qual, ao analisar as continuidades e rupturas do escravismo no Recife oitocentista, irá afirmar que o conceito de liberdade “[...] às vezes é tomado como se fosse um fenômeno estanque, ahistórico, um ‘dado’ que existe ou não. Contrariando essa tendência, a liberdade aqui é entendida como um processo de conquistas que podiam ser graduais ou bruscas, avançarem ou recuarem. A rigor, não existe liberdade, ou não liberdade, absolutas. O que existe é um permanente vir a ser – desdobramento de conquistas que têm que ser contextualizadas no espaço e no tempo” (CARVALHO, 2002, p. 15). Desta feita, o entendimento da escravidão a partir da vitalidade pessoal dos agentes históricos envolvidos nesse sistema se farão presentes, direta ou indiretamente, ao longo dos demais ensaios dessa coletânea. Finalmente, Joseph Miller conclui seu ensaio afirmando que o discurso da abolição, para além de seu sentido cívico, foi também usado como uma apropriação política, a qual não foi capaz, por sua vez, de conter o preconceito e racismo atuais. De toda forma, à luz do exposto, verifica-se que a escravidão entendida a partir do ponto de vista do escravizado muito tem a nos revelar, responder e formular novas questões.

Concluindo a primeira parte da obra, Sílvia Hunold Lara traça um perfil das relações sociais na América Portuguesa setecentista tendo como referência as definições



de raça nesse contexto. Para isso, discute as definições de preto e negro, bem como de pardo e mulato à luz do vocabulário português e latino do padre Raphael Bluteau, apontando a significância e resultante delas nessas relações sociais. Assim, o termo preto é inexoravelmente associado à condição escrava, em contraponto a negro, o qual, por sua vez, está relacionado a uma origem geográfica, indicando assim uma posição hierárquica acima nos quadros do Antigo Regime. A mesma situação foi aplicada aos termos pardo e mulato. A primeira é vista como uma cor intermediária: “a cor entre o branco e o preto, que é própria do pardal, donde parece lhe veio o nome” (p.73). A segunda, por sua vez, é relacionada com o nascimento misto, híbrido. Diante disso, no jogo das cores na América portuguesa do século XVII, a cor parda trouxe para os seus atores privilégios e tratamentos mais esmerados, enquanto os de cor mulata conviveram com injúrias, infâmias e até xingamentos, os quais aumentaram gradativamente com o passar dos anos. Todavia, para além desse gradiente de cores, a autora conclui afirmando a ideia de que nem sempre elas foram respeitadas, visto que “a escolha dos termos utilizados para designar uma pessoa dependia do jogo de forças entre os envolvidos, da situação e do contexto: revestia-se de um caráter político” (p.76).

Na segunda parte da obra intitulada “**Redes sociais, mobilidade social: análise de compadrio**” destaca-se o trabalho de Bruna Sirtori em parceria com Tiago Gil, bem como o artigo de Luís Farinatti. No que diz respeito aos primeiros autores aqui citados, chama atenção para a utilização da geografia como fio condutor para análise e investigação das redes sociais e de compadrio na região de Viamão do setecentos. Percorrendo um circuito temporal de 1770 a 1795, os autores afirmam que as ações dos escravos no estabelecimento de relações sociais e de redes de compadrio não obedeceram, necessariamente, a apenas uma localidade ou mesmo região, podendo ser estendida para outras áreas além da que estavam estabelecidos. Não pouco, “o fato de o mercado do compadrio ser restrito à localidade, quando não a uma região dentro da localidade ou dentro da própria senzala, sugere que talvez haja grande exagero no peso dado ao compadrio pessoal. Muitas vezes, o compadre poderia ser alguém próximo, do



cotidiano imediato dos pais, e não um investimento de longo prazo ou a consagração de longa amizade” (p.140).

Luís Farinatti, por sua vez, aponta para a importância do compadrio exógeno no estudo envolvendo formação e mobilidade social no apadrinhamento. Ao analisar os escravos do marechal Bento Manoel Ribeiro, conclui que houvera uma parcimônia de favores entre os escravos do referido marechal e os setores sociais livres, os quais, os primeiros estabeleciam relações sociais exógenas procurando padrinhos para seus batismos ou para os seus pares, enquanto os segundos, por sua vez, buscavam se articular socialmente com os escravos do marechal, tornando-se seus padrinhos, procurando reforçar, ou mesmo construir, um ótimo *status quo*. Assim, “para elas, apadrinhar o filho de uma escrava dos Ribeiro de Almeida era um passo no sentido da aproximação ou reiteração de relações com aquela poderosa e prestigiosa família” (p.156).

Na terceira parte da obra intitulada “**Comércio de Escravos**”, cinco são os artigos que compõem esse tomo. Destacamos, contudo, os trabalhos de Thiago Araújo e Jonas Vargas, os quais trazem uma nova perspectiva de análise em torno dos negócios envolvendo os cativos na região sul do Brasil no século XIX.

Os trabalhos anteriormente feitos em torno da compra e venda de cativos na região que hoje equivale ao Estado do Rio Grande do Sul, sobretudo no período correspondente a segunda metade do século XIX, apontam para um declínio desse comércio em decorrência da lei Eusébio de Queirós, lançada em 1850 e que proibiu sumamente o tráfico atlântico de escravos. Sua resultante acabou gerando uma “crise de braços” no coração do comércio cativo e que, por sua vez, não poderia afetar o principal produto econômico do país, o café, concentrado principalmente na região da província de São Paulo. Esta situação só poderia ser contornada com o tráfico interno de escravos, resultante do dreno de cativos das regiões equivalentes hoje ao Nordeste brasileiro e ao extremo sul do país. Um dos principais autores dessa tese é o sociólogo Fernando Henrique Cardoso (1997), o qual afirmou que a falta de escravos no extremo sul do país foi resultante para o declínio e esfacelamento desse comércio na região.



Nesse sentido, em contraponto a essa tese e aos estudos que corroboram com esse ponto de vista, esses dois autores citados anteriormente, juntamente com os outros três que compõem essa parte da coletânea, nos dão uma valiosa compreensão a respeito desse comércio nessa região. Assim, Thiago Araújo afirma que o comércio de escravos permaneceu continuamente ativo na região de Rio Grande de São Pedro na segunda metade do século XIX, visto que, como o próprio autor fala “torna-se insustentável, portanto, a tese da perda de escravos para o sudeste cafeeiro na década de 1860 nas proporções que se tem afirmado. Não é o caso de dizer que a Província não tenha perdido escravos nessa década na dinâmica do tráfico interprovincial, mas que perdeu poucos, ao ponto da população escrava continuar em crescimento” (p.237). Assim, para o autor, uma das justificativas da queda do número de escravos na região está no ponto de vista apontado por Jonas Vargas. Ao estudar a dinâmica econômica desse comércio na região de Pelotas entre as décadas de 1850 a 1880, esse autor afirma que “a perda de mão de obra das charqueadas deu-se para outros charqueadores e não para fazendeiros de café. Além do mais, (conclui o autor) os dados envolvendo os escravos alforriados e os falecidos (que somaram 90%) foram os grandes responsáveis pela diminuição da escravaria em Pelotas, entre 1874 e 1884, e não o tráfico interno” (p.297).

Na quarta parte da obra intitulada “**Experiências de trabalho durante a escravidão – cativos, libertos e livres**”, o trabalho de Henrique Espada Lima merece um olhar mais atento. Ao escrever sobre a vida de Maria do Espírito Santo e Luis de Miranda Ribeiro durante o cativeiro e depois dele, ou seja, durante as suas vidas como libertos, o autor nos chama a atenção para as tênues e delicadas relações entre senhores e escravos. Podemos dizer que essa relação, pelo ponto de vista trazido à luz pelo autor, aproxima-se do conceito de classe proposto por E. P. Thompson (1997), entendendo classe não como uma relação fixa e estável, mas, antes, como uma relação dinâmica. É diante disso que o autor irá afirmar que “para aqueles que viviam à sombra mais ou menos distante das relações escravistas, vínculos dessa natureza poderiam funcionar dentro de uma lógica capaz de escapar ao teatro de subordinação e reverência servil. Assim, mesmo que as relações entre a antiga senhora de Maria do Espírito Santo e sua



família fossem marcadas pela deferência, esta podia ser vivida *de fato* não como uma prova de obediência *devida* (e, portanto, como prova de *continuidade* das relações de dependência vertical), mas como resultado de uma relação horizontal cujo caráter ‘contratual’ – definido pela expectativa da troca material de cuidados pela recompensa monetária – não pode ser subestimado” (p.396). Não obstante, é ainda essencial a definição de Marcus Carvalho e Bruno Dornelas Câmara a respeito dessas relações entre senhores e escravos, patrões e clientes. Ao escreverem um capítulo sobre a rebelião praieira no livro *Revoltas, motins e revoluções*, organizado por Monica Duarte Dantas, estes autores afirmam que “o clientelismo é uma relação. Como tal é ambígua, dinâmica e contraditória. O patrão tentava impor suas prerrogativas. Mas quem estava do outro lado da equação também buscava ocupar espaços e alcançar maiores benefícios. Quando os riscos superam os benefícios possíveis, o cliente desobedecia” (CARVALHO; CÂMARA, 2011, p.383). Esse cenário parece ser o mais promissor para a formulação de novos estudos em torno das relações de trabalho durante a escravidão.

Finalmente, a quinta e última parte da coletânea intitulada “**Experiências sociais no pós-emancipação**” destaca as trajetórias de escravos após a abolição da escravatura. Os autores que compõem os estudos referentes a essa temática aproximam-se da conclusão apontada por Joseph Miller no que diz respeito ao preconceito sofrido pelos cativos no pós-abolição, os quais, “tornaram-se também civicamente invisíveis atrás dos muros altos do racismo” (p.62). A esse respeito, o ensaio de Lúcia Helena Oliveira Silva é indispensável. Escrevendo sobre as diásporas dos afrodescendentes no pós-1888, a autora afirma que “no Brasil, a pobreza dos trabalhadores negros foi considerada uma herança da escravidão, e o racismo científico condenava ‘os pretos a um atraso inexorável’ que justificava a ausência de oportunidades de trabalho e estudo. Mas ao contrário do que pensavam alguns teóricos, a pobreza provinha mais da falta de oportunidades do que de competência” (p.450). Diante dessa situação, “a vida dos emancipados e seus descendentes reuniu uma gama de estratégias onde tiveram que reinventar-se como pessoas competentes e capazes em um sistema que os explorou enquanto escravos e depois desqualificou-os como trabalhadores livres para trabalho”



(p.459). Todavia, “marginalizados pela ciência e sociedade, a comunidade negra não se calou e procurou estratégias para driblar as dificuldades” (p.460).

Assim sendo, após concluirmos nossa leitura, podemos afirmar que se a obra, porventura, não vier a agradar os mais críticos no que diz respeito à existência concreta de uma escravidão ativa e dinâmica no Brasil meridional, os estudos e trabalhos aqui trazidos à luz para a historiografia da escravidão brasileira são essenciais. Com efeito, as propostas de análise teóricas e metodológicas oferecida aos pesquisadores do tema nessa coletânea é um convite para a formulação de novos estudos, mas isso é outra história para outras páginas.

Notas:

*Licenciado em História pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB – E-mail: eliakin.ramos@hotmail.com.br .

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- CARVALHO, Marcus. **Liberdade: Rotinas e rupturas do escravismo**. Recife, 1822-1850. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2002.
- CARVALHO, Marcus; CÂMARA, Bruno Dornelas. A Revolução praieira. In.: DANTAS, Monica Duarte (org.). **Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX**. São Paulo: Alameda, 2011. p. 383.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- REIS, João José. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. Volume 1. A árvore da liberdade.